



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS – IESA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG



**ANTONIO FERNANDES DOS ANJOS**

**A DINÂMICA INTRAURBANA DE GOIANIRA NO CONTEXTO DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

Goiânia  
2009

ANTONIO FERNANDES DOS ANJOS

**A DINÂMICA INTRAURBANA DE GOIANIRA NO CONTEXTO DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás.

**Área de concentração:** Dinâmica socioespacial urbana, agrária, regional e ambiental.

**Orientador:** Tadeu Pereira Alencar Arrais

Goiânia

2009

Anjos, Antonio Fernandes dos.

A dinâmica intraurbana de Goianira no contexto da Região Metropolitana de Goiânia [manuscrito] / Antonio Fernandes dos Anjos. - 2009.

Xv, 148 f. : il., figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2009.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, Abreviaturas, Siglas e tabelas.

1. Goianira 2. Formação espacial 3. Padrão 4. Região metropolitana 5. Conurbação. I. Título.

ANTONIO FERNANDES DOS ANJOS

## **A DINÂMICA INTRAURBANA DE GOIANIRA NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais - UFG  
Presidente da Banca

---

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – UFG  
Membro titular interno

---

Prof. Dr. Aristides Moisés - UCG  
Membro titular externo

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Santos Maia - UFG  
Suplente interno

Aos moradores de Goianira.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Tadeu, pelo que contribuiu para esta pesquisa e para a minha vida;

Ao Professor Eguimar, pela amizade construtiva;

Ao Professor Aristides, pela participação na banca;

Ao Professor Carlos Maia, pelas colaborações no exame de qualificação e pela suplência na banca de defesa desta dissertação;

Ao Sr. Bretones, meu chefe, pela compreensão e apoio;

À Cristina, pelas informações;

À Ludmila, pela exímia correção textual;

Ao Vandério, pela colaboração;

Ao Genival, pela excelente cartografia;

À Elaine, minha namorada, pelo apoio a mim dado;

À Dona Antônia, minha sogra, pelas comemorações antecipadas;

Ao povo brasileiro, que proporcionou esta nossa conquista.

## PRIMEIRO ANDAR

Já vou, será?  
Eu quero ver.  
O mundo eu sei  
não é esse lá.

Por onde andar?  
Eu começo por onde a estrada vai  
e não culpo a cidade, o pai.

Vou lá, andar  
e o que eu vou ver  
eu sei lá.

Não faz disso esse drama essa dor.  
É que a sorte é preciso tirar pra ter.  
Perigo é eu me esconder em você  
e quando eu vou voltar, quem vai saber?

Se alguém numa curva me convidar  
eu vou lá,  
que andar é reconhecer, olhar.

Eu preciso andar  
um caminho só.  
Vou buscar alguém  
que eu nem sei quem sou.

Eu escrevo e te conto o que eu vi  
e me mostro de lá pra você.  
Guarde um sonho bom pra mim.

Eu preciso andar  
um caminho só.  
Vou buscar alguém  
que eu nem sei quem sou.

(Los Hermanos. Rodrigo Amarante)

## RESUMO

A trajetória socioespacial do município de Goianira demonstra o poder de absorção que as metrópoles brasileiras exercem sobre os municípios vizinhos. O presente estudo de caso tem como objetivo explicitar como se deu o surgimento do município de Goianira, na década de 1920, quando era apenas um povoado, e como o mesmo se tornou uma extensão residencial de Goiânia, a partir de meados da década de 1970. Para isso busca-se, no primeiro capítulo, apresentar a formação inicial do município, destacando as condicionantes locais e regionais de seu desenvolvimento, além de contextualizá-lo na dinâmica metropolitana. O segundo capítulo traz uma proposta de periodização da expansão urbana, dividida em três padrões espaço-temporais de surgimento e ocupação de loteamentos. O terceiro capítulo apresenta a situação atual da zona rural e o resultado da forte influência da metrópole sobre a estruturação socioespacial intraurbana da cidade, sobretudo quanto aos equipamentos de uso coletivo, aos postos de trabalho e aos serviços prestados à sociedade. Conclui-se que a atividade econômica agropecuária foi paulatinamente substituída pelo trabalho urbano, o qual está quase completamente ligado à metrópole, já que os moradores da cidade movimentam-se pendularmente em busca de trabalho, mercadorias, lazer e serviços no polo metropolitano. A malha urbana expandiu-se, até conurbar-se, como efeito colateral da restrição à abertura de novos loteamentos em Goiânia. Assim, Goianira é hoje um município que, tanto do ponto de vista social quanto espacial, se mostra como produto das respostas que deu às necessidades de Goiânia. Deste modo, a Região Metropolitana de Goiânia se apresenta como um corpo urbano coeso, em que algumas funções são desenvolvidas pelos municípios periféricos, sobretudo a função habitacional.

Palavras-chave: Goianira. formação espacial. padrão. região metropolitana. conurbação.

## ABSTRACT

The socioespacial trajectory of the city of Goianira, state of Goiás/Brazil demonstrates the absorption power that the Brazilian metropolises exert on the neighboring cities. The present study of case aims to clarify how was the sprouting of the city of Goianira, in the 1920s, when it was only a village, and how it became an Goiânia's residential extension from the mid-1970s on. In order to this, the first chapter provides the initial arrangement of the council, highlighting the constraints of their local and regional development, contextualizing it in the metropolitan dynamic. The second chapter presents a proposal of periodization of urban sprawl, divided into three spatial-temporal patterns of appearance and occupancy of lots of land. The third chapter presents the current situation of rural areas and the result of the strong influence of the metropolis on the socio-intraurban structure of the city, especially on the collective use of equipment, on the jobs and services given to society. It follows that the economic agriculture activity was gradually replaced by urban work, which is almost completely linked to the metropolis, considering that the residents of the city daily move in search of work, properties, leisure and services in the metropolitan center . The urban network has expanded, until connecting with the others cities, as a side effect of restricting the opening of new lots in the capital, Goiânia. Thus, Goianira, today, is a city that, both in social as space point of view, it's shown itself as a result of the answers it has gave to the Goiânia's needs. Thus, the Metropolitan Area of Goiânia is shown as an united 'body city', where some functions are developed by peripherals municipalities, especially the housing function.

Keywords: Goianira. arrangement of space. pattern. metropolitan region. connection.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População do município de Goiânia e de seus distritos – 1940.....	35
Tabela 2	Loteamentos aprovados na década de 1980 no município de Goiânia – 1990-2000.....	52
Tabela 3	Participação relativa das regiões na quantidade de loteamentos da década de 1990 no município de Goiânia.....	53
Tabela 4	Distribuição percentual dos rendimentos em salários mínimos dos chefes de domicílios por regiões do município de Goiânia – 2000.....	54
Tabela 5	População e taxa geométrica anual de crescimento demográfico dos municípios da RMG – 1950-1980.....	55
Tabela 6	População e taxa geométrica anual de crescimento demográfico dos municípios da RMG – 1970-2007.....	56
Tabela 7	População residente com 5 anos e mais de idade e imigrantes de data fixa na RMG – 2000 .....	58
Tabela 8	Origem dos migrantes de data fixa dos municípios da RMG – 2000. ....	58
Tabela 9	Produção agropecuária do município de Trindade – 1920.....	74
Tabela 10	População pecuária por mil habitantes no estado de Goiás e em Trindade – 1920.....	74
Tabela 11	População e densidade dos distritos do município de Goiânia – 1936. ....	84
Tabela 12	População do município de Goiânia e de seus distritos – 1940.....	84
Tabela 13	Situação da produção e demanda de alimentos no município de Goianira – 2004.....	107
Tabela 14	Processamento de produtos agropecuários e empregos gerados no município de Goianira – 2004. ....	108
Tabela 15	Produção agropecuária do município de Goianira – 1998-2007.....	109
Tabela 16	Evolução da estrutura fundiária do município de Goianira – 2004/2007.....	110
Tabela 17	Quantidade de estabelecimentos agropecuários segundo o tipo de uso do solo e área total por categoria de uso do solo no município de Goianira – 2006.....	110
Tabela 18	Municípios da RMG segundo população residente com 15 anos e mais de idade que trabalha ou estuda e pessoas que realizaram movimento pendular em 2000.....	128
Tabela 19	Situação da educação no município de Goianira – 2000-2006. ....	131
Tabela 20	Situação do saneamento básico no município de Goianira – 2000-2007. ....	131
Tabela 21	Relação entre domicílios permanentes e salários mínimos no município de Goianira – 2000 .....	132
Tabela 22	Situação do emprego no município de Goianira – 1998-2007.....	133
Tabela 23	Relação entre Pib, número de habitantes e consumo de energia elétrica por setores no município de Goianira – 1998-2007.....	134

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Evolução das vinculações distritais ao município de Goiânia. ....	36
Quadro 2	Evolução da composição do Aglug – 1980-1998. ....	48
Quadro 3	Evolução da composição do Aglug e da RMG, da RDIG e da RMTC – 1998-2005. ....	49
Quadro 4	Comparativo entre a dinâmica demográfica e a expansão da malha urbana da segunda fase do padrão de expansão urbana nuclear (1935-1971) do município de Goianira. ....	85
Quadro 5	Comparativo entre a dinâmica demográfica e a expansão da malha urbana da terceira fase do padrão de expansão urbana nuclear (1972-1978) do município de Goianira. ....	89
Quadro 6	Comparativo entre a dinâmica demográfica e a expansão da malha urbana no padrão de expansão urbana linear (1979-1989) do município de Goianira. ....	95
Quadro 7	Comparativo entre a dinâmica demográfica e a expansão da malha urbana da segunda fase do padrão de expansão urbana complexo (1996-2000) do município de Goianira. ....	97
Quadro 8	Comparativo entre a dinâmica demográfica, a arrecadação municipal e a expansão da malha urbana da segunda fase do padrão de expansão urbana complexo (desde 2001). ....	103
Quadro 9	Perfil dos novos loteamentos situados às margens da GO-070 – 2006. ....	122

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mato Grosso de Goiás. ....	29
Figura 2	Focos conurbatórios da Região Metropolitana de Goiânia – 2006.....	62
Figura 3	Mapa dos municípios, distritos e povoados próximos a Trindade e rede viária do centro-sul goiano - década de 1920.....	68
Figura 4	Localização do núcleo inicial do povoado de São Geraldo, em 1922. ....	71
Figura 5	Antiga ponte do rio Meia Ponte, ligação com a região de Santo Antônio de Goiás – [1940].....	76
Figura 6	Ônibus que partia de Goiânia em direção ao noroeste – [1960].....	77
Figura 7	Igreja matriz de São Geraldo – [1960].....	77
Figura 8	Primeira reunião do prefeito e da Câmara Municipal de Vereadores do município de Goianira – 1959.....	79
Figura 9	Solenidade de instalação do município – 1959.....	79
Figura 10	Bairros da segunda fase do padrão de expansão urbana nuclear (1935-1971) do município de Goianira. ....	86
Figura 11	Bairros das segunda e terceira fases do padrão e expansão nuclear – 1935-1978.....	90
Figura 12	Mutirão para cascalhamento da Avenida Central (atual Avenida Goiás) – 1972.....	91
Figura 13	Bairros do padrão de expansão urbana linear (1979-1989) do município de Goianira. ....	92
Figura 14	Bairros da primeira fase do padrão de expansão urbana complexo (1996-2000) do município de Goianira. ....	98
Figura 15	Bairros do padrão de expansão urbana complexo (desde 2001) do município de Goianira. ....	101
Figura 16	Foto aérea angular do Distrito Agro-industrial de Goianira (DAIG) (km 17 da GO-070) – 2003. ....	102
Figura 17	Gráfico da evolução espaço-temporal da população do município de Goianira –1940-2007 .....	106
Figura 18	Região Noroeste de Goiânia – 2008. ....	112
Figura 19	Polo Calçadista do Distrito Agro-Industrial de Goianira – 2009.....	114
Figura 20	Agricultura às margens da rodovia GO-070 – 2009.....	115
Figura 21	GO-070 duplicada (Residencial Triunfo à direita) – 2007. ....	116
Figura 22	Portal Shopping – 2007.....	116
Figura 23	Ocupação da Fazenda Paineiras por movimento popular organizado em 26/02/2003.....	120
Figura 24	Primeira delimitação de perímetro urbano do município de Goianira – 1990.....	124
Figura 25	Perímetro urbano e proposta de perímetro municipal do município de Goianira – 2009.....	125
Figura 26	Embarque de passageiros em ônibus da linha Goiânia-Goianira – 2008.....	127

Figura 27	Rotas das linhas do transporte coletivo da cidade de Goianira – 2008.....	129
Figura 28	Ônibus utilizados no transporte escolar do município de Goianira – 2009.....	130
Figura 29	Pequeno viveiro de plantas ornamentais do município de Goianira – 2009.....	133
Figura 30	Conjunto habitacional construído em parceria com a Caixa Econômica Federal – 2009.....	135
Figura 31	Prédio onde funciona parte da prefeitura de Goianira – 2009.....	136
Figura 32	Lojas do comércio local do município de Goianira – 2009.....	136
Figura 33	Feira de domingo do centro do município de Goianira – 2009.....	137
Figura 34	Centro Escolar de Educação Física do município de Goianira – 2009. ....	137
Figura 35	Hospital público do município de Goianira – 2009 .....	138

## LISTA DE SIGLAS

Aglug	Aglomerado Urbano de Goiânia
Alfa	Faculdade Alves Faria
Arca	Associação pela Recuperação e Conservação do Ambiente
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CMTC	Conselho Metropolitano de Transporte Coletivo
Daig	Distrito Agro-Industrial de Goianira
Dergo	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Indur	Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor
ISS	Imposto Sobre Serviços
MGG	Mato Grosso de Goiás
ONG	Organização Não Governamental
Onu	Organizações das Nações Unidas
Pemas	Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
Procon	Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor
RDIG	Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
RM	Região Metropolitana
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
RMTC	Região Metropolitana de Transporte Coletivo
Saneago	Saneamento de Goiás S/A
Seplan	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>I</b>	<b>A URBANIZAÇÃO DE GOIÁS E A METROPOLIZAÇÃO DE GOIÂNIA</b> .....	20
<b>1</b>	<b>A URBANIZAÇÃO DE GOIÁS</b> .....	20
1.1	A Urbanização na Economia Mineratória .....	20
1.2	A Urbanização na Economia Agropecuária e o papel das rodovias .....	22
1.2.1	A urbanização recente da zona do Mato Grosso de Goiás .....	28
1.2.1.1	<i>O ordenamento espacial do entorno de Goiânia</i> .....	34
<b>2</b>	<b>A RMG NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO</b> .....	39
2.1	A Tendência do Brasil à Metropolização.....	42
2.1.1	A institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil .....	43
2.1.1.1	<i>A institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia</i> .....	47
<b>3</b>	<b>A DINÂMICA ESPÁCIO-DEMOGRÁFICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA</b> .....	50
3.1	As Conurbações da RMG .....	59
<b>II</b>	<b>O SURGIMENTO DO POVOADO E OS TRÊS PADRÕES DE EXPANSÃO URBANA DE GOIANIRA</b> .....	65
<b>1</b>	<b>O SURGIMENTO DO POVOADO DE SÃO GERALDO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO</b> .....	65
<b>2</b>	<b>OS TRÊS PADRÕES DE EXPANSÃO URBANA DE GOIANIRA</b> .....	80
2.1	O Padrão de Expansão Urbana Nuclear (1922-1978) .....	81
2.1.1	A primeira fase do padrão de expansão urbana nuclear (1922-1934) .....	82
2.1.2	A segunda fase do padrão de expansão urbana nuclear (1935-1971) .....	82
2.1.3	A terceira fase do padrão de expansão urbana nuclear (1972-1978) .....	86
2.2	O Padrão de Expansão Urbana Linear (1979-1989) .....	91
2.3	O Padrão de Expansão Urbana Complexo (desde 1996) .....	96
2.3.1	A primeira fase do padrão de expansão urbana complexo (1996-2000) .....	97
2.3.2	A segunda fase do padrão de expansão urbana complexo (desde 2001) .....	100
<b>III</b>	<b>A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DE GOIANIRA NO CONTEXTO METROPOLITANO</b> .....	105
<b>1</b>	<b>AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO CAMPO DE GOIANIRA</b> .....	105
<b>2</b>	<b>A CIDADE DE GOIANIRA COMO EXTENSÃO RESIDENCIAL DA METRÓPOLE</b> .....	111
2.1	A Dinâmica Urbana da Região Noroeste de Goiânia e da Rodovia GO-070 .....	111
2.2	A formação de vazios urbanos.....	116
2.3	A Conurbação Goiânia-Goianira-Trindade .....	119
2.4	Os Problemas Recentes dos Perímetros Urbano e Municipal de Goianira.....	122
2.5	A GO-070, o Transporte Coletivo e as Tecnologias de Comunicação como	125

	Vetores de Urbanização e de Integração Metropolitana .....	
2.6	A Estruturação Intraurbana como Reflexo da Dependência Metropolitana.....	130
3	<b>A CENTRALIDADE DO SETOR CENTRAL DE GOIANIRA.....</b>	<b>135</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>142</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>153</b>

## ADENDO

A presente dissertação foi elaborada em conformidade com as novas regras gramaticais convencionadas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, estabelecido entre os países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) e promulgado no Brasil pelo Decreto nº 6.583/2008.

Assim é que palavras como “infraestrutura” e “intraurbano” aparecem sem o hífen; “para” (verbo) e “polo” ocorrem sem acento diferencial; “consequência” sem o trema; “veem” sem acento circunflexo; “ideia” sem acento agudo no ditongo aberto da paroxítona, além de tantos outros vocábulos.

Nos trechos onde há *citações* anteriores ao Acordo Ortográfico de 2008, contudo, os vocábulos mantêm-se, obviamente, grafados de acordo com a escrita à época vigente.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivos apreender o processo de formação do município de Goianira pelos vieses da expansão urbana e da estruturação intra-urbana e interpretar a forma como o município respondeu às demandas da cidade de Goiânia nos diversos momentos de sua configuração socioespacial.

A pesquisa busca construir uma narrativa da história socioespacial do município, que, a exemplo dos demais municípios da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), tem sido negligenciada tanto dentro quanto fora da academia. Parte-se da premissa de que a história de formação da cidade-pólo da RMG “apagou” a história dos demais municípios, fato facilmente comprovado pela abundante bibliografia a respeito do município de Goiânia, e a quase inexistência de estudos específicos acerca dos demais municípios. Por “apagar a história” entende-se aqui não o apagar da história factual, pois esta não pode, por sua própria natureza, ser desconsiderada ou diminuída, já que é a própria realidade. O que acontece é o “sufocamento” dessa realidade e o impedimento de legitimá-la como memorável, já que os fatos são “memoráveis” ou não a partir de uma decisão política voltada à formação de uma identidade cujo centro é Goiânia.

Tendo em vista os diferentes momentos da formação do município, é feito um esforço no sentido de afirmar a existência do povoado de São Geraldo nos termos do município de Trindade, antes do surgimento de Goiânia. Para isso é caracterizado o contexto nacional, estadual e local do surgimento do povoado e apresentada a formação inicial do povoado de São Geraldo. Portanto, nega-se a idéia de Goiânia como matriz territorial regional e busca-se a sobriedade na análise dessa dinâmica socioespacial.

O segundo capítulo traz uma proposta de periodização do crescimento da malha urbana do município de Goianira. Os padrões de expansão urbana são acompanhados de uma análise da conjuntura socioespacial do município, ressaltando o aspecto demográfico e político e a ocupação atual de cada um dos bairros surgidos.

O terceiro capítulo demonstra a recente estruturação intraurbana de Goianira, ressaltando a paulatina transformação do município em anexo residencial de Goiânia. Constrói-se a ideia de que a dependência que o município apresenta em relação ao polo metropolitano vem transformando Goianira em um espaço carente de serviços, comércios e de equipamentos de uso coletivo. A falta desses elementos é solucionada com o constante deslocamento dos munícipes a Goiânia, onde esses fatores de centralização estão concentrados.

Ao que parece, a transformação de Goianira em anexo residencial de Goiânia guarda semelhanças com a ocupação da Região Noroeste de Goiânia, que é a região como

maior concentração de pobres da metrópole. Os estudos acerca da Região Noroeste de Goiânia ainda não buscaram compreender essa semelhança, assim como não interpretaram a conurbação Goiânia-Goianira, já que é um fato recente.

Os procedimentos metodológicos são os seguintes: a) levantamento bibliográfico sobre a questão metropolitana e a dinâmica metropolitana de Goiânia; b) pesquisa documental-cartográfica para reconstituir e mapear as fases de estruturação do espaço intra-urbano de Goianira; c) levantamento de dados socioeconômicos secundários; d) verificação do processo de estruturação intra-urbana de Goianira, e as relações funcionais entre este espaço e o intra-urbano da cidade de Goiânia.

No debate acerca da metropolização há os que acreditam que se deve considerar os municípios periféricos das regiões metropolitanas como espaços diferenciados, apesar de suas participações na dinâmica metropolitana, e os que afirmam, como Villaça (2001), que esses municípios funcionam como um só. Crendo nesta última concepção, defende-se, aqui, que a estruturação do espaço intra-urbano de toda a RMG aconteceu de forma que os municípios periféricos sejam a extensão da metrópole, que existe por meio dessa periferia.

Como fonte histórica para o município de Goianira foi encontrado-se apenas um estudo empreendido pela secretaria municipal de educação de Goianira, intitulada *Seja bem vindo a Goianira a cidade das flores*, sem data (provavelmente de 1997), contendo 88 páginas, e que busca fazer um levantamento histórico da formação do município, com dados recolhidos junto a antigos moradores e em documentos históricos pertencentes a particulares. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2008b) utilizou-se deste estudo para compor o histórico do município. A partir do mesmo estudo, e levantando outros dados primários, a Organização Não Governamental (ONG) Associação pela Recuperação e Conservação do Ambiente (Arca), entre os anos de 2001 e 2002, apresenta à prefeitura de Goianira o estudo *Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (Pemas)*, financiado pelo governo federal (Programa Habitar Brasil). Também houve um estudo da Agência Rural (estadual) denominado *Plano Municipal de Ações Integradas da Agência Rural*, de 2004, que traça um perfil da situação da atividade agropecuária do município. Desses três estudos usufruiu a equipe que confeccionou o primeiro plano diretor do município, acrescentando aos seus relatórios outras informações importantes para uma leitura integrada do município, os quais foram gentilmente cedidos ao autor. É partindo dessas informações e de outras fontes documentais que a presente pesquisa busca enriquecer a compreensão da estruturação intra-urbana do município e da relação que vem desenvolvendo com a aglomeração urbana.

## **CAPÍTULO I**

### **A URBANIZAÇÃO DE GOIÁS E A METROPOLIZAÇÃO DE GOIÂNIA**

Neste capítulo discorrer-se-á sobre a formação de núcleos urbanos no Estado de Goiás e a recente metropolização de Goiânia. Ressalta-se que a atividade agropecuária sustenta a rede urbana atual e que a comunicação viária vem desempenhando um papel preponderante na formação territorial goiana. Ao mesmo tempo, há um esforço no sentido de enfatizar os traços determinantes para a formação do município de Goianira, objeto desta pesquisa. Discute-se também a dinâmica demográfica e a mobilidade/centralidade na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e faz-se, por fim, uma discussão acerca das conurbações existentes nesta região.

#### **1 A URBANIZAÇÃO DE GOIÁS**

A urbanização goiana pode ser dividida, grosso modo, em dois momentos econômicos que trouxeram à luz duas gerações de cidades: a da mineração e a da agropecuária. Cada geração foi delineada por peculiaridades políticas, demográficas e econômicas. A transformação de cada uma dessas variáveis – principalmente da economia, por ser determinante sobre as demais – trouxe vida ou morte aos núcleos urbanos, permitindo a alguns completarem a travessia, desde que acompanhassem as transformações do território.

##### **1.1 A Urbanização na Economia Mineratória**

A história do povoamento de Goiás começa com a descoberta de reservas auríferas. Segundo Estevam (1998), as *Minas dos Goyases*, em 1722, foram consideradas o *terceiro eldorado*. Ainda segundo o autor, nas Minas Gerais a exploração havia começado em 1696 e no Mato Grosso em 1719. Afirma Prado Júnior (1993 p. 49) que a mineração “durante três quartos de século ocupou a maior parte das atenções do país, e desenvolveu-se à custa da decadência das demais atividades.”. Diz ainda o autor (Prado Júnior, 1993) que produção aurífera atinge seu ápice em 1753, decrescendo a partir daí. O povoamento, então, sofre uma pequena diminuição, para depois se recompor, emancipando-se cada vez mais da produção aurífera. Segundo Chaul (2000 p. 113), “o povoamento chegou ao auge na década de 1750 para, daí em diante, enfrentar um longo declínio [...]”. Porém, conforme Estevam (1998), esse declínio não é tão longo, já que em meados do século XVIII havia

35.000 habitantes e, na década de 1780, 60.000, que certamente já viviam não muito ligados à produção aurífera, que já era irrisória na última década deste século.

Como Goiás estava distante do litoral, que geralmente abastecia a população mineradora, a agropecuária de subsistência sempre esteve ao lado da mineração no estado. Havia uma economia mercantil em torno dessas atividades, que se tornou cada vez mais rara com a decadência da produção aurífera. A partir daí muitos habitantes viveram de atividades de subsistência, distantes da sociedade urbana, como bem já anotou Estevam (1998).

Para Estevam (1998), apesar desse aparente insucesso da atividade mineradora em Goiás, há importantes legados: a delimitação do território, a partir da aglomeração política e abertura de caminhos; a estrutura fundiária, através das posses, e o povoamento que “antecipou quase dois séculos ao processo nacional de penetração para o interior.” (Estevam, 1998 p. 56).

Nestes dois séculos de “isolamento” a Província de Goiás em relação ao restante do país – do início da mineração até o início do século XX – delineou um novo arranjo sócioeconômico e espacial. Segundo Teixeira Neto (2006a),

Goiás [...], que tem a roça e o boi como símbolos mais que emblemáticos, não podia ser diferente, porque, por duzentos anos, o campo goiano e suas fazendas multifuncionais sustentaram tudo. Nesse processo, as cidades não passavam de apêndices, ou melhor, de dependências do que seria a aristocracia rural. (Teixeira Neto, 2006a p. 4).

Todavia, a roça e o boi desempenhavam diferentes papéis, já que a comercialização do produto agrícola era praticamente impossível pela falta de transporte, servindo apenas para o consumo interno.

A historiografia goiana tende a identificar no período pós-mineratório um momento de decadência. Porém, alguns autores são otimistas quanto a este passado. Dentre eles Chaul (2000) traz a tese de que

[...] não se deve pensar em colapso econômico ou em atraso ou em qualquer outra idéia que venha ressuscitar a decadência da economia goiana na transição dos séculos XIX ao XX, e no decorrer deste. O que se pode observar é um lento, mas contínuo, fluxo de crescimento econômico dentro dos moldes e das possibilidades de Goiás, visando a atender às demandas dos centros econômicos mais desenvolvidos que absorviam a produção goiana e aos quais Goiás se subordinava em termos de exportação. (Chaul, 2000 p. 118).

A postura de Chaul (2000) não tem muitos adeptos e parece mais distanciada da realidade. Ora, nessa época o gado que saía de Goiás – pelos próprios pés – precisava de um tempo para a engorda, antes de serem vendidos, ou eram vendidos a um preço mais

baixo. Quanto aos produtos agrícolas, como já falado, sequer havia possibilidade de comércio, dada a precariedade do transporte. Assim, a ideia do autor se parece mais com a tentativa de criar um passado memorável para o Estado que uma análise baseada nos fatos.

Palacin (1979), ao duvidar da ideia de decadência imposta pelos viajantes europeus, ponderava que

o conceito de decadência não pode aplicar-se a Goiás senão parcialmente. Eu reduziria a três as manifestações profundas e duráveis da decadência: uma de caráter sócio-geográfico, a ruralização, as outras duas, a crise do trabalho e o derrotismo moral, com base na psicologia coletiva. (Palacin, 1979 p. 155)

Conforme Estevam (1998), os primeiros arraiais foram erguidos no centro-sul da Capitania, entre 1725 e 1731 e, até a metade do século XVIII, já se estendiam por quase todo o território (anexo A). Todavia, com a paulatina diminuição da produção aurífera, além de Traíras, ao norte, restavam apenas dois redutos da vida urbana ao sul:

Vila Boa, na condição de centro administrativo e sede do funcionalismo, reteve grande parte de seus cidadãos e sustentou algumas atividades comerciais locais. Meia Ponte, por sua vez, gozava de posição privilegiada no entroncamento das vias de comunicação inter-regionais. (Estevam, 1998 p. 54).

De acordo com Palacin (1979) e Estevam (1998), ao passo que diminuía a produção aurífera aumentavam as ruínas em diversos dos antigos arraiais, que eram costumeiramente abandonados pelos mineradores. O longo período de desenvolvimento da agropecuária fez com que as poucas vilas e cidades existentes polarizassem amplas áreas, as quais se dividiam em distritos dos centros urbanos.

A urbanização surgida em meio à mineração difere-se substancialmente daquela surgida sob o domínio econômico da agropecuária, que, aos poucos, reconfigurou o território goiano-tocantinense, numa nova lógica de ocupação, como se verá a seguir. De início é possível afirmar que a urbanização dessa nova fase econômica é deslocada espacialmente em direção ao centro-sul do Estado de Goiás.

## 1.2 A Urbanização na Economia Agropecuária e o Papel das Rodovias

A urbanização do estado de Goiás durante o desenvolvimento da agropecuária está ligada à inserção de Goiás no mercado de produtos básicos do sudeste brasileiro. No

âmbito mundial e nacional, enquanto o sertão goiano não era “ativado” economicamente, já estavam em curso profundas mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e demográficas. A Grande Depressão de 1870 havia abalado a economia mundial, da qual o país dependia, fazendo com que, passadas duas décadas e meia da crise, as exportações brasileiras sofressem grande queda. Havia ocorrido o desmantelamento da produção açucareira do Nordeste pela competição com o produto antilhano, o que provocou a transferência de parte dessa produção para o planalto paulista e para o vale fluminense do Paraíba, o que aliado à expansão do café nessa mesma área e no sudeste brasileiro, proporcionou o início da industrialização nacional. Segundo Guimarães (1982),

o “café de máquina” e o “açúcar centrifugado” representariam passos significativos na comercialização internacional dos dois produtos decisivos em nossa pauta de exportação. E no que concerne à situação da grande lavoura, as melhorias nos processos industriais garantiriam por longo tempo a integridade do sistema latifundiário, pondo-o a salvo de qualquer mudança estrutural. Ademais, tanto o café quanto o açúcar estavam, na década de 1871/1880, mais do que na década anterior, numa fase de bons preços-ouro e melhores ainda preços-papel. Somavam os dois produtos quase 70% do valor das exportações; e a crise agrária mundial, como se vê, não havia ainda alcançado nosso país. (Guimarães, 1982 p. 65).

Mas não demorou muito e a crise alimentar atingiu o país, provocando carestia nos produtos básicos e superprodução dos produtos exportáveis. Ainda segundo Guimarães (1982),

em 1902, o valor médio da saca de café caíra para 1,5 Libra-ouro, após ter alcançado 4 Libras-ouro em 1893; a tonelada de algodão, de 55 Libras-ouro, em 1900, descera para 37,5 Libras-ouro; a tonelada de açúcar, de 18,7 Libras-ouro, para 6,8; e o fumo, de 60,9, para 26,7 Libras-ouro. O aumento dos estoques invendáveis alarmava o sistema latifundiário exportador, que passara a admitir como inevitáveis ou incontíveis algumas mudanças em sua estrutura produtiva. (Guimarães, 1982 p. 77, 78).

Acrescente-se a este quadro o grande crescimento demográfico e a urbanização por que passava a região Sudeste do país na transição dos séculos XIX e XX, aliado às transformações nas relações de trabalho, com a abolição da escravatura, em 1888. Para acudir esta necessidade de alimentos básicos concorreram as regiões Sul e Centro-Oeste em momentos próximos, mas submetidas a estruturas produtivas profundamente diferentes<sup>1</sup>.

O Sul do país, com a inserção dos colonos no Rio Grande do Sul, visava uma

---

<sup>1</sup> Também a região Nordeste do país é afetada pela concentração econômica e industrial do Sudeste do país. Sua contribuição se deu pela migração da numerosa força de trabalho que, depois do migrante europeu, supriu a necessidade de trabalhadores, sobretudo de São Paulo. Sobre isso consultar Oliveira (1993).

produção dotada de tecnologia, inclusive com a implantação de extensa linha férrea. A ardência da crise alimentar fez com que os colonos tivessem acesso livre às terras, o que, segundo Guimarães (1982), representou uma exceção na tendência latifundiária brasileira e serviu, dialeticamente, para manter este latifundiarismo intacto. O que envenenava a região Sudeste tornou-se o eldorado desses colonos, que encontraram um ótimo mercado para produtos básicos, os quais já eram largamente importados pelo país.

Por seu turno, o Centro-Oeste brasileiro passou a contribuir mais largamente para o mercado nacional com a chegada da ferrovia, em 1911, e das rodovias, posteriormente. Importante ressaltar, contudo, que a malha ferroviária só chega a Goiás depois de ter-se estabelecido certa ligação econômica entre o sudeste goiano e o triângulo mineiro. Segundo Estevam (1998), a porção territorial do Triângulo Mineiro

[...] chegou a ser no início do século incorporada ao território de Minas (1816), sendo retomada por Goiás, até que, em definitivo, foi anexada (1833) na jurisdição mineira. [...] Sua ocupação – ao longo do século XIX – foi efetivada por mineradores em função da decadência da atividade; a marcha de povoamento, oriunda da própria Minas Gerais, atingiu vagarosamente o Triângulo e o sul de Mato Grosso. Antes da extensão dos trilhos até o Triângulo esta “região” era deserta, de atividade agropastoril, e importava alguns bens elementares como sal, querosene e ferramentas, inclusive para distribuição em áreas vizinhas. Sua urbanização era débil e sua fisionomia, como de resto em todas as adjacências, caracterizava-se pela grande propriedade rural auto-suficiente. Contudo, desde cedo, aquela fração territorial triangular evidenciara peculiaridades. Primeiro devido à sua privilegiada posição geográfica de entroncamento com o Mato Grosso, Goiás e São Paulo; segundo, por constituir território quase “autônomo” com relação a Minas Gerais, destoando de sua própria província por ostentar uma superfície fértil, sem acidentes e distanciada do centro administrativo mineiro. (Estevam, 1998 p. 62).

Portanto, o “acionamento” do sudeste goiano foi precedido pelo acionamento do Triângulo Mineiro, que passou a dominar, pela via férrea, parte do escoamento e do comércio da produção agropecuária goiana. O sudeste goiano, aliás, foi povoado a partir do final do século XIX pela mesma população mineira do Triângulo. Borges (1990, p. 58) afirma que “no início do século [XX], com a ascensão ao poder no estado de Goiás da facção oligárquica liderada por Xavier de Almeida, algumas ideias modernizantes foram postas em prática no campo econômico. Dentre elas a luta pela estrada de ferro ganha maior intensidade.”. Isso mudava a perspectiva econômica dos goianos, tanto pela esperança como pelos primeiros reflexos da ferrovia na economia, a partir de 1911, quando “a estrada entrou em tráfego regular nos seus primeiros 150 Km.” (Borges, 1990 p. 73).

Antes da chegada da ferrovia já havia certo crescimento da produção no estado de Goiás. Conforme Estevam (1998),

em 1901, a participação da pecuária na receita total [em Goiás] era de 24,5% e, em 1909 atingiu 38,7%. Não obstante, o fenômeno ocorreu

justamente em um período de recuperação da economia nacional e o aumento da receita na região não pode ser credenciado unicamente ao maior rigor na cobrança dos impostos [por parte dos novos governantes, originários do sudeste de Goiás]. Certamente parte do dinamismo originou-se de um aumento na demanda de alimentos e matérias primas advinda principalmente da expansão da economia paulista. (Estevam, 1998 p. 90).

Também a Primeira Guerra Mundial ampliava as exportações brasileiras e é justamente no primeiro ano da guerra – 1911 – que os trilhos adentram o território goiano. Todavia, os produtos exportados por Goiás tinham como destino o mercado interno.

Segundo Nunes (1984), as mudanças na economia goiana por meio dos transportes ocorrem primeiramente em 1890, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana a Araguari (MG), viabilizando as exportações do sul do estado.

Em 1913 Goiás estava ligado à malha viária brasileira por meio da Estrada de Ferro Goiás e pela Rede Mineira de Viação. Porém, o país já não sofria tanto com a crise alimentar, já que a região Sul começava a abastecer o Sudeste com produtos básicos, e a sociedade mineira, que já estava inserida nesse mercado, lutou contra a ligação direta de Goiás como os trilhos da Ferrovia Mogiana, fazendo com que o plano de ligação da E. F. Goiás à de Monte Carmelo (MG) desviasse até o terminal de Araguari (MG), aumentando o percurso.

Ao contrário da discussão acerca da existência ou não de decadência no território goiano, como relatado inicialmente, há unanimidade na identificação da chegada da ferrovia como o início de uma nova era para o estado de Goiás, que se transforma política e economicamente e constrói uma nova rede urbana.

Por todos esses agravantes, e por conta da quase inexistência estradas e de transporte eficiente, a ligação ferroviária provocou o aumento das exportações goianas, mas ainda relativamente baixa em relação aos outros estados. Segundo Nunes (1984), em 1929 Goiás exportava 37.000 contos (6,6 \$/habitante), Mato Grosso 47.000 contos (130 \$/hab.), Espírito Santo 193.000 contos (231 \$/hab.) e Minas Gerais 903 contos (170 \$/hab.). Mesmo assim, a E. F. Goiás era uma das poucas ferrovias administradas pelo governo federal que geravam saldo positivo (Chaul, 2000; Borges, 1990). Como afirma Nunes (1984), também a administração pública era beneficiada, chegando a 1921 sem dívidas internas ou externas, contrastando com os 150 anos precedentes.

Ainda segundo Barreira (1997), é diante da possibilidade de comercialização que surgem as primeiras lavouras mercantis, assim como o florescimento do comércio do excedente da agricultura e criação de gado em escala crescente, que “se concretiza com a construção da estrada de ferro, aliada a uma teia de estradas de rodagem implantadas entre 1915 e 1921, o que melhorou sensivelmente a articulação espacial do Sul goiano.” (Barreira, 1997 p. 72). Nunes (1984) afirma que “os grandes saldos orçamentários do período 1913-20

advindos de uma maior comercialização permitiram o surgimento das primeiras estradas de rodagem, em busca do terminal da ferrovia.” (Nunes, 1984 p. 86). Como visto, para Nunes (1984) nesse período ocorreu apenas o surgimento das primeiras rodovias. De início essas rodovias eram construídas e exploradas por particulares, com subsídio do governo estadual (Nunes, 1984). Em 1917 surge a primeira companhia rodoviária, chamada Auto Viação Goiana, e em 1918 a Auto Viação Corumbaibense. Segundo Nunes (1984), desde então eram comuns os atos oficiais do governo estadual autorizando essas companhias a funcionarem, ao passo que o governo se eximia das obras, de modo que ao terminar a República Velha, a maioria dos 3.500 quilômetros de rodovia estava nas mãos de particulares e representavam fontes de altos lucros, pela cobrança de pedágios. O poder público estadual procurava construir algumas vias e comprar outras, mas dispunha de poucos recursos para isso (Nunes, 1984). Afirma ainda a autora que essas estradas estavam em péssimas condições, dadas as dificuldades de construção e de manutenção<sup>2</sup>.

Essa dinamização econômica e demográfica foi responsável pela geração de uma rede urbana, situadas abaixo do paralelo 15<sup>o</sup>, que serviu de base para a agropecuária exportadora. Nunes afirma que

entre 1888 e 1930, o adensamento e a expansão do povoamento nas porções meridionais de Goiás (Sudeste, Sul e Sudoeste) evidenciaram-se através da formação de dez [doze] novos municípios: Planaltina, Orizona, Bela Vista, Corumbaíba, Itumbiara, Mineiros, Anicuns, Trindade, Cristalina, Pires do Rio, Caldas Novas e Buriti Alegre. (Nunes, 1984 p. 85).

Antes da chegada da ferrovia e das rodovias o estado de Goiás (ainda ligado ao Tocantins) vivia sob uma economia baseada na agricultura de subsistência e na pecuária de exportação<sup>3</sup>. Segundo o censo de 1920 (Brasil, 1923), em Goiás, de cada 1.000 pessoas

---

<sup>2</sup> Afirma Nunes (1984) que “as dificuldades na construção de uma estrada de rodagem eram inúmeras, a começar pelo problema da técnica. Não havia engenheiros e nem máquinas que pudessem realizar este tipo de trabalho. Normalmente utilizavam para a demarcação do traçado agrônomos ou pessoas sem nenhuma formação específica, mas com vasto conhecimento da região. Um dos critérios que norteava o traçado da estrada era evitar, sempre que possível, quaisquer obras mais sofisticadas [...] Para isto, contornavam matas, cabeceiras e brejos, pois não havia máquinas, tudo era feito no braço dos peões, com instrumentos de trabalho muito rudimentares: foice, machado, enxada. [...]” (Nunes, 1984 p. 94, 95). Quanto às obras empreendidas pela Secretaria de Obras Públicas do Estado dependiam de técnicas também rudimentares: “utilizavam, para tanto, grades de madeira que eram arrastadas por 08 a 10 bois de carro devidamente aparelhados, dirigidos por um homem e um menino, e que fazia simultaneamente os seguintes serviços: capina, manutenção do abaulamento e das valetas, raspagem e compressão da estrada. (Nunes, 1984 p. 96, 97). Em 1918 “a necessidade de mão-de-obra na construção de estradas tornou-se um problema tão grave que levou o governo do Estado de Goiás a utilizar o trabalho de prisioneiros. [...] Entretanto a experiência foi negativa e pouco tempo depois o governo substituiu o trabalho dos sentenciados pelo do braço livre, com muito menor esforço e disciplina e de vigilância e com muito maior produtividade. (Nunes, 1984 p. 95).

<sup>3</sup> Segundo Estevam (1998), houve uma diferença produtiva entre sul e norte de Goiás: “O norte de

com renda 783,4 estavam ocupadas na exploração do solo (agricultura, criação, caça e pesca); 119,1 na indústria; 31,8 no comércio; 29,5 nos trabalhos domésticos; 18,9 nas profissões liberais e administração pública; 9,5 na extração mineral; 6,2 nos transportes e; 1,6 viviam de suas rendas. Há de se destacar que, apesar de quase 12% das pessoas estarem ocupadas na indústria, esta era uma atividade ainda rudimentar, visto que não existiam máquinas ou energia elétrica no estado, além de uma usina termoelétrica de 100 H.P. (*horsepower*, cavalos-força) na capital.

Mesmo com pouca tecnologia a produção era considerável em relação ao restante do país. Apesar de o estado de Goiás contar, em 1920, com apenas um trator e somente 13 dos seus 49 municípios (26,5%) dispusessem de arados, a área ocupada com o cultivo de arroz, por exemplo, era a quarta de todo o país, com 25.063 hectares, abaixo do Rio Grande do Sul (54.590 hectares), Minas Gerais (116.404 hectares) e São Paulo (218.522 hectares). Havia, nessa época, apenas 97 pessoas trabalhando na indústria de alimentação e 41 na indústria de vestuário, em contraste com as regiões sul-sudeste e com o litoral brasileiro. Quanto à pecuária, o estado de Goiás apresentava a segunda maior proporção de bovinos por mil habitantes (5.901).

Um traço marcante da região Centro-Oeste eram as relações de trabalho, marcadas por duas figuras opostas. De um lado o fazendeiro ou o coronel, e, de outro, o camarada, agregado ou parceiro<sup>4</sup>, que, apesar de todos os laços econômicos e afetivos com o patrão, estava sujeito ao desterro repentino. Na verdade essa oposição era abrandada pela aparência das relações entre patrão e empregado nas fazendas tradicionais goianas. Segundo Estevam (1998), não havia distinção visual, já que, na fazenda goiana, o patrão participava das mesmas atividades e usava os mesmos trajes. Como um meio termo entre essas duas figuras, havia a condição de posseiro pobre, que cuidava pessoalmente de sua subsistência e que só esporadicamente trabalhava em outras propriedades ou recebia ajuda de outros para trabalhar em sua posse, mormente nas épocas de colheita.

A agropecuária goiana do início do século XX, apesar da expansão produtiva, não modificou as relações de trabalho nem a tecnologia de produção (Nunes, 1984; Borges, 1990; Estevam 1998). Como afirma Estevam (1998), o aumento de produção se dava pelo

---

Goiás destoava do sul com relação à modalidade produtiva. [...] Sendo as jazidas auríferas do norte menos expressivas, o declínio se dera mais rapidamente naquela fração setentrional e a pecuária extensiva fora precocemente fomentada naqueles recantos. [...] Por esta razão o pastoreio foi mais característico do norte de Goiás e as fazendas do sul, na época, produziam pouco gado.” (Estevam, 1998 p. 53).

<sup>4</sup> Teixeira Neto (2008) afirma que os agricultores eram desvalorizados pelos que se dedicavam exclusivamente à criação de animais. Essa acepção não é partilhada por muitos outros autores, que descrevem a fazenda goiana multifuncional, onde se plantava e se criava gado ao mesmo tempo, como a maior característica da sociedade goiana tradicional, o que leva a crer que essa complementaridade entre as funções abrandasse as diferenças.

aumento da área de cultivo ou de criação. Assim, as levas migratórias que chegaram a Goiás antes do último quartel do século XX prolongaram essas relações produtivas arcaicas. Muitos desses migrantes se tornaram fazendeiros, outros engrossaram as fileiras de trabalhadores rurais agregados. As terras, antes fartas e sujeitas às posses, foram parceladas e vendidas por particulares e, sobretudo, pelo governo, já que grande parte do território goiano se constituía de terras devolutas.

Portanto, a área goiana mais próxima do estado de São Paulo e da região do Triângulo Mineiro até a zona do Mato Grosso de Goiás (MGG) estava, em meados do século XX, vivendo uma nova estruturação econômica e demográfica. É neste ambiente que surgem vários núcleos urbanos. Convém, assim, discorrer um pouco mais sobre a urbanização do MGG.

### 1.2.1 A Urbanização Recente da Zona do Mato Grosso de Goiás

Com a inserção do estado de Goiás no circuito produtivo nacional houve o surgimento de novos núcleos urbanos, que serviram de base para a colonização de novas regiões do estado, sobretudo por paulistas e mineiros. Esse povoamento começou pelo sudeste goiano, mas logo chegou à zona do Mato Grosso de Goiás<sup>5</sup> (figura 1). Como o povoado de São Geraldo surge em 1922, faz parte dos primeiros núcleos urbanos criados nessa zona em decorrência da entrada de Goiás na produção nacional de alimentos.

Segundo Teixeira Neto (2006b), a ocupação da região do Mato Grosso de Goiás para a produção agropecuária teve início em meados do século XIX, a partir de uma economia camponesa:

[...] o que se poderia chamar de economia camponesa só veio aparecer [...] com as migrações espontâneas de famílias procurando terras para se instalar e produzir alimentos e com a abertura das zonas pioneiras no Sul Goiano, no “Mato Grosso” de Goiás e, no norte, no “Bico do Papagaio”, a partir de meados do século XIX e início do século XX, respectivamente. Aí sim, pode-se falar de economia camponesa, principalmente nas zonas pioneiras. [...]. (Teixeira Neto, 2006b p. 19).

---

<sup>5</sup> Esta zona ou região é chamada de “Mato Grosso Goiano” e, mais comumente, de “Mato Grosso de Goiás”. Apresenta uma formação vegetacional diferenciada do restante do Cerrado goiano, devido à sua base geológica, formada por um derramamento basáltico, que fez com que essa zona desenvolvesse uma vegetação semelhante à da Mata Atlântica, apesar das diferenças. Esse solo basáltico, menos ácido e mais fértil que o solo do restante do bioma Cerrado, deu suporte à agricultura goiana tradicional, baseada na substituição predatória da vegetação nativa por plantações que, após dois ou três anos de cultivo, davam lugar a pastagens para o gado.



Isso mostra que, independentemente da chegada da ferrovia em Goiás, o estado já estava experimentando certa transformação produtiva, com a ocupação da sua porção sul do Estado e da zona do Mato Grosso de Goiás. Assim, é importante destacar que a ferrovia não iniciou a integração econômica com o Sudeste brasileiro, apenas veio reforçar e dinamizar a ocupação que já estava em curso. Aliás, essa produção veio a provocar a abertura dos primeiros caminhos, que acabaram por completar a integração com a ferrovia, alimentando esta com seus produtos. Muitos desses caminhos foram custeados por particulares, como visto acima.

Após o lento despertar da economia goiana – a partir de meados do século XIX – e a introdução da tecnologia ferroviária de transporte começa uma nova fase de inserção de Goiás no quadro econômico nacional, empreendida pelo governo federal. A partir de 1930, com a “Marcha para o Oeste”, o governo Vargas busca, entre outras coisas, a substituição das importações, a ampliação do mercado interno e a ocupação produtiva das regiões Centro-Oeste e Norte.

A onda de integração produtiva nacional, após atingir o sudeste goiano, chega à zona do Mato Grosso de Goiás e, mais lentamente, ao sudoeste do estado. A construção de Goiânia, nova capital estadual, levou à intensificação dos fluxos em direção ao MGG. Como visto, desde meados do século XIX a antiga estrutura urbana e rural deixada pela mineração havia se modificado segundo uma nova lógica produtiva, tendo a cidade de Anápolis como centro urbano mais dinâmico, onde chegaram os trilhos da ferrovia em 1935.

A instalação de Goiânia “à porta” do MGG, somada à ampliação da malha viária, fez com que a concentração política, econômica e comercial da cidade servisse de suporte ao despertar da agropecuária goiana nessa área. Mais tarde, a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que deu origem ao município de Ceres, veio ampliar a área ocupada pela agropecuária dentro do MGG. Porém, no presente estudo, não é demais frisar que essa “macro” rede urbana convivia com uma outra rede de núcleos urbanos menores, que davam suporte – local – à agropecuária, como o povoado de São Geraldo. De acordo com Estevam (1998),

em termos espaciais, os efeitos dinâmicos da integração estiveram localizados do centro-sul do território goiano. A característica sócio-econômica mais significativa – nas décadas de 1940 e 1950 – foi a intensa concentração populacional, produtiva, comercial e urbana na zona Mato Grosso de Goiás. O movimento inicial de ocupação da área se dera a partir de Goiânia e Anápolis, tendo avançado rumo ao médio norte em função da colonização federal em Ceres e da exploração de matas mais distanciadas. Desde os anos trinta o Mato Grosso de Goiás (MGG) constituiu disputado ponto de atração para os migrantes que buscavam o Planalto Central. A participação da população na zona, que era de 15,0% em relação ao total do estado em 1920, atingiu 36,0% em 1960, triplicando em termos absolutos nas duas últimas décadas mencionadas. Enquanto a população do estado cresceu menos de quatro vezes entre 1920 e 1960, no MGG a mesma multiplicou-se quase nove vezes.

Outro traço importante dessa ocupação foi a abertura de vias pelo Estado. Segundo Nunes (1984), somente em 1946 surge o primeiro Plano Rodoviário de Goiás e a Comissão de Estradas de Rodagem de Goiás e, em 1956, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás (Dergo), órgão executivo que veio substituir essa Comissão. Os trabalhos, todavia, eram constantemente interrompidos pelos atrasos nos repasses do Fundo Rodoviário Nacional, criado em 1945 (Nunes, 1984). Segundo a autora, no governo de Pedro Ludovico Teixeira (1951-1954) Goiás recebeu rodovias tanto do Plano Rodoviário Federal quanto do Plano Rodoviário Estadual.

O “Plano de Metas” de Kubitschek, ao construir Brasília entre 1955 e 1960, ampliou também a abertura de grandes rodovias – boa parte delas pavimentadas – que, partindo da nova capital federal, cortavam todo o país, sobretudo o estado de Goiás, em todas as direções<sup>6</sup>.

Logo após a melhoria da infraestrutura viária em função da construção de Brasília, a modernização da produção agropecuária goiana, a partir de 1970, causou mudanças profundas em toda a estrutura produtiva, com reflexos na vida rural e urbana do estado. Como novidade do processo tem-se a introdução do capital estatal financiando a produção agropecuária. Vários autores concordam que essa modernização foi uma demanda “criada” pela indústria de insumos e não pelo setor agropecuário.

Dessa fusão industrial-rural surge a chamada agroindústria, que enclausurou a produção agropecuária, na cadeia vertical indústria-produtor-distribuidor-consumidor. Também surge um novo movimento migratório em que migrantes das regiões Sul e Sudeste brasileiras compram terras em Goiás com o capital da venda de suas antigas propriedades, o que, por outro lado, levou à reconcentração fundiária e à migração dos pequenos produtores goianos para as cidades. Estevam (1998) aponta outros traços dessa modernização:

Em suma, o processo de modernização da agricultura em Goiás foi parcial ou, visto de outra forma, seletivo. Concentrou-se em alguns produtos selecionados de exportação em detrimento de culturas domésticas voltadas para o mercado interno; encontrou nos maiores produtores o mercado de crédito substancial dedicando parques volumes financeiros para os pequenos produtores e, em termos espaciais o movimento esteve concentrado regionalmente no centro-sul, área mais próxima de São Paulo, contemplada no programa de desenvolvimento dos cerrados. (Estevam, 1998 p. 180).

---

<sup>6</sup> Segundo Ianni (1991), “as metas relacionadas com as ferrovias e as rodovias [...] desempenharam um papel extra-econômico. A construção e o reparamento das ferrovias e, principalmente, a construção e pavimentação de rodovias exerceram um efeito ‘mágico’ na mente de uma parte dos habitantes das pequenas e médias cidades, onde não eram visíveis os investimentos industriais. E a construção da Rodovia Belém-Brasília representou uma demonstração ‘física’ da capacidade de realização do governo e das possibilidades do povo brasileiro. Com essa estrada, a Amazônia se tornava um pouco menos distante dos maiores centros populacionais e, também, parecia mais integrada à sociedade nacional.” (Ianni, 1991 p. 165).

Essa concentração no centro-sul<sup>7</sup> do estado inclui as regiões sudeste, sudoeste e, além delas, basicamente o MGG, onde houve maciça concentração fundiária na década de 1970. Quanto a essas transformações mais recentes no Mato Grosso de Goiás, afirma Teixeira Neto (2006b):

[...] De economia rural voltada basicamente para abastecer o mercado interno e, lógico, para a auto-sustentação das famílias, a agricultura e a pecuária – mais a agricultura que a pecuária – goiano-tocantinenses se inseririam, a partir dos anos 1970, no mercado nacional e internacional não mais como meras produtoras de produtos básicos – arroz, feijão e carne –, mas como alimentadoras de uma nova concepção da agricultura – a agroindústria. [...] À exceção das áreas ainda pouco exploradas pelas atividades rurais – sobretudo o vale do Médio-Tocantins e o Vão do Paranã –, a revolução no campo se operou nas mesmas zonas de povoamento e urbanização antigas, sobretudo no “Mato Grosso” de Goiás, é o que nos mostra Leo Waibel. (Teixeira Neto, 2006b p. 32).

A urbanização pós-1970 teve três características marcantes: criou novos núcleos urbanos, que se concentraram principalmente às margens da rodovia Belém-Brasília, mormente na porção norte do estado (Gomes; Teixeira Neto e Barbosa, 2004); gerou a concentração populacional nos novos e em alguns antigos núcleos urbanos e; possibilitou a metropolização de Goiânia e de Brasília, além do crescimento da cidade Anápolis. Tudo isso é o gene da deflação populacional das pequenas cidades e concentração populacional nos municípios periféricos das duas metrópoles e nas cidades médias, a partir de meados da década de 1970.

Teixeira Neto (2006b), ao observar o censo agropecuário de 1975, afirma que

[...] numa rápida vista d'olhos sobre a distribuição geográfica de alguns desses caracteres – tamanho da propriedade, natureza da propriedade, se pública ou privada, se individual ou não – certas oposições são facilmente constatadas, como, por exemplo: a) a grande concentração das pequenas propriedades (aquelas com menos de 100 hectares), na região centro-sul, ou mais precisamente no “Mato Grosso” de Goiás, e, de um certo modo, também no “Bico do Papagaio”, justamente as regiões mais densamente povoadas de Goiás-Tocantins. Na verdade, [...] lá onde a concentração de população é maior, maior também é o fracionamento da terra. Obviamente, isto decorre de um fato simples; a pressão exercida pela população pelo acesso à terra é maior, como também maior é a especulação imobiliária. As pequenas propriedades familiares tendem aí a exercer uma agricultura diversificada com vistas ao abastecimento do mercado em produtos de maior demanda pela população vizinha: os víveres alimentícios clássicos. [...] f) Finalmente, as duas únicas regiões em que se praticava uma agricultura melhorada eram, respectivamente, as do entorno de Goiânia e da Vertente Goiana do Paranaíba, em volta de Itumbiara. À entrada da primeira, foi construída a nova capital de Goiás – Goiânia – ícone não apenas da modernidade, mas, sobretudo, símbolo do rompimento entre o velho e o arcaico no Brasil, isto é, entre a Velha e a Nova República

---

<sup>7</sup> Fora do centro-sul do estado outras porções do território goiano são incorporadas rapidamente no sistema produtivo moderno, como a região da Estrada do Boi (Barreira, 1997).

emergida da Revolução de 30. Por seu lado, Itumbiara foi, em meados do século XIX, a principal porta de entrada das populações migrantes que, abandonando as regiões já deprimidas, principalmente de Minas Gerais, deram início à retomada do povoamento de Goiás. (Teixeira Neto, 2006b p. 22-24).

Essa concentração no MGG das propriedades de até 100 hectares, apesar de parecer menos conflituosa que outras regiões, trazia outro problema: a incapacidade de absorção da mão-de-obra que a mecanização agrícola “liberou”. Assim, com base nos censos de 1970 e de 1975, os técnicos do RadamBrasil verificaram que

no tocante à relação oferta e requerimento de mão-de-obra [no MGG] para 1970, verifica-se que houve um excesso de 40,3%. Em 1975 essa relação demonstrava um excesso de 106,5%. Para explicar esse fato, dois fatores poderiam ser levados em consideração: 1) entre 1970 e 1975 a microrregião sofreu uma intensificação na tecnologia agrícola, fato que a levou a absorver menor número de mão-de-obra, conquanto tenham sido introduzidas culturas, como alho e café, as quais demandam quantia significativa de pessoas. Entretanto, essas culturas estão concentradas em certos municípios e, na análise a nível microrregional, o problema ainda coexiste; 2) por outro lado [...] as propriedades de 0 a 100 ha, consideradas pequenas, sofreram em muitos municípios o processo de desmembramento, visto que entre 70-75 houve um aumento de 509 propriedades, porém a sua área sofreu um acréscimo de somente 56 Km<sup>2</sup>. [...] Portanto, é flagrante no setor minifundiário a superabundância de mão-de-obra, levando-os [os trabalhadores] a se incorporarem ao contingente de reserva de trabalho e a aguardarem oportunidade de um emprego instável, estacional ou nômade oferecido pelos agricultores de maiores recursos. (Brasil, 1983 p. 709).

Como se vê, na década de 1970 surgiu o ponto de cisão traumática entre o trabalhador rural e o campo. Paradoxalmente, a distribuição de terra não solucionou o problema do trabalho, haja vista a desleal concorrência a ser enfrentada pelos produtos dessas pequenas propriedades. Antigos parceiros e meeiros saem das grandes propriedades e as pequenas não lhes dão possibilidade de sobrevivência. Tomam, então, o rumo das cidades, sobretudo da capital do estado e das cidades periféricas a esta.

Assim, com as transformações no campo goiano, Goiânia se torna um polo de atração de migrantes. É a partir daí que o processo de metropolização ganha celeridade e reflete no conjunto dos municípios periféricos a Goiânia, fazendo com que haja um transbordamento demográfico da metrópole sobre esses espaços.

Mas não foi somente a tecnologia e as relações de trabalho que mudaram a feição do MGG. A natureza do seu solo condicionou tanto sua ocupação quanto o seu – relativo – abandono. Assim narrou Teixeira Neto (2006b) essa trajetória do uso do solo rural do MGG, com base na análise do censo agropecuário de 1975:

[...] em zonas pioneiras tradicionais dos anos da expansão da fronteira agrícola, como a que se abriu no “Mato Grosso” de Goiás – incluindo-se aí o Vale do São Patrício – e no “Bico do Papagaio”, no Tocantins, o desmatamento tinha por finalidade primeira produzir alimentos com finalidades de se comercializar o excedente, tamanha era a fertilidade natural do solo. Só mais tarde, quando os objetivos da colonização foram sendo desvirtuados ou por falta de apoio oficial ao empreendimento ou por falta de tecnologia, é que as terras se transformaram em pastagens. A topografia ondulada dessas regiões, que exige técnicas de proteção do solo para evitar o desencadeamento dos processos erosivos, fez com que se mudasse de atividade por dois motivos principais: primeiro, porque a terra já estava cansada demais para produzir compensatoriamente sem a ajuda de insumos agrícolas praticamente inexistentes naquela época; segundo, porque diante do desgaste natural da terra devido à ação natural dos agentes erosivos, principalmente das águas de escoamento superficial, a sua única proteção seria transformá-las em pastos. Nesta passagem de um uso para outro, ou por falta de motivação, ou por falta de recursos técnicos e financeiros por parte dos pequenos proprietários, as propriedades foram sendo reagrupadas, deixando de ser pequenas, para se transformarem em verdadeiros latifúndios nas mãos de grandes pecuaristas. (Teixeira Neto, 2006b p. 38, 39).

Em resumo, o surgimento, o auge e a decadência da produção agropecuária da região do Mato Grosso de Goiás mostra um esboço da trajetória econômica de todos os municípios dessa zona, com poucas ressalvas, já que todos eles sofreram profundas transformações advindas da introdução de tecnologias na agropecuária. Uma das principais mudanças foi o decréscimo relativo da atividade do setor primário na produção da zona. De acordo com o IBGE (1971; 1979), entre 1970 e 1975 o pessoal empregado no setor primário na microrregião passou de 10,1% para 8,6% do total estadual. Por outro lado o setor secundário passou de 4,0% para 4,3% e o setor terciário de 15,9% para 17,3%.

Estas transformações refletiram no perfil econômico de Goianira, cidade objeto central do presente estudo. A cidade, antes sustentada pelo campo, sofre um forte êxodo rural na década de 1970 – a população aflui para a cidade – e também recebe migrantes, passando a responder à demanda residencial da aglomeração urbana de Goiânia. Todavia, boa parte dos setores secundário e terciário “de Goianira”, ou seja, movimentados pelo município, não estão localizados totalmente em seus limites territoriais, mas em Goiânia, devido à proximidade ao polo metropolitano, que centraliza esses dois setores.

#### 1.2.1.1 *O ordenamento espacial do entorno de Goiânia*

Cabe aqui interpretar o processo de metropolização de Goiânia a partir da gênese do município, ressaltando pontos importantes de sua formação, que surgiu de uma reconfiguração espacial ainda pouco estudada do ponto de vista territorial e demográfico.

A história dos municípios periféricos à Goiânia é “apagada” pela história desta

cidade no que se refere à evolução populacional e territorial, dentre outros aspectos. É como se não houvesse pessoas no sítio urbano ou no campo dos povoados e dos distritos e como se os limites territoriais não tivessem sofrido tantas modificações. A constatação dessa má interpretação dos dados e da história leva a que, quando se fala da evolução populacional do “município” de Goiânia, apenas apresentem-se os dados de população disponibilizados nos censos. E geralmente fala-se em “município” pensando em cidade, a malha urbana contínua.

O que não se considera é que Goiânia surge com mínima população própria e que há uma constante mudança nas vinculações dos distritos. De início, pelo decreto estadual nº. 327, de 2 de agosto de 1935, os municípios de Campinas e Hidrolândia foram extintos, assim como sofreram desmembramentos de parte dos territórios os municípios de Anápolis, Bela Vista de Goiás e Trindade. Esta é a primeira conformação do município de Goiânia, que teria como distritos Campinas e Hidrolândia. O quadro 1 traz a evolução das vinculações distritais ao município de Goiânia.

Como pode ser visto, só recentemente o município de Goiânia esteve sem distritos vinculados. Isto significa que quase sempre o que é contado como população do município – e entendido como população da cidade – é superior à população do distrito-sede.

Este detalhe é ainda mais evidente nas primeiras décadas da instalação da cidade de Goiânia. A tabela 1 indica a situação demográfica do município de Goiânia registrada no censo de 1940.

Tabela 1 – População do município de Goiânia e de seus distritos – 1940.

DIVISÃO DISTRITAL	POPULAÇÃO DE FATO		
	Total	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
Goiânia	26.065	14.943	11.122
Hidrolândia	5.299	735	4.564
Ribeirão	5.609	901	4.708
São Geraldo	1.455	357	1.098
Trindade	9.738	1.953	7.785

Fonte: IBGE (1951, p. 19).

Quadro 1 – Evolução das vinculações distritais ao município de Goiânia.

Dispositivo legal	Alteração	Núcleo urbano	Distritos do município de Goiânia
Quadros de divisão territorial do IBGE de 31/12/1936 e 31/12/1937	Inicial	<u>Goiânia</u>	<u>Campinas</u> , <u>Aparecida</u> , <u>Hidrolândia</u> , <u>São Sebastião do Ribeirão</u> e <u>São Geraldo</u>
Decreto-lei estadual nº 557 de 30/03/1938	Transforma Campinas em zona do distrito sede	<u>Sede</u> (Goiânia + Campinas)	<u>Aparecida</u> , <u>Hidrolândia</u> , <u>Ribeirão</u> (ex-Santo Antônio do Ribeirão) e <u>São Geraldo</u>
Decreto-lei estadual nº 1.233 de 31/10/1938	O município de Goiânia adquire os territórios do município de Trindade e do distrito de Aparecida	<u>Sede</u> [Goiânia (Goiânia + Aparecida) + Campinas]	<u>Hidrolândia</u> , <u>Ribeirão</u> (ex-Santo Antônio do Ribeirão), <u>Trindade</u> e <u>São Geraldo</u>
Decreto-lei estadual nº 8.305 de 31/12/1943	Goiânia adquiriu para o distrito de Grimpas (ex-Hidrolândia) parte do território do distrito-sede do município de Piracanjuba, e perdeu o distrito de Trindade e partes dos distritos de Goianira (ex-São Geraldo) e Trindade, transferidas para o distrito-sede do município de Inhumas	<u>Sede</u> [Goiânia (Goiânia + Aparecida) + Campinas]	<u>Grimpas</u> (ex-Hidrolândia), <u>Guapó</u> (ex-Ribeirão, ex-Santo Antônio do Ribeirão) e <u>Goianira</u> (ex-São Geraldo)
Leis estaduais nº 171 e 233, de 06/10/1948 e 05/11/1948 respectivamente	Cria os municípios de Guapó e Hidrolândia (1)	<u>Sede</u> [Goiânia (Goiânia + Aparecida) + Campinas]	<u>Goianira</u> (ex-São Geraldo)
Lei municipal nº 239 de 31/03/1953	Cria o distrito de Senador Canedo ex-povoado	<u>Sede</u> [Goiânia (Goiânia + Aparecida) + Campinas]	<u>Goianira</u> (ex-São Geraldo) e <u>Senador Canedo</u>
Lei estadual nº 2.363 de 09/12/1958	Cria o município de Goianira (2)	<u>Sede</u> [Goiânia (Goiânia + Aparecida) + Campinas]	<u>Senador Canedo</u>
Lei estadual nº 4.927 de 14/11/1963	Cria o município de Aparecida de Goiânia (3)	<u>Sede</u> (Goiânia + Campinas)	<u>Senador Canedo</u>
Lei estadual nº 10.435 de 09/01/1988	Cria o município de Senador Canedo	<u>Sede</u> [Goiânia + Campinas]	
Decreto nº 666, de 05/06/1990	Cria o distrito de Abadia de Goiás (4)	<u>Sede</u> [Goiânia + Campinas]	<u>Abadia de Goiás</u>
Lei estadual nº 12.799 de 27/12/1995	Cria o município de Abadia de Goiás	<u>Sede</u> [Goiânia + Campinas]	
Lei estadual nº 7.257, de 17/11/1993	Cria o distrito de Vila Rica (5)	<u>Sede</u> [Goiânia + Campinas]	<u>Vila Rica</u>

Fontes: IBGE (1951; 1971; 2008a; 2008b; 2008c; 2008d; 2008e).

Notas: (1) mesma situação na divisão territorial de 01/07/1950.

(2) mesma situação na divisão territorial de 01/07/1983.

(3) o IBGE não deixa claro que o distrito de Aparecida se tornou município.

(4) mesma situação na divisão territorial de 01/06/1995.

(5) mesma situação na divisão territorial de 2003 e de 2007.

Neste cenário, o distrito sede de Goiânia (que incluía o povoado de Aparecida e a ex-cidade de Campinas) contava com pouco mais da metade da população de todo o município. Portanto, a interpretação do crescimento demográfico da cidade de Goiânia mostra-se confusa. Nas interpretações mais costumeiras o crescimento de Goiânia já começa com 14.300 habitantes em 1933, que são vistos como a população urbana, quando, na verdade a construção da cidade estava se iniciando. Essa população pertence, portanto, aos povoados e distritos do novo município. Assim, há duas deformações bastante claras: o crescimento entre 1933 e 1940 advém da incorporação de vários distritos ao município de Goiânia, ao passo que o baixo crescimento entre 1940 e 1950 é reflexo da retirada de distritos do território municipal de Goiânia: Trindade voltou a ser cidade e foram criados os municípios de Guapó e Hidrolândia.

Com essas mudanças – de direito, não de fato – o quadro evolutivo da população mais engana do que esclarece. Vê-se uma maior fidelidade histórica apenas quando os distritos do município de Goiânia passam a contar com uma população irrisória em relação ao da capital, a partir de 1960.

Outro ponto importante, ao se falar da aglomeração urbana do entorno de Goiânia, são as ligações regionais que interferiram na conformação político-econômica da cidade, já que há relação direta entre o crescimento econômico e a dinâmica demográfica de uma cidade que, no caso de Goiânia, interfere diretamente nas cidades periféricas. O papel de Goiânia na divisão inter-regional do trabalho não se baseou na industrialização, dando a esta cidade um aspecto diferenciado em relação à maioria das metrópoles brasileiras.

Faz-se necessário esclarecer que é clássica a associação do movimento de concentração urbano-metropolitano com a industrialização moderna, visto que, ao que parece, a urbanização agiu como substrato da produção industrial de larga escala. Até o início do século XX a indústria dos países centrais tendeu a importar matéria-prima de países periféricos, sem gerar nestes países grandes aglomerações urbanas, como foi o Brasil da cana-de-açúcar e do ouro. É com a instalação de indústrias também nos países exportadores de matéria-prima que o fato urbano-metropolitano começa a tomar forma em todo o mundo ocidental.

Todavia, tem-se percebido que, nas últimas décadas, as transformações econômicas têm sobrepujado a ação da indústria na estruturação urbana recente. Hoje fala-se numa cidade *pós-industrial* (Préteceille, 2000), entendendo-se que as mudanças são cada vez mais relacionadas aos fluxos imateriais do que à produção e circulação de mercadorias e que “a metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial (mas já não é a mesma metrópole)” (Santos, 1996 p. 92).

Sendo assim, há um forte vínculo histórico entre as diversas atividades

desenvolvidas por uma cidade e sua importância em relação às outras. Apesar de se perceber que a metrópole é o lugar do novo, da criatividade, da tecnologia de ponta, não se pode, por outro lado, dizer que ela é fruto de novidades. Nas palavras de Ribeiro (2000),

a grande cidade, ou mais precisamente, a metrópole, é a configuração socioespacial que expressa a relação entre território e sociedade do modelo de desenvolvimento anterior, pelo papel que representou como economia de aglomeração da industrialização e como laboratório das reformas sociais e políticas que resultaram na construção do estado de Bem-Estar-Social (L. C. Q. Ribeiro, 2000 p. 12).

Neste aspecto, para o caso de Goiânia, é necessário salientar seu pertencimento a um tipo ou um grupo de cidades que não passaram pela industrialização e que, mesmo assim, tornaram-se centros de comércio e de prestação de serviços, com extensa área de influência. Goiânia, apesar de ter sido projetada para ser uma cidade industrial, teve seu desenvolvimento baseado na concentração de poder político e financeiro e no controle de boa parte dos setores de comércio e de serviços do Estado de Goiás e da Região Centro-Oeste.

Quando Goiânia surgiu já havia na zona do MGG a polarização econômica do município de Anápolis. A primeira rivalidade entre as duas cidades deu-se em torno do traçado da ferrovia, quando “apesar de ingerências do governo estadual, a estrada de ferro continuou de acordo com o projeto original em direção a Anápolis – onde chegou em 1935 - transformando aquela cidade no maior centro comercial do estado, função que estava planejada para Goiânia.” (Estevam, 1998 p. 136). Aos poucos, as duas cidades foram “dividindo” entre si a hegemonia regional. Conforme Estevam (1998),

Apesar da concorrência, havia complementaridade entre Goiânia e Anápolis no aspecto comercial. Enquanto Anápolis monopolizava o transporte ferroviário e servia-se de relações circunvizinhas, Goiânia valeu-se de ligações rodoviárias com o Sudeste do país e da sua condição de centro administrativo estadual. A produção industrial importada – notadamente de São Paulo – passou a ser transportada para Goiás via frota de caminhões. [...] No final da década de 1950, a maior ênfase ao transporte rodoviário beneficiou a nova capital do estado em decorrência da infra-estrutura implantada. Houve ainda complementaridade entre os dois centros comerciais, de início, porque Goiânia comandava as maiores transações do comércio varejista e Anápolis as do comércio atacadista. O crescimento de Goiânia estancou a evolução mercantil de Anápolis nas duas modalidades. Nas décadas de 1940 e 1950, o crescimento do comércio varejista de Goiânia foi de 70,0% e o de Anápolis praticamente nulo. No comércio atacadista Goiânia mais que triplicou seu capital aplicado enquanto Anápolis obteve pequeno incremento. (Estevam, 1998 p. 136, 137).

Visto por outro ângulo, o alcance macroregional dessas transformações colocou Goiânia e Anápolis como um grupo que passava a fazer frente em disputas comerciais mais

amplas. Segundo Estevam (1998, p. 137), “a consolidação do eixo comercial Anápolis-Goiânia retirou boa parte da influência mercantil do Triângulo Mineiro sobre o território Goiano.”. Dessa influência, segundo o autor, só fugiam as zonas do sudoeste e do extremo norte do estado. No sudoeste a polarização era exercida por Itumbiara e no extremo norte pela capital paraense.

A dinâmica socioespacial recente de Goiânia, no contexto da RMG, será tratada no terceiro subtítulo deste capítulo. Por agora, cabe esclarecer a metropolização enquanto realidade e enquanto objeto de estudos acadêmicos.

## **2 A RMG NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO**

Inicialmente, é relevante diferenciar as várias nomações que uma organização urbana pode receber. Segundo Souza (2003), antes de se tornar uma metrópole o conjunto urbano passa por um estágio de *aglomeração urbana*, geralmente formada de cidades médias e pequenas, num “minissistema urbano”, não havendo, porém, uma satelitização completa. Quando uma das cidades torna-se grande e polariza fortemente as demais ou outras regiões, estamos diante de uma *metrópole*, que abriga o *núcleo metropolitano* (Souza, 2003). As *conurbações* são constantes, mas não necessárias à categorização, assim como as *aglomerações submetropolitanas*, que são centralidades menores no conjunto metropolitano (Souza, 2003).

Na maioria dos países o conjunto metropolitano é legalmente reconhecido. Nos EUA e em alguns outros países é chamado de *área metropolitana*; no Chile chamou-se *conurbação*; na Espanha de *região urbana* e; no Brasil *região metropolitana*. Segundo Souza (2003), vários autores consideram impróprio o uso do termo *região*, já que este seria reservado a instâncias espaciais compreendidas entre a escala nacional e a local (sendo este o município, a aglomeração ou a metrópole). Essa restrição parece empobrecer as possibilidades do termo *região*, já que as regionalizações ocorrem em quaisquer escalas espaciais, conforme o fenômeno analisado.

O termo *megalópole*, como afirma Souza (2003), foi popularizado pelo geógrafo Jean Gottman desde a década de 1960. É apropriado para casos de forte ligação entre duas ou mais metrópoles, principalmente por meio de transportes de massa. Como exemplo pode-se citar “a do Vale do Ruhr, na Alemanha; Tokio-Yokohama-Nagoya-Osaka-Kobe, no Japão; a 'Boswash' (Boston-Washington), nos EUA; e a 'Sansan' (Santa Barbara-San Diego).” (Souza, 2003 p 37). No caso do eixo São Paulo-Rio de Janeiro não se está diante de uma megalópole, já que o transporte de massa não integrou totalmente suas regiões metropolitanas (RMs). Por outro lado, o termo *megacidades* (do anglo-saxão *megacities*)

não representa um conceito, sendo apenas uma palavra de grande força publicitária, mas sem um sentido distinto do de *megalópole*. É um termo supérfluo.

Calcula-se que hoje esteja em 300 o número de aglomerações com mais de um milhão de pessoas e em 20 o das que abrigam mais de dez milhões de pessoas, grupo do qual fazem parte Rio de Janeiro e São Paulo (Scott et al, 2001; Davidovich, 2003). Segundo Auclair (2005), da UN-Habitat, que pertence à Organização das Nações Unidas (Onu), entre 2000 e 2015 a população mundial irá aumentar diariamente em 200.000 novos habitantes, dos quais 180.000 estarão nas cidades. Desde o início do século XX a concentração de pessoas e atividades tem chamado a atenção de pesquisadores, a exemplo de Geddes (1994), que, em 1910, já percebia a tendência à conurbação de Londres com as cidades vizinhas. Antes dele Engels analisou o impacto do processo de industrialização desta cidade e a atração da população camponesa para a periferia de sua área industrial emergente.

Atualmente percebe-se o surgimento de várias teorias sobre a urbanização contemporânea. Dentre elas destaca-se a teoria do planejamento estratégico urbano. Segundo Vainer (2000), esta teoria é a expressão de um novo paradigma dos governos e do desenvolvimento urbano, em que o planejamento estratégico empresarial, nascido na *Harvard Business Scholl*, é adaptado à política e ao planejamento urbano, partindo-se do pressuposto de que as cidades estão submetidas às mesmas condições que as empresas. Se as empresas competem entre si, também as cidades têm a necessidade de atrair investimentos, oferecendo melhores condições que as demais (Vainer, 2000). Toda a solução virá do planejamento proposto. Dessa forma, as consultorias têm se tornado cada vez mais difundidas, sobretudo a dos catalães, que apontam para o plano estratégico de Barcelona como modelo a ser seguido pelas demais cidades, como apontou Vainer (2000).

Vainer (2000) aponta três analogias pelas quais a cidade é vista pelo planejamento estratégico: a consideração da cidade como *mercadoria*, como *empresa* e como *pátria*. Como mercadoria, a cidade deve ser promovida, vendida. Isso significa que nela deve haver atrativos a novos investimentos transnacionais, além de atendimento adequado aos investidores, como hotéis de luxo, aeroporto internacional, moderno sistema de telecomunicação, escritórios de governos locais que deem suporte ao investidor internacional etc.

Assim, as próprias cidades devem se travestir de empresa. Como afirmam Borja e Castells (1997 apud Vainer 2000 p. 190), “as grandes cidades são as multinacionais do século XXI”. Desta feita, a cidade-empresa é personificada pela ação de certa categoria de cidadãos, transformando-se numa cidade-empresários (Vainer, 2000) em que os governantes devem agir como gerentes e a ação reguladora do Estado unir-se como as empresas de fato, em parcerias público-privadas. No dizer de Vainer (2000), essas parcerias com grupos seletos da cidade criam uma *democracia direta da burguesia*, baseada na

ditadura gerencial.

Por fim, o planejamento estratégico urbano apregoa a construção da cidade como pátria, já que é grande a necessidade do consenso entre seus cidadãos, sem o qual os investimentos não seriam atraídos. Para isso é preciso que se difunda uma *consciência de crise* e que se faça surgir um *patriotismo de cidade*. Mas o importante não é que haja a crise. O importante é a percepção dela, o que é conseguido através de monumentos e eventos cívicos, que provoquem na população o sentimento de pertencimento ao lugar. Isso, contudo, não deve gerar movimentações políticas, já que a despolitização faz parte das garantias a serem oferecidas aos parceiros privados (Vainer, 2000).

Ao planejamento estratégico urbano somam-se outras teorias que se caracterizam pela ênfase que dão à necessidade de transformação do urbano, de forma deliberada, o que difere enormemente da antiga prática de se divulgar ideias desvinculadas das ações políticas. Uma dessas outras teorias é a ideia de metápolis, que é definida da seguinte forma em um *site* de François Ascher, um dos criadores dessa idéia:

Metápolis nomeia aqueles fenômenos urbanos que, ultrapassando a escala metropolitana, se desligam de qualquer suporte territorial para basear-se em redes de interconexão compostas por transportes visíveis e meios de comunicação invisíveis. Sob a denominação de metápolis, adquirem atributos urbanos todos aqueles espaços que, pertencendo à cidade ou não, cumprem a condição de tributar seus recursos, forças de trabalho e hábitat à metrópole, garantindo seu funcionamento cotidiano. (Atributos Urbanos, 2008)<sup>8</sup>.

Esse pensamento explicita a diferença entre a metrópole industrial e a pós-industrial, ou digital. Se por um lado a ideia parece destoante de algumas realidades metropolitanas, como no caso brasileiro, por outro não se pode negar que cada vez mais essas redes guiam o cotidiano de qualquer metrópole.

Ainda no que se refere à realidade brasileira, as intervenções organizadas se encontram num patamar muito inferior ao europeu. No Brasil os fóruns de debate voltados para a gestão metropolitana não têm, normalmente, reflexo nas políticas públicas territoriais. Segundo Davidovich (2003), há casos de formação de conselhos de cunho empresarial que lograram sucesso, como os Foros de Desenvolvimento Regional, em Santa Catarina, de âmbito estadual, incluindo as RMs, o Grupo Promotor do Desenvolvimento Regional, do Paraná, e o projeto Londrina-Tecnópolis. Há também casos que envolvem o governo, um corpo técnico e a sociedade civil organizada, a exemplo do Consórcio Intermunicipal do ABC

---

<sup>8</sup> Metápolis nombra aquellos fenómenos urbanos que, sobrepasando la escala metropolitana, se desligan de cualquier soporte territorial para basarse en redes de interconexión compuestas por transportes visibles y medios de comunicación invisibles. Bajo la denominación de *metápolis*, adquieren atributos urbanos todos aquellos espacios que, perteneciendo a la ciudad o no, cumplen la condición de tributar sus recursos, fuerzas de trabajo y hábitat a la metrópolis garantizando su funcionamiento cotidiano. (Atributos Urbanos, 2008). (tradução do autor).

(Davidovich, 2003).

O acúmulo conjunto de riqueza e de pobreza nas RMs brasileiras, aliado ao bizarro municipalismo metropolitano, leva à existência de grandes incongruências que vitimam grande parte da população dos municípios periféricos, que, por sua vez, contam com uma restrita mobilidade social e espacial.

Segundo Scott et al. (2001), há, neste momento, a emergência de um novo padrão socioespacial mundial, fazendo com que os Estados nacionais, até a década de 1970 bem definidos, sofram forte influência das redes internacionais e uma considerável necessidade de participação dos blocos econômicos. Não bastasse isso, o Estado já não controla totalmente as ligações que suas RMs fazem com a economia mundial, restando se colocar como desembargador dos negócios gerenciados pelas grandes empresas de capital multinacional. O Estado está, portanto, entre o local (RMs) e o global (bolsas de valores, redes internacionais, blocos econômicos). Há, porém, uma ligação de dependência entre os municípios pequenos do país, que não crescem economicamente ou crescem muito pouco, e o Estado.

## 2.1 A Tendência do Brasil à Metropolização

Para Santos (1996) existem quatro fases no processo de metropolização do espaço brasileiro. Primeiro o Brasil urbano organizava-se como um arquipélago de metrópoles, as quais comandavam apenas parte do território, sua zona de influência. Num segundo momento há a tendência de formação de um mercado único, que consegue se realizar apenas entre as regiões Sul e Sudeste do país. A este momento segue outro, o da consolidação de um mercado nacional, desembocando no quarto momento, que é quando o país se ajusta à expansão e depois à crise desse mercado nacional, “que é um mercado único, mas segmentado; único e diferenciado; um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras, que comandam o território com o apoio do Estado.” (Santos, 1996 p. 89). A formação do mercado único brasileiro começa após o final da Segunda Guerra Mundial, com a difusão social e geográfica do consumo e, depois, com a desconcentração da produção moderna (agrícola e industrial).

Santos (1994) afirma haver duas tendências na urbanização brasileira: crescimento de Regiões Metropolitanas (RMs) e de cidades médias. Assim, enquanto as RMs se adensavam populacionalmente nas décadas de 1980 e 1990, também as cidades de mais de 500.000 de habitantes cresciam e, ainda mais, as de 200.000 a 500.000 habitantes. Porém, a complexidade de uma Região Metropolitana apresenta-se ampliada, já que seu gerenciamento territorial não está unificado, gerando entraves ao cotidiano de

grande parte de sua população, mesmo que indiretamente. Segundo o IBGE, há hoje no Brasil 25 regiões metropolitanas, que acolhem mais de 40% de toda a população do país.

No Brasil, o início da produção industrial começa na segunda metade do século XIX, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro<sup>9</sup>, então capital federal, e em seu entorno. Em 1907 o estado do Rio de Janeiro participava com 38% da produção industrial nacional (Diniz, 2000). Porém, com o desenvolvimento da cafeicultura paulista, baseada no trabalho assalariado de migrantes, o Rio de Janeiro é sobrepujado pela industrialização metropolitana de São Paulo (Diniz, 2000). Até mesmo depois da crise financeira mundial de 1929, o estado de São Paulo e sua capital permanecem na liderança, já que o capital que subsistiu à crise – que atingiu fortemente a atividade cafeeira – passou a ser investido na indústria, sobretudo na siderurgia pesada, visando a substituição de importações, alvo do Estado Novo de Vargas.

Nessa transição São Paulo teve a grande vantagem de sediar uma parte sempre significativa da produção industrial nacional. Essa longa história precedente mostra que essas duas cidades não se tornaram metrópoles em uma década ou duas, como várias outras RMs brasileiras. Daí a razão pela qual o poder político, econômico e midiático (visibilidade internacional) dessas cidades é tão evidente. Como afirma Santos (1996), São Paulo conseguiu ser o cérebro de muitos setores da produção por conta do que acumulou política, econômica e midiaticamente no século XX, mantendo-se no poder nacional no século presente.

Da mesma forma, as antigas grandes cidades da costa brasileira nordestina e sulista se tornaram modernas metrópoles tendo como substrato suas atividades anteriores. Assim, foi por haver a economia se deslocado para o sudeste brasileiro que essas metrópoles não se desenvolveram ainda mais. Essas cidades antigas diferem muito daquelas surgidas tardiamente no interior do país, como Goiânia e Brasília, que, por assim dizer, surgiram do nada e fizeram das relações econômicas e políticas o seu motor maior.

### 2.1.1 A institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil

No Brasil houve duas fases na institucionalização de RMs. A primeira aconteceu ainda no governo militar que, na constituição de 1967, em seu artigo 157, § 10<sup>o</sup>, declarava:

§10 – A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua

---

<sup>9</sup> No império Joanino havia algumas fábricas têxteis, fundições, fábricas de velas, de sabões, de vidros etc. Todavia, a primeira industrialização brasileira se deu no processamento do açúcar e do café, a partir de meados do século XIX.

vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum. (Brasil, 1967).

Posteriormente, a Lei Complementar nº 14 de 1973 terminou: “Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.” (Brasil, 1967).

No ano seguinte, a RM do Rio de Janeiro foi instituída pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974.

A segunda fase de institucionalização aconteceu após a Constituição Federal de 1988 delegar aos estados o poder de reconhecer aglomerações urbanas como RMs. Muitas delas são capitais de estados, como São Luiz (MA), Natal (RN), Vitória (ES), Florianópolis (SC) e Goiânia (GO). Outras não são capitais de estado, como Campinas (SP), Londrina (PR), Maringá (PR) e Tubarão (SC), havendo, ainda, as que estão em espaços sub-regionais, como Vale do Aço (MG), Baixada Santista (SP), Norte/Nordeste Catarinense (SC), Vale do Itajaí (SC), Foz do Rio Itajaí (SC) e Carbonífera (SC). Além destas, as metrópoles embrionárias ou pré-metrópoles formam um grupo de 37. Como aponta Davidovich (2003), não se pode esquecer de casos especiais, como o do entorno do Distrito Federal, que apresenta complicações em sua gestão, já que os problemas do entorno estão associados à dependência da capital federal<sup>10</sup>.

Entre essas duas fases há diferenças dignas de nota. Uma delas é o modelo de Estado e das administrações municipais. O governo militar geriu o espaço urbano brasileiro por meio da planificação centralizada, tutelando o governo municipal e metropolitano, com a implantação de modelos. A lógica era inversa à atual, já que os municípios tinham participação majoritária apenas num conselho consultivo, sem atribuições decisórias. A intermediação entre a instância local e o governo central era feita pelo executivo estadual, que designava a maioria dos membros do conselho deliberativo:

Art. 2º - Haverá em cada região metropolitana um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo, criados por lei estadual.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo Prefeito da Capital e outro mediante indicação dos demais Municípios integrantes da região metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da região metropolitana sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - Incumbe ao Estado prover, a expensas próprias, as despesas de

---

<sup>10</sup> A Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno foi criada em 1998 e inclui, além do Distrito Federal, 21 municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais. Serve como territorial para políticas sociais nos municípios envolvidos.

manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento integrado da região metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

Parágrafo único - A unificação da execução dos serviços comuns efetuar-se-á quer pela concessão do serviço a entidade estadual, que pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante outros processos que, através de convênio, venham a ser estabelecidos.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da região metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns. (Brasil, 1967).

Segundo Davidovich (2003), os fundos federais de desenvolvimento urbano nas áreas de saneamento, transportes e habitação eram repassados diretamente às companhias, que também prescindiam do controle local.

Findado o período militar, a Constituição Federal de 1988 instituiu a municipalização da gestão urbana e a delegação aos estados federados de poderes antes restritos à União, cabendo a esta instância superior o repasse de recursos, a fiscalização e as políticas de âmbito nacional e internacional, como demonstra o dispositivo constitucional:

### CAPÍTULO III DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

.....  
§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Brasil, 1988).

Logo depois da mudança introduzida pelo dispositivo supratranscrito há uma maior abertura do país ao liberalismo econômico, a partir do Governo Collor, quando o municipalismo ganha mais força.

Outra peculiaridade dessa segunda fase é a diversidade de critérios para o reconhecimento de RMs. Se para as RMs de primeira geração eram analisados fatores como a magnitude da população aglomerada, a capacidade de polarização, a diversificação de funções, a densidade demográfica e os processos de conurbação, para as RMs de segunda geração a motivação para a institucionalização advém da vontade do executivo estadual em elevar o status de uma cidade à metrópole, símbolo do progresso e da modernidade.

Antes da publicação em 2003 do censo de 2000, Villaça (2001) pontuava:

[Com a definição das regiões metropolitanas a cargo dos Estados] dificultou-se a mensuração de um dos mais importantes processos sociais contemporâneos – o da urbanização, em geral, e o da metropolização, em particular –, uma vez que passou a depender de critérios – ou da falta de critério – díspares de diferentes estados. Confundiu-se o problema técnico dos núcleos urbanos de delimitação territorial, portanto demográfica, econômica e social, com o problema político, isto é, a definição de distintas categorias de núcleos urbanos para fins de políticas públicas. É impossível ao IBGE acatar as delimitações de áreas metropolitanas definidas com diferentes critérios. Inevitavelmente, o IBGE deverá definir seus próprios critérios para áreas metropolitanas – de validade nacional – e usá-los nos censos e em suas pesquisas. Haverá portanto, no Brasil, dois tipos de áreas metropolitanas: a dos estados e as do IBGE. (Villaça, 2001 p. 50)

Ao contrário do que previa o autor, o IBGE aceita as regiões metropolitanas instituídas pelos estados. Segundo o censo de 2000,

a identificação de Regiões Metropolitanas, no Brasil, foi iniciada na década de 1960 e institucionalizada pelo Congresso Nacional nos anos de 1973 e 1974, tendo sido definidas nove Regiões Metropolitanas [...] A partir de 1988, a Constituição do Brasil facultou aos estados a instituição de Regiões Metropolitanas [...] Assim, a partir de 1998, as Unidades da Federação, buscando solucionar problemas de gestão do território estadual, definiram um total de 22 Regiões Metropolitanas. (IBGE, 2003 p. 16).

Hoje o IBGE reconhece as 25 regiões metropolitanas instituídas pelos estados. Todavia, alguns estudos da instituição abarcam apenas as seis maiores regiões metropolitanas, como na Pesquisa Mensal de Emprego (PME):

A PME é realizada mensalmente pelo IBGE com o objetivo de avaliar a evolução do mercado de trabalho, apoiando-se em informações sobre emprego e desemprego nas 6 Regiões Metropolitanas do País, as quais, segundo a última PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios], de 2002, cobrem 25,8% da população ocupada do País. (IBGE, 2008f)

Ainda no âmbito da Constituição federal de 1988, outro traço importante foi a municipalização do atendimento ao público, com os municípios sendo incumbidos da educação infantil e do ensino fundamental, como também dos serviços de saúde, transporte e outros. Para que pudessem cumprir com tais obrigações ficou definido que a União e os Estados auxiliariam técnica e financeiramente os municípios, como descrito na referida norma constitucional:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar

suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Nestes termos, a nova Constituição da República concedeu aos municípios mais poderes, pelos quais o municipalismo brasileiro lutava havia décadas, e transferiu-lhes, por outro lado, grandes obrigações. Ao que parece, hoje boa parte dos municípios já conseguiu substancial aumento de receita, como no caso de Goianira, que tem aumentado sua receita ano após ano. O próximo capítulo fará a análise desse aumento, todavia sem discuti-lo profundamente, já que foge aos limites desta pesquisa.

No âmbito metropolitano a questão tributário-orçamentária ganha maior complicação por conta da própria natureza desse tipo de urbanização. Como defende Villaça (2001), as RMs são uma única cidade, dividida político-administrativamente em várias outras, o que gera, do ponto de vista orçamentário, porções ricas e pobres em um sistema que funciona articuladamente. Muitas cidades periféricas, como se sabe, não abrigando atividades econômicas expressivas, dependem quase que totalmente de repasses intragovernamentais, mas desempenham importantes funções para as RMs, como no caso de Goianira, que mesmo não gerando ocupações para a população que abriga, minimiza os gastos públicos de Goiânia com essa população, que movimenta a metrópole economicamente, enriquecendo-a.

#### 2.1.1.1 A institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia

Antes da institucionalização da RMG já se considerava Goiânia e sua periferia como um aglomerado urbano, o qual era composto pelo núcleo (Goiânia) e pelos municípios periféricos. O Aglomerado Urbano de Goiânia (Aglug) foi instituído pela Lei Estadual nº 8.956, de 27 de novembro de 1980. Daí em diante passou por várias mudanças em sua composição, demonstradas no quadro 2.

Quadro 2 – Evolução da composição do Aglug – 1980-1998.

Município	Legislação e composição do Aglug						
	Lei Est. n° 8.956/1980	Lei Est. n° 9.369/1983	Lei Est. n° 10.845/1989	Lei Compl. n° 09/1991	Lei Compl. n° 10/1992	Lei Compl. n° 16/1995	Lei Compl. n° 23/1998
Goianápolis	X	X	X				
Leopoldo de Bulhões	X	X	X				
Aparecida de Goiânia	X	X	X	X	X	X	X
Aragoiânia	X	X	X	X	X	X	X
Bela Vista de Goiás	X	X	X	X	X	X	X
Goiânia	X	X	X	X	X	X	X
Goianira	X	X	X	X	X	X	X
Guapó	X	X	X	X	X	X	X
Nerópolis	X	X	X	X	X	X	X
Trindade	X	X	X	X	X	X	X
Hidrolândia		X	X	X	X	X	X
Bonfinópolis			X	X	X	X	X
Brazabrantes			X	X	X	X	X
Senador Canedo				X	X	X	X
Caturai					X	X	X
Inhumas					X	X	X
Santo Antônio de Goiás						X	X

Fonte: Goiás (1980; 1983; 1989; 1992a; 1992b; 1995; 1998)

Grosso modo, pode-se dizer que 1980 seja a data do surgimento da RMG, visto que a legislação do Aglug e da RMG refletiu a complexidade dessa instância espacial quanto ao número e qualificação dos municípios participantes, de modo que não houve diferença entre um e outro. Por outro lado, há duas diferenças básicas. Primeiramente, a instituição de regiões metropolitanas só foi delegada aos Estados com a Constituição Federal de 1988, como discorrido acima. Em segundo lugar, com a RMG houve a divisão em duas instâncias de metropolização (quadro 3), a RMG e a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG). Além disso, em 2001 surgiu a figura da Região Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTTC), relacionada ao transporte de passageiros, que antes não

era agrupado legalmente ao Aglug.

Todavia, a RDIG não parece seguir uma lógica para inclusão de municípios. Exclui alguns da RMG e inclui outros que fazem parte apenas da RMTC e ainda outros que só dela fazem parte. Na prática, o mais importante da RMG é a sistematização do transporte coletivo. Desta forma, a RMTC é o mais fiel retrato da própria RMG, a parte mais funcional.

Quadro 3 – Evolução da composição do Aglug e da RMG, da RDIG e da RMTC – 1998-2005.

Município	Legislação (leis complementares) e composição								
	23/1998	27/1999		34/2001	37/2002	43/2003	48/2004	49/2004	54/2005
	Aglug	RMG	RDIG	RMTC	RMTC	RDIG	RMG	RMTC	RMG
Abadia de Goiás									
Aparecida de Goiânia									
Nerópolis									
Goiânia									
Goianápolis									
Aragoiânia									
Goianira									
Hidrolândia									
Santo Antônio de Goiás									
Senador Canedo									
Trindade									
Bela Vista de Goiás									
Guapó									
Bonfinópolis									
Terezópolis de Goiás									
Nova Veneza									
Caturai									
Brazabrantes									
Inhumas									
Caldazinha									

Fonte: Goiás (1998; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004a; 2004b; 2005)

### 3 A DINÂMICA ESPÁCIO-DEMOGRÁFICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

A ação do Estado frente à expansão urbana tem forte impacto na configuração espacial da RMG, podendo direcionar conurbações e modelar a dinâmica demográfica de cada um dos municípios. Alguns princípios são autoevidentes. A legislação que restringe a abertura de novos loteamentos reflete diretamente na absorção demográfica, diminuindo-a, assim como as melhorias no transporte levam o migrante para localidades de onde se pode acessar o restante da cidade, causando o *espraçamento* da cidade, ou, no caso metropolitano, o transbordamento demográfico para as cidades periféricas do sistema urbano.

É possível explicar a dinâmica demográfica da RMG a partir da ação imobiliária e da abertura de novos espaços residenciais. Até a década de 1960 as ligações de Goiânia com os municípios não envolvia a transferência de contingentes migratórios. A partir da década de 1970 não só os migrantes são transferidos para as cidades periféricas, mas também os vazios urbanos, como se a ligação entre o migrante e a especulação imobiliária fosse natural. Na verdade, o mercado imobiliário popular só funciona bem onde há grandes levadas de migrantes, o que significa grandes lucros. Cabe aqui analisar como isso aconteceu com Goiânia. Conforme Moysés (2004),

segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento, enquanto, na década de 30 haviam sido aprovados apenas seis bairros, justamente os que compunham o plano original da cidade, nos anos 40, apenas dois foram aprovados. Já na década de 1950, houve uma explosão na história dos parcelamentos urbanos de Goiânia: simplesmente 160 parcelamentos foram aprovados. [...] Esse “boom” resultou de alterações feitas na legislação urbana em vigor (Lei Municipal 176, de 16.03.50, e Decreto nº 16, de 20.06.50). [...] Os proprietários de terra desobrigavam-se da infra-estrutura, sendo responsáveis apenas pelo arruamento, situação confortável, já que o custo da infra-estrutura era de inteira responsabilidade do poder público. [...] A partir de 1960, o movimento de compra e venda de loteamentos ficou restrito a conjuntos habitacionais e a algumas regularizações de posses urbanas. Isso confirma a hipótese de que a área urbana de Goiânia foi quase toda parcelada nos anos 50. Segundo dados da SEPLAM, apenas seis loteamentos haviam sido lançados nos anos 60, assim mesmo todos destinados a conjuntos habitacionais e sítios de recreio. O mesmo acontece nos anos 70, quando apenas dois loteamentos foram aprovados, também para a implantação de conjuntos habitacionais. (Moysés, 2004 p. 156, 162).

Essa restrição à abertura de novos loteamentos se deu por meio da lei municipal de Goiânia nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971, que impedia a aprovação de loteamentos sem infraestrutura de água, luz, esgoto e pavimentação. E é dessa década em diante que os municípios periféricos da RMG começam a acolher o fluxo migratório atraído por Goiânia. O saldo dessa política, além do grande número de loteamentos regulares nos municípios periféricos, são os também numerosos loteamentos irregulares em Goiânia. Segundo

Moysés (2004):

[...] nos anos 80 foram aprovados 160 parcelamentos, a grande maioria referente a regularizações de loteamentos clandestinos e irregulares que haviam surgido nos anos 70 e 80. Eram chácaras de recreio, a maioria localizada na zona rural, onde não se podia parcelar, a não ser que o município, mediante lei, alterasse os limites da “zona de expansão urbana”. (Moysés, 2004 p. 156, 162).

Moysés (2004) demonstra, ainda, como os lotes e loteamentos vazios foram paulatinamente diminuídos em Goiânia:

Admitia-se a existência de aproximadamente cem mil lotes vazios durante os anos 70. Segundo o PDIG/2000, no final dos anos 80, esse quantitativo havia caído para pouco mais de cinquenta [sic] mil lotes vazios, o que representava cerca de 24% do total de lotes urbanos na cidade. (Moysés, 2004 p. 187).

Mesmo assim, o município de Goiânia entrou em declínio demográfico a partir da década de 1970. É esta a tendência quando se restringe o crescimento da malha urbana apenas pela via legislativa. Prova disso é a posterior retomada do crescimento demográfico de Goiânia a partir da década de 1990. Este também foi um impacto advindo da legislação. Segundo Moysés (2004),

com a revogação da Lei 4.526, de 1971, que exigia a implantação de infraestrutura por parte do loteador, a nova Lei de Parcelamento (nº 7.222, de 1993) passou a abolir essa exigência em nome do que se denominou de interesse social [e] reduziu o tamanho dos lotes residenciais de 360 para 300 m<sup>2</sup> [...], já que o espírito a lei era no sentido de atender às populações de baixa renda, permitindo que uma avalanche de lotes fosse colocada à sua disposição. [...] [a] lei 7.042, de 27/12/1991 [...] desobrigou o loteador da pavimentação; depois, do meio-fio e galerias pluviais (Lei 7.715, de 10/7/1997). (Moysés, 2004 p. 181, 336).

O autor traz a seguinte tabela (tabela 2):

Tabela 2 – Loteamentos aprovados na década de 1980 no município de Goiânia – 1990-2000.

Data	Loteamentos aprovados	
	Quantidade de loteamentos	Quantidade de lotes
1990	04	782
1991	04	813
1992	09	2.026
1993	01	--
1994	06	2.647
1995	10	7.852
1996	13	10.152
1997	13	9.125
1998	24	12.578
1999	39	12.220
2000	31	--
Total	154	58.195

Fonte: Departamento de Ordenamento Físico-Territorial da Secretaria Municipal de Planejamento apud Moysés (2004 p. 181)

Em resumo, na década de 1980 regularizaram-se os loteamentos surgidos na de 1970 – por meio da lei municipal nº 6.063, de 19 de dezembro de 1983, e na década de 1990 houve certa facilidade na aprovação de novos loteamentos, ainda que, provavelmente, nem todos os constantes da tabela 2 sejam novos, mas regularizados. O fato é que há uma resposta demográfica para esta transformação no dispositivo legal.

De fato, o autor qualifica de novos apenas 107 loteamentos, que estão assim divididos entre as regiões da cidade (tabela 3):

Tabela 3 – Participação relativa das regiões na quantidade de loteamentos da década de 1990 no município de Goiânia.

Região	Quantidade de loteamentos	Participação percentual
Central	0	0,0
Sul	1	0,4
Macambira-cascavél	0	0,0
Oeste	14	13,5
Mendanha	9	9,2
Noroeste	26	24,4
Vale do Meia Ponte	5	5,2
Norte	4	3,6
Leste	12	10,9
Campinas	2	0,9
Sudeste	5	4,7
Sudoeste	29	27,2
Total	107	100,0

Fonte: Departamento de Ordenação Físico-Territorial da Secretaria de Planejamento de Goiânia apud Moysés (2004 p. 208)

As regiões que mais foram parceladas são justamente aquelas conurbadas com os municípios periféricos da RMG. A saber, as regiões oeste e mendanha se conurbam com Trindade, a noroeste com Goianira, a sudoeste com Aparecida de Goiânia e a sudeste e leste com Senador Canedo. Estas bordas da metrópole são muito bem providas de infraestrutura viária – que possibilita o intenso fluxo – e são espaços relativamente distantes do centro da metrópole. Assim, a fluidez proporcionada pela infraestrutura compensa a distância. São estas também as regiões mais pobres de Goiânia (tabela 4):

Como visto, a década de 1970 representou um marco na dinâmica demográfica da RMG. Caso não houvesse esse transbordamento demográfico da metrópole sobre outros municípios periféricos, o quadro populacional e socioespacial da metrópole seria diferente. É interessante notar como a Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (Indur) fez seu prognóstico em relação à dinâmica demográfica de Goiânia,

desconsiderando totalmente os municípios periféricos (Indur, 1982). Numa reportagem cedida ao jornal Diário da Manhã, no dia 13 de junho de 1982, intitulada “os males da urbanização acelerada”, os técnicos do órgão afirmavam que “Na década em curso [1980], Goiânia deverá receber um contingente populacional superior a meio milhão de pessoas. Para abrigar toda essa gente, a malha urbana de Goiânia poderá sofrer uma expansão calculada em 78 mil quilômetros quadrados [...]” (Indur, 1982).

Tabela 4 – Distribuição percentual dos rendimentos em salários mínimos dos chefes de domicílios por regiões do município de Goiânia – 2000.

Região	Total hab.	Até 1/2	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	+ de 20	Sem renda
Central	46.154	2,3	7,1	8,1	11,5	18,1	23,8	26,7	34,2	9,3
Sul	49.244	10,1	10,4	10,6	12,4	17,7	24,6	28,7	35,4	13,3
Macambira-cascavél	26.191	9,2	8,0	7,9	9,5	10,6	10,4	9,1	6,5	7,1
Oeste	18.038	8,2	7,9	7,8	6,4	3,8	2,2	1,8	1,0	7,2
Mendanha	16.280	5,9	6,5	6,8	6,1	4,1	2,6	2,0	1,3	5,9
Noroeste	29.964	21,3	16,6	15,1	8,6	3,6	3,1	3,2	2,2	15,4
Vale do Meia Ponte	14.988	5,4	4,9	5,2	6,1	5,5	4,0	3,0	2,0	4,6
Norte	17.256	9,6	5,9	5,6	6,1	6,8	6,5	6,4	5,0	6,0
Leste	19.209	8,4	12,1	11,6	9,7	7,4	4,9	3,6	2,5	10,1
Campinas	37.135	3,8	10,3	11,1	13,2	13,7	10,6	8,6	5,8	9,3
Sudeste	11.744	1,5	3,3	3,6	4,9	4,3	3,3	2,7	1,7	2,8
Sudoeste	15.387	14,4	7,1	6,7	6,2	4,3	3,9	4,0	2,6	9,0
Reg./Total	311.590	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
SM/Total		1,2	37,8	33,2	16,6	18,7	6,3	4,9	7,4	6,9

Fonte: Censo demográfico 2000 – Resultados do universo. Elaboração: Prefeitura de Goiânia – Seplan/DPSE/DVSE apud Moysés (2004 p. 209).

O fato é que a RMG nunca obteve ganho de meio milhão de habitantes em uma década. Na década de 1980 Goiânia aumentou sua população em 204.660 habitantes e toda a RMG em 401.762 habitantes. O censo de 1980 foi publicado somente em novembro de 1982. Na estimativa do Indur, nos anos de 1980, 1985 e 1990 Goiânia teria populações, respectivamente, de 820.000, 1.005.000 e 1.330.000. Ora, em 1991 a população total da atual RMG chegou a 1.259.551 e a de Goiânia a apenas 922.222. Quando falou-se dos municípios próximos a Goiânia, chamou-se a atenção apenas para a taxa de urbanização

em 1960 e 1970, como se a dinâmica regional fosse menos importante que a local. O erro da análise foi desconsiderar a dinâmica metropolitana. A declaração do Indur foi feita justamente quando Goiânia estava começando a estagnar sua absorção populacional, transferindo seus migrantes para as cidades periféricas.

Analisando-se os dados históricos da população pode-se dividir a dinâmica espaço-demográfica da RMG em dois os períodos. Num primeiro momento, até a década de 1970, os municípios periféricos mantêm crescimento não metropolitano enquanto a metrópole mantém a maior taxa de crescimento demográfico do conjunto urbano, ultrapassando sua média. A partir dessa mesma década alguns municípios começam a despontar no quadro demográfico da RMG, configurando um segundo momento, em que a metrópole começa a transferir para esses municípios os migrantes que atrai.

Como pode ser visto na tabela 5, até a década de 1970 Goiânia mantém alto crescimento demográfico enquanto os demais municípios apresentam grande variação na taxa de crescimento anual. Porém, pode-se perceber o município de Trindade já apresenta grande incremento demográfico e que o município de Aparecida de Goiânia começa a dividir com Goiânia o papel de grande centro acolhedor de migrantes.

Tabela 5 – População e taxa geométrica anual de crescimento demográfico dos municípios da RMG – 1950-1980.

Instância espacial	População 1950	População 1960	Taxa de cresc. anual (%) 1950/1960	População 1970	Taxa de cresc. anual (%) 1960/1970	População 1980	Taxa de cresc. anual (%) 1970/1980
Goiânia	53.389	151.013	10,96	380.773	9,69	717.562	6,54
Aparecida de Goiânia	-	-	-	7.470	-	42.632	19,03
Goianira	-	5.060	-	6.091	1,87	7.488	2,09
Senador Canedo <sup>1</sup>	-	-	-	2.716	-	3.042	1,14
Trindade	17.342	16.549	-0,47	22.519	3,13	30.612	3,12
Nerópolis	4.726	6.529	3,28	6.583	0,08	9.368	3,59
Aragoiânia	-	1.585	-	2.848	6,04	3.701	2,65
Hidrolândia	6.356	6.477	0,19	8.014	2,15	8.561	0,66
Sto. Antônio de Goiás	-	-	-	-	-	-	-
Abadia de Goiás	-	-	-	-	-	-	-
Bela Vista de Goiás	-	-	-	14.298	-	17.254	1,90
Goianápolis	-	6.091	-	7.340	1,88	7.574	0,31
Guapó	5.722	5.168	-1,01	8.804	-	9.995	1,28
RMG	87.535	198.448	8,53	464.740	8,88	854.747	6,28

Fontes: IBGE (1951; 1961; 1971; 1973; 1982).

Notas : 1 As taxas destacadas em amarelo são as que ultrapassaram a média da RMG.

(1) População do distrito em 1970. Está incluída na população de Goiânia e excluída do total da população da RMG.

A tabela 6 mostra que a partir da década de 1970 o município de Goiânia começa a acolher relativamente menos habitantes, enquanto os municípios periféricos passam a apresentar altas taxas anuais de crescimento. A partir daí nunca mais o polo metropolitano crescerá mais que a média do conjunto, relegando a função habitacional aos municípios periféricos.

Tabela 6 – População e taxa geométrica anual de crescimento demográfico dos municípios da RMG – 1970-2007.

Instância espacial	População 1970	População 1980	Taxa de cresc. anual (%) 1970/1980	População 1991	Taxa de cresc. anual (%) 1980/1991	População 1996	Taxa de cresc. anual (%) 1991/1996	População 2000	Taxa de cresc. anual (%) 1996/2000	População 2007	Taxa de cresc. anual (%) 2000/2007
Goiânia <sup>1</sup>	380.773	717.562	6,54	922.222	2,31	996.797	1,57	1.093.007	2,33	1.244.645	1,87
Aparecida de Goiânia <sup>2</sup>	7.470	42.632	19,03	178.484	13,90	264.063	8,15	336.392	6,24	475.303	5,06
Goianira	6.091	7.488	2,09	12.896	5,07	15.194	3,33	18.719	5,40	24.110	3,68
Senador Canedo <sup>3</sup>	2.716	3.042	1,14	23.904	20,61	44.140	13,05	53.105	4,73	70.559	4,14
Trindade	22.519	30.612	3,12	54.071	5,31	69.318	5,09	81.457	4,12	97.491	2,60
Nerópolis	6.583	9.368	3,59	12.987	3,01	15.175	3,16	18.578	5,19	19.392	0,61
Aragoiânia	2.848	3.701	2,65	4.911	2,60	5.990	4,05	6.424	1,76	7.243	1,73
Hidrolândia	8.014	8.561	0,66	10.254	1,65	11.128	1,65	13.086	4,14	14.004	0,97
Sto. Antônio de Goiás	-	-	-	-	-	2.405	-	3.106	6,60	3.893	3,28
Abadia de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	4.971	-	5.868	2,40
Bela Vista de Goiás	14.298	17.254	1,90	17.320	0,03	17.725	0,46	19.210	2,03	20.615	1,01
Goianápolis	7.340	7.574	0,31	10.716	3,20	9.845	-1,68	10.671	2,03	11.159	0,64
Guapó	8.804	9.995	1,28	11.786	1,51	12.392	1,01	13.863	2,84	13.586	-0,29
RMG	464.740	854.747	6,28	1.259.551	3,55	1.464.143	3,06	1.672.589	3,38	2.007.868	2,64

Fontes: IBGE (1951; 1961; 1971; 1973; 1982; 1991; 1997; 2001; 2008h).

Notas: 1 As taxas destacadas em amarelo escuro são as que ultrapassaram a média da RMG e se conurbaram com a metrópole. As destacadas em amarelo claro não se conurbaram.

(1) População em 2007 estimada.

(2) População em 2007 estimada.

(3) População do distrito em 1980. Está incluída na população de Goiânia e excluída do total da população da RMG.

As tabelas precedentes demonstram como a cidade de Goiânia integrou os municípios periféricos da RMG à sua dinâmica econômica e/ou demográfica. Os municípios conurbados com Goiânia – Aparecida de Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Trindade – passaram a abrigar populações atraídas por Goiânia a partir da década de 1970. Ao que parece, após serem “ativados” demograficamente com o excedente do polo metropolitano, esses municípios passam por quatro fases distintas. Em todos eles ocorreu um surto migratório, que foi posteriormente abrandado e seguido de algumas décadas de estabilização, chegando, então, à estagnação demográfica relativa. Apenas Trindade chegou à quarta fase. A conurbação tende a assegurar o fluxo contínuo de migrantes. Todavia, quando chegam à estagnação relativa, como Trindade, o crescimento, em termos absolutos ainda é grande, como o é o de Goiânia. Deve-se ainda considerar que, como o

foco conurbatório Goiânia-Trindade está em franca expansão, é provável que esta zona esteja contribuindo para sua taxa de crescimento anual, ainda que baixa, e que o restante da cidade está recebendo menos população do que o de costume.

De outro lado, os municípios não conurbados oscilaram entre períodos de grande e de baixo crescimento demográfico. Santo Antônio de Goiás, apesar de não conurbado, recebe considerável número de migrantes, demonstrando alto grau de absorção pela metrópole, provavelmente devido à sua proximidade da região norte de Goiânia, que vem apresentando acentuado crescimento demográfico desde as duas últimas décadas. Da mesma forma, Nerópolis apresenta certa absorção e variação no fluxo migratório. Aragoiânia e Hidrolândia apresentam considerável variação no crescimento demográfico e tendem a completar lentamente suas conurbações – tardias, no contexto da RMG – a partir da proliferação de pequenas propriedades e chácaras de final de semana. Formam, portanto, uma categoria diferenciada de conurbação com a metrópole.

Quanto à condição social, não há grandes diferenciações entre o povoamento dos municípios periféricos da RMG e aquele que acontece na periferia urbana pobre de Goiânia. No caso da região noroeste de Goiânia, é fácil verificar que ela se liga hoje à malha urbana de Goianira sem, porém, haver grande diferenciação social. A população que chega a este município é a mesma das levas que contribuíram para o crescimento demográfico de Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade, para citar os que cresceram mais aceleradamente. E, na RMG, as cidades que concentram mais migrantes pobres são justamente as que menos absorvem localmente essa mão-de-obra, pelo menos relativamente. O resultado é a formação de bolsões de pobreza e de cidades-dormitório. Isto reflete diretamente na procura por novos loteamentos populares, legais ou ilegais.

Como mostra a tabela 7<sup>11</sup>, quase 18% de toda a população da RMG era composta, em 2000, por pessoas com menos de cinco anos de residência, com destaque para Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goianira e mesmo Goiânia, as quais, em termos absolutos, acolheram uma população significativa entre 1995 e 2000. Apesar do menor percentual (13%), Goiânia acolheu metade de todos esses migrantes<sup>12</sup>, não sendo possível falar em estagnação demográfica de Goiânia.

---

<sup>11</sup> As Leis Complementares nº 48, de 9 de dezembro de 2004, e nº 54, de 23 de maio de 2005, incluíram na RMG os municípios de Bela Vista de Goiás e de Guapó, respectivamente. Todavia, o IBGE ainda não os considera como pertencentes à RMG, o que gera uma situação conflituosa à análise. Não há como complementar esta tabela com os dados desses municípios.

<sup>12</sup> Os termos *emigrante* e *imigrante* são utilizados pelo IBGE, como na tabela. Na presente pesquisa

Tabela 7 – População residente com 5 anos e mais de idade e imigrantes de data fixa na RMG – 2000.

Municípios	Pessoas residentes		Proporção de imigrantes de data fixa (%)
	5 anos e mais de idade	Imigrantes de data fixa <sup>1</sup>	
Abadia de Goiás	4.453	1.797	40,3
Aparecida de Goiânia	299.336	88.408	29,5
Aragoiânia	5.826	1.406	24,1
Goianápolis	9.559	1.269	13,3
Goiânia	1.002.287	133.332	13,3
Goianira	16.739	4.648	27,8
Hidrolândia	11.869	2.373	20,0
Nerópolis	16.824	2.854	17,0
Sto. Antônio de Goiás	2.806	794	28,3
Senador Canedo	46.928	13.801	29,4
Trindade	73.267	16.216	22,1
Total	1.489.894	266.897	17,9

Fonte: IBGE (2001).

(1) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

A isto se soma a atração-repulsão demográfica que o polo metropolitano exerce sobre os migrantes. A tabela 8 mostra que o migrante interestadual chega primeiro a Goiânia (55,79% de seus migrantes vêm de outros estados ou países, mas apenas 4,94 vêm da região metropolitana), sendo depois coagidos economicamente a morar em áreas menos centralizadas (quase todos os municípios da RMG recebem muitos migrantes intrametropolitanos, mas sabe-se que ocorre pouca migração entre esses municípios, já que não têm atrativos para isso; portanto, pode-se afirmar que eles vêm de Goiânia). O migrante que chega a essas cidades é aquele que não encontrou formas de se manter na cidade de Goiânia.

Tabela 8 – Origem dos migrantes de data fixa dos municípios da RMG – 2000.

Municípios	Imigrantes de data fixa por origem <sup>1</sup>								
	Interestadual ou outros países		Intra-estadual				Origem não identificada		Total
			Outros municípios		Intra-metropolitano				
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
Abadia de Goiás	322	17,92	404	22,48	988	54,96	82	4,56	
Aparecida de Goiânia	28.415	32,14	14.152	16,01	42951	48,58	2889	3,27	88.408
Aragoiânia	194	13,80	335	23,83	830	59,03	46	3,27	1.406
Goianápolis	343	27,03	739	58,23	112	8,83	75	5,91	1.269
Goiânia	74.380	55,79	47.912	35,93	6584	4,94	4457	3,34	133.332
Goianira	936	20,14	1.188	25,56	2400	51,64	123	2,65	4.648
Hidrolândia	567	23,89	544	22,92	1218	51,33	44	1,85	2.373
Nerópolis	522	18,29	1.375	48,18	566	19,83	391	13,7	2.854
Stº. Antonio de Goiás	212	26,70	222	27,96	332	41,81	28	3,53	794
Senador Canedo	4.454	32,27	1.567	11,35	7227	52,37	553	4,01	13.801
Trindade	3.408	21,02	4.129	25,46	7832	48,30	847	5,22	16.216
Total	113.752	42,62	72.567	27,19	71041	26,62	9536	3,57	266.897

Fonte: IBGE (2001).

(1) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

Como visto, em termos absolutos, no ano de 2000 os maiores redutos de migrantes eram as cidades de Aparecida de Goiânia (42.951 migrantes), Trindade (7.832 migrantes), Senador Canedo (7.227 migrantes) e de Goianira (2.400), que juntas somam 60.410 (85%) migrantes intrametropolitanos. A atração deve estar ligada à possibilidade de se adquirir uma moradia nessas cidades (novos loteamentos), já que há poucos benefícios que possam atrair essa população.

### 3.1 As Conurbações da RMG

Diferentemente dos teóricos que não presenciaram o auge do processo de metropolização – como Pierre George – hoje se deixou de considerar a existência de simples *conurbação*. Quando as malhas urbanas se entrelaçam surge uma dinâmica

socioespacial que interfere na dinâmica das cidades conurbadas. Mas não é necessária a ligação física dessas cidades, pois os fluxos entre elas acabam por “costurá-las” (Souza, 2003), fazendo com que passem a existir como se fossem uma só. Hoje, teorias como as da *fragmentação territorial* (Corrêa, 2005) suplantaram a simplória forma de explicação do fenômeno.

Por outro lado, o termo conurbação já se tornou muito popular. Mesmo internacionalmente o termo é utilizado, como na denominação da *Conurbação de Buenos Aires* (Kohan, 2000), já popularizada. O certo é que, hoje, quando faz-se referência ao termo, já não se tem uma ideia de simples junção das malhas urbanas, mas de uma ligação muito mais funcional do que física. Não há, atualmente, cidade que se ligue fisicamente e que deixe de desempenhar uma funcionalidade no conjunto das cidades.

Segundo Villaça (2001), existe uma diferenciação entre conurbação e absorção:

[...] o processo de conurbação ocorre quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios. Uma cidade absorve outra quando passa a desenvolver com ela uma “intensa vinculação socioeconômica”. Esse processo envolve uma série de transformações tanto no núcleo urbano absorvido como no que absorve. [...] Existe aí a questão empírica de traçar a linha divisória entre o que é e o que não é “intenso”. (Villaça, 2001 p. 51).

Como visto, a definição desses termos é ainda precária. Pode-se, porém, pensar na existência de duas situações: primeiro, uma ligação urbana apenas funcional e mediada por fluxos (financeiros, informacionais etc.) entre uma centralidade metropolitana e sua periferia, que poderia ser chamada *absorção*; segundo, uma ligação urbana que é, ao mesmo tempo física e funcional, que seria a tradicional *conurbação*. Villaça (2001) não conseguiu uma boa definição por não especificar que a absorção é também física no caso da conurbação. A complexidade, como apontado pelo autor, está em mensurar a intensidade desses fluxos, já o termo *absorção* dá ideia de inserção total na dinâmica urbana da centralidade. Se a localidade “absorvida” mantiver fluxos consideráveis com outras localidades, já não é possível falar em absorção, mas em *troca intensa* de fluxos.

Aplicando esses conceitos no caso da RMG, pode-se perceber que é grande o grau de absorção, sobretudo quando se analisa pelo viés dos deslocamentos diários da população dos municípios periféricos, exceto do município de Goianópolis. Não se pode esquecer da RDIG, onde estão municípios que guardam estreita vinculação com Goiânia, como é o caso de Bonfinópolis, que está tão absorvido pela capital quanto os municípios da RMG.

Cabe, então, diferenciar os municípios que vêm ligando-se fisicamente a Goiânia, já que cada um apresenta suas peculiaridades. São passíveis de distinção as conurbações

de Goiânia com Aparecida de Goiânia, com Trindade, com Senador Canedo, com Goianira e com Aragoiânia. Mesmo que haja similaridades entre todas as conurbações, cada uma mostra-se singular pela estruturação intraurbana e pelo modo como se liga à metrópole. Não há, portanto, um padrão para essas conurbações ou para parte delas. Esses fatores não podem caracterizar padrões de conurbação, já que as generalidades não dão identidade aos processos conurbatórios. Por outro lado, cada uma tem a possibilidade de se tornar um padrão, no qual poderão ser incluídas as próximas conurbações, desde que variáveis determinantes apresentem comportamento similar. Passa-se a explicar as peculiaridades de cada conurbação (figura 2).

Ao que parece, a dependência em relação ao polo metropolitano cria zonas preferenciais para o crescimento da malha urbana, tanto no território de Goiânia como no das demais cidades periféricas, formando essas conurbações. As zonas preferenciais são, então, “naturais”, ou pelo menos secundárias ao fenômeno da mobilidade e centralidade na RMG e são também associadas à formação de centralidades, como no caso da conurbação Goiânia-Aparecida de Goiânia, ou ainda associadas à necessidade de localizações razoáveis para as classes menos abastadas, como no caso da conurbação Goiânia-Goianira. Descrevem-se abaixo as principais características dessas conurbações.

A conurbação Goiânia-Aparecida de Goiânia é a mais evidente da RMG devido à extensão da zona de conurbação, ao longo da Avenida Rio Verde. A integração com a metrópole é a mais intensa, já que Aparecida de Goiânia, apesar de seus caminhos históricos, foi totalmente moldada para se tornar um anexo residencial e, mais tarde industrial e comercial de Goiânia. Outra peculiaridade é a proximidade dessa conurbação com o centro expandido de Goiânia, o que reflete na geração de uma forte centralidade nas imediações, gerando, inclusive, disputas entre as municipalidades pela cobrança de impostos, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e o Imposto Sobre Serviços (ISS).

A conurbação Goiânia-Trindade é, espacial e demograficamente, a segunda maior da RMG. Acontece às margens da GO-060, onde estão localizados bairros populares, na porção trindadense, e bairros de classe média baixa, na porção goianiense. Esse foco conurbatório não gera grandes problemas políticos. Uma característica muito própria de Trindade é a existência de uma moderada centralidade, que para a população residente do núcleo (“Trindade I”) funciona como um centro comercial ao qual se recorre cada vez mais, já que se encontra em expansão.

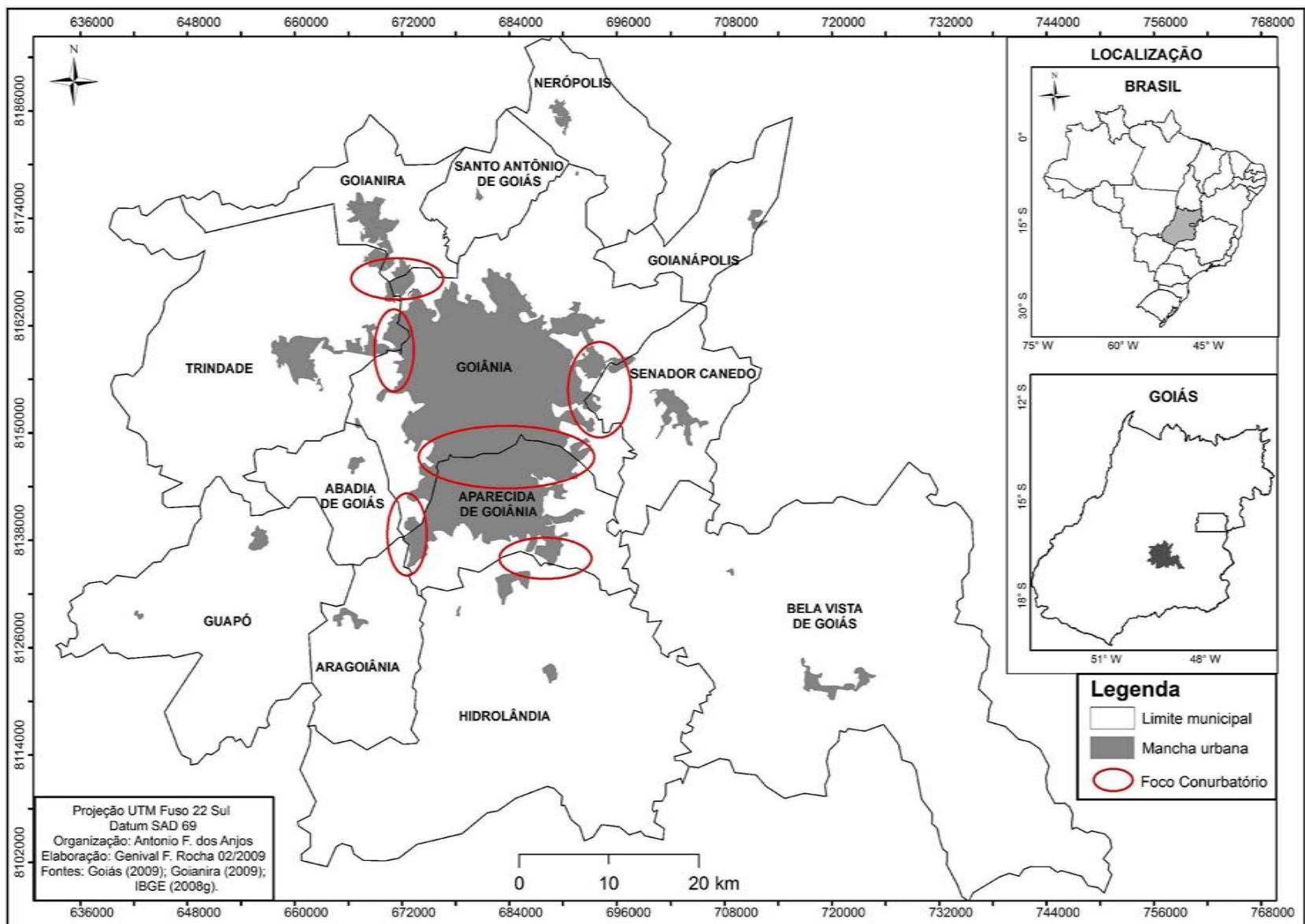


Figura 2 – Focos conurbatórios da Região Metropolitana de Goiânia – 2006.

Outra característica própria é a valorização imobiliária na zona de maior centralidade da cidade, a qual necessita de análise mais aprofundada. Parece, em princípio, estar vinculada à demanda ocasionada pela imagem religiosa da cidade. Essa centralidade religiosa também reflete nas finanças municipais e nos empregos informais<sup>13</sup>. A cidade apresenta, também, certa centralidade regional, sobretudo em relação aos municípios de Santa Bárbara, Campestre e Palmeiras. Há, tradicionalmente, no município uma cadeia de produção de vestuário, que emprega parte significativa da população, além das indústrias de bebidas, laticínios, alumínio, tintas, entre outros, e de uma produção agropecuária considerável. Socioespacialmente a cidade está estruturada em dois anéis na cidade nuclear – “Trindade I” – e em uma zona de assentamento linear à GO-060 – “Trindade II”. No primeiro anel há o centro, tradicional, moderno e rico, e, no segundo, a periferia, que abriga a classe média baixa, pobres e miseráveis. A zona linear replica a tipologia social do segundo anel socioespacial.

A conurbação Goiânia-Trindade-Goianira também está estruturada, como a conurbação Goiânia-Trindade, ao longo de uma rodovia, a GO-070. O foco conurbatório é constituído, sobretudo, de bairros populares, de modo que não há grande diferenciação socioespacial entre a região noroeste de Goiânia e a porção linear da cidade de Goianira e o Setor Pmares, em Trindade, que está localizado na zona rural do município. O núcleo urbano de Goianira é deficiente em equipamentos de uso coletivo. Não há neste município, ainda, atividades que possam empregar sua população, exceto os pequenos viveiros, as poucas indústrias e o acanhado Distrito Agroindustrial de Goianira (Daig). O campo não é relevante na dinâmica econômica do município. Em síntese, a estruturação intraurbana do município aconteceu ancorada em Goiânia, o que tem levado parte considerável da população a manter laços socioespaciais mais intensos com a metrópole que com o município.

A conurbação Goiânia-Senador Canedo, de sua feita, tem o foco conurbatório dividido em duas zonas. A integração da população do município com Goiânia é uma das mais intensas, semelhante à relação que Aparecida de Goiânia desenvolve com o polo metropolitano. É a cidade mais próxima do centro tradicional de Goiânia, o que a coloca em vantagem na atração de novos migrantes. O polo petroquímico da Petrobras vem enriquecendo a municipalidade, ainda que não gere muitos empregos, fazendo com que, apesar da explosão demográfica, a cidade consiga estruturar-se para o atendimento de necessidades prementes da população.

A conurbação Goiânia-Aragoiânia-Aparecida de Goiânia-Abadia de Goiás, a seu turno, é uma das mais recentes e a mais difícil de se perceber por conta da característica da

---

<sup>13</sup> A romaria do Divino Pai Eterno reúne cerca de 1,5 milhão de pessoas em 15 dias e movimenta o

malha urbana no foco conurbatório, formada por pequenas chácaras, voltada a recreios e pequenos cultivos. Neste caso a integração metropolitana de Goiânia tem como maior centralidade atrativa o eixo da Avenida Rio Verde, em Aparecida de Goiânia. No caso de Abadia de Goiás a área que está sendo urbanizada não mantém ligação com a área urbana central do município. Os dois municípios menores mantêm certa produção agropecuária e o adensamento demográfico dos mesmos está entre os menores da RMG, o que justifica a presença de chácaras no foco conurbatório.

A conurbação Aparecida de Goiânia-Hidrolândia revela o grande poder que a malha urbana de Aparecida de Goiânia, integrada à de Goiânia, exerce sobre os municípios próximos. Neste caso, Hidrolândia começou a desenvolver rapidamente sua malha urbana no foco conurbatório, com loteamentos residenciais e de pequenas propriedades rurais (chácaras) distanciados da área urbana central do município por quase 15 quilômetros. Isto aumenta a probabilidade de que a área urbana do foco conurbatório se desenvolva, no futuro, mais que o centro urbano.

Apesar de estarem aqui elencadas apenas as conurbações de Goiânia com alguns municípios periféricos, há de se considerar que todos os municípios da RMG e muitos da RDIG estão fortemente absorvidos pela metrópole. O fato de haver ou não um foco conurbatório com esta centralidade está relacionado à proximidade física, que gera uma urbanização conjunta e dificuldades na condução política da vida urbana. A inexistência de conurbação física, ou seja, a existência de absorção sem conurbação, não afasta esses mesmos problemas nem requer menos atenção por parte dos pesquisadores.

## **CAPÍTULO II**

### **O SURGIMENTO DO POVOADO E OS TRÊS PADRÕES DE EXPANSÃO URBANA DE GOIANIRA**

Neste capítulo será apresentado o processo de formação espacial de Goianira segundo três padrões de configuração intraurbana da cidade, ao longo de sua história. Primeiramente serão elencadas as condições espaciais, sociais e políticas presentes no momento fundador do povoado. A isto seguirá a exposição dos três padrões socioespaciais identificados. Essa formação espacial aponta para a paulatina transformação da cidade em extensão residencial de Goiânia. Desta forma, Goianira abandona a atividade que lhe deu suporte, a agropecuária, para integrar-se a Goiânia, deixando de estruturar seu espaço intraurbano para uma vida própria e passa a depender estruturalmente da metrópole.

#### **1 O SURGIMENTO DO POVOADO DE SÃO GERALDO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

Durante o período colonial e imperial brasileiro houve uma trilha a ser percorrida para que uma povoação chegasse a se tornar vila ou cidade. Segundo Marx (1991), no período colonial brasileiro,

se a aglomeração surgia espontaneamente e, ao longo do tempo, ia galgando diferentes estágios hierárquicos, esse processo ocorria norteado pela Igreja até o momento decisivo da criação do município. Uma concentração de moradas e uma capela, depois capela-curada ou visitada por um padre, quem sabe uma paróquia mais tarde. Um povoado de determinado porte aspiraria constituir uma paróquia ou, denominação que prevaleceu entre nós, uma freguesia. Depois tal freguesia vai almejar a autonomia municipal que, se alcançada, implicará o seu símbolo, o pelourinho, e a sua casa de câmara e cadeia. Símbolo e sede do município que deverão se compor com o templo preexistente. O ponto privilegiado topográfico já estará ocupado, a área mais prestigiada do lugar definida, o largo principal constituído [...]. (Marx, 1991 p. 12).

Para Marx (1991), esse modo de conceder chãos urbanos era uma réplica, e ao mesmo tempo uma contravenção, do sistema sesmarial. Seu fim foi decretado pela Lei de Terras, de 1850 – regulamentada em 1854 –, tendo sido transcorridas três décadas da cessão de fato da concessão de sesmarias (ibidem). Estava instituído o valor de troca para as terras brasileiras. Com essa mudança, também o solo urbano passou a ser vendido, ainda que a mudança ocorra lentamente, havendo concessões de chãos até mesmo depois de instituída a República (1889). Já a regulamentação do valor de uso em solo urbano, que disciplina o direito imobiliário urbano, ocorre com o primeiro Código Civil brasileiro, de 1917.

Mesmo depois de não mais ser permitida a cessão ou aforamento de terras de patrimônio religioso ou do município, pelo advento da Lei de Terras (1850), muitas práticas antigas ainda permearam a sociedade brasileira republicana, sobretudo nas províncias mais afastadas. Conforme Marx (1991), o surgimento de um povoado ainda trazia muito do ritual colonial, como a forte presença da Igreja. Se antes os povoados que surgiam de patrimônios religiosos estavam ligados à Igreja, agora os patrimônios passam a ser leigos e a terra passa a ter valor de troca, não deixando, porém, de sofrer forte influência religiosa (Marx, 1991), numa prática reacionária à diminuição do poder da Igreja. Segundo Marx (1991), nessa penumbra colonial-republicana,

o velho sistema de criar patrimônios e capelas através da doação de pequenas partes dos latifúndios persistiu, todavia. No antigo quadro desigual de distribuição das terras que ressurgiu da mudança profunda imposta pela lei n. 601 de 1850, às vezes reforçado em algumas regiões, as costumeiras brechas no sistema fundiário ainda despontaram como solução, modificadas e revigoradas. O patrimônio religioso persiste como processo inicial de se conseguir terra para uma entidade coletiva que vai dividi-la e repassá-la para aspirantes menores, de acordo com a iniciativa dos seus grandes detentores. Muda, contudo, a forma do repasse, condenada a médio prazo, a tradicional da doação ou do aforamento. De fato, está no fim o abalado casamento do Estado com a Igreja e, com a república, advirá o rompimento formal definitivo. Fundiariamente, com o primeiro código civil, virá, em 1917, a condenação do sistema de foros. Não importa, advirá o patrimônio leigo. Fazendeiros doam parte de suas terras para a constituição de um patrimônio voltado por tradição, quem sabe ainda por devoção, a algum santo, porém já mais livre de superados controles e obrigações legais, atingido o modo enfiteutico de detenção do domínio direto das terras por parte de uma capela. Não importa - muito melhor a mudança -, pois, ao lado das vantagens da criação ou da tolerância dessas brechas fundiárias, surge agora, justamente, a oportunidade do negócio: a venda dos lotes a serem oferecidos. (Marx, 1991 p. 105)

Em termos demográficos, tanto o país como o estado de Goiás apresentava rápido crescimento entre o final do século XIX e início do XX. Em 1872 o país estava com 10.112.061 habitantes e o estado de Goiás com 160.395; em 1890 com 14.333.915 e 227.572, respectivamente; em 1900 com 17.318.556 e 255.284 e em 1920 com 30.635.605 e 511.919. Isto certamente fazia com que surgissem mais povoados.

Com esse crescimento demográfico, e o povoamento daí decorrente, todo o país estava, em maior ou menor grau, aumentando o número de suas cidades, vilas e distritos na segunda década do século XVIII e Goiás não estava fora desse processo. Todavia, o próprio Estado brasileiro, por meio do censo, estava mudando seu modo de ver a realidade urbana, ao dar pouca atenção à diferenciação entre as vilas e as cidades, chamando-as genericamente de municípios. Ao que parece, aquelas concepções se vinculavam muito mais à hierarquia urbana imperial que à realidade urbana da Velha República.

Nesse contexto, boa parte das cidades da região do Mato Grosso Goiano surgiu

de patrimônios, como afirmam Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2004):

Não são poucas as cidades goiano-tocantinenses que surgiram de patrimônios doados à Igreja. No Mato Grosso de Goiás, entre 1930 e 1960, pelo menos metade das cidades nasceu dessas doações: Anápolis, Brazabrantes, Santa Rosa de Goiás, Damolândia, Taquaral de Goiás, Itaguaru, Carmo do Rio verde, Avelinópolis, Santa Bárbara, Firminópolis, Itapuranga, Uruana, Goianira, Inhumas, entre outras. (Gomes; Teixeira Neto e Barbosa, 2004 p. 73).

Com a instalação da Ferrovia Goiás o caminho Goiás-Campinas passa a ser visto de outra forma. E nesse momento surge a articulação política para a implantação do povoado de São Geraldo pelos proprietários das fazendas que margeavam esse caminho, por um motivo lógico: o projeto de implantação da ferrovia sempre teve em foco a comunicação da capital do estado goiano com o litoral. O mais provável é que essa ligação ocorresse aproveitando-se o caminho que ligava Ipameri, Pires do Rio, Orizona, Bonfim, Anápolis, Goialina, Itaberaí, chegando à cidade de Goiás (figura 3). Poderia também ocorrer pela própria estrada Goiás-Campinas, dependendo da influência política da região e, mesmo que assim não fosse, o encontro com a ferrovia não seria tão difícil a partir dessa localidade.

A história do povoado de São Geraldo começa, então, com a história de Trindade. Não só Campinas estava pautada em um forte poder eclesiástico, como o povoado de Trindade, havia poucas décadas, em 1866, fortalecia seu povoado pré-existente pela formação do patrimônio religioso de seu templo (IBGE, 2008a). E não se tratava de uma simples igreja, visto que a tradição da romaria do Divino Pai Eterno, que se iniciara na década de 1840, já era muito expressiva. Com base nessa crescente importância, Trindade passa de povoado a distrito de Campinas em 1909 – fato que demonstra a celeridade dessa evolução, visto que Campinas se tornou município apenas dois anos antes, em 1907. Em 1920 Trindade adquire a categoria de vila, constituída dos distritos de Trindade e de Ribeirão (que se tornou Santo Antônio do Ribeirão e, depois, Guapó). Nesse ano a população de Trindade era de 6.110 habitantes, dos quais 4.058 moravam no distrito-sede e 2.052 no distrito de Ribeirão (ibidem).

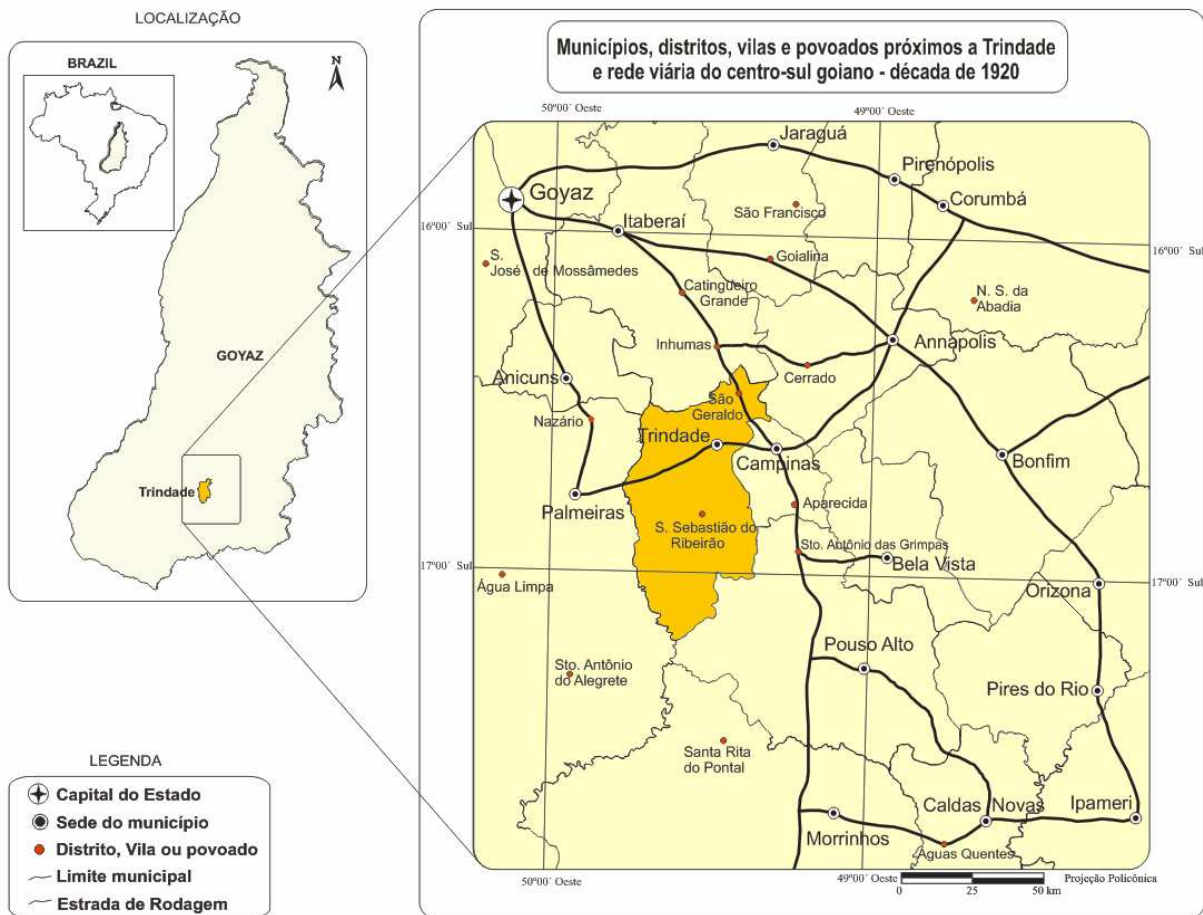


Figura 3 – Mapa dos municípios, distritos e povoados próximos a Trindade e rede viária do centro-sul goiano - década de 1920.

Fontes: Ática (1983); Ortêncio (1983); Chaul (1988); Goíás (2003)

Nota: Cartografia digital do autor e de José Vandério Cirqueira Pinto

De Trindade vinha o padre Pelágio Sauter, de seis em seis meses, visitar as fazendas de Pinguela Preta, São Domingos, Boa Vista, Meia Ponte, Bugre, Rio do Peixe, Mangueira, dentre outras (Goianira, 1997). Nessas fazendas o padre realizava, acompanhado de mais duas pessoas, a desobriga paroquial, promovendo casamentos, batismos, missas e doutrinamentos (ibidem).

Tendo a ideia de criação do povoado surgida em 1920 (Goianira, 1997), formou-se, em 1922, uma comissão para a criação do povoado, que teria São Geraldo Magela como padroeiro, de quem era devoto o padre Pelágio. A referida comissão foi formada pelo padre e pelos fazendeiros, como foi registrado em documento abaixo transcrito.

Bôa Vista, 31 de março de 1922

Abaicho assignado

Para a Capela de S. Geraldo de Majella neste Bairro Bôa Vista. Vamos pedir um auxílio do pessoal para Constituição desta Capela feita de acordo com o Superior de Campinas e com Bispo do mesmo Estado. Assim rogamos todos para favorecer esta Comissão do Medianeiro S. Geraldo assignando com uma quantia qualquer será asseito Empregado da Comissão S. Geraldo de Majella.

João de Assis Pereira	Prezidente da Comissão
José Antonio Gabriel	Secretário
Joaquim Bento da Costa	Tezoureiro
Francisco Souza	Procurador
Bertolino Antonio dos Stos	Comissário
João Hilário dos Santos	C.
Philadelphio Peres de Souza	C.
João Moreira da Silva	C.
José Moizeis	C.
Luiz Freire	C.
Miguel Rezende	C.

Estes forão [sic] nomeados empregados deste distrito. Comissão neste termo de Campinas. (Goianira, 1997 p. 22).

Neste documento, de autoria desconhecida, vêem-se as primeiras atribuições ao espaço que se tornaria o povoado. De início o texto dá ao lugar o topônimo de Bairro Bôa Vista e na última linha o chama de distrito. A forte ligação da Igreja com o processo político da criação desse povoado se sobrepõe ao poder temporal, pois as autoridades que referenciam tal ato são eclesiásticas e o santo protetor já é determinado desde o início. Vale ressaltar que a maioria dos nomes arrolados na comissão é de proprietários de terras vizinhas à fazenda Boa Vista e boa parte deles e de suas famílias aparecem no âmbito político de Goianira, como atesta o levantamento da Secretaria de Educação da cidade (Goianira, 1997 p. 11-19). Em outro documento aparecem os valores das doações de quase todos os que estão no documento acima, além de outros.

O povoado de São Geraldo nasce em um ambiente de economia agropecuária, mas não se pode desconsiderar o papel gerador da estrada Goiás-Campinas, assim como sua condição de patrimônio leigo. São Geraldo é, assim, filho da Igreja, da estrada e da agropecuária, que lhe deram sustentação conjunta, sobretudo nos primeiros passos.

No que se refere às ligações políticas, percebe-se que a forte ligação com a Igreja faz com que haja uma cadeia hierárquica entre o povoado de São Geraldo, a vila de Trindade – que se torna cidade em 1927 – e a cidade de Campinas. Havia ainda a ligação eclesiástica de Campinas e Trindade com a capital do Estado, sede do bispado a que pertenciam.

Na ocasião da escolha do sítio urbano de São Geraldo, inicialmente foi aventada a possibilidade de se levantar a capela nas terras do Sr. Philadelphio Peres dos Santos, “pois lá já havia um Campo Santo, com alguns corpos sepultados, mas não foi possível, pois a água ficava em uma profundidade de cinco metros ou mais.” (Goianira 1997 p. 05).

Este relato mostra quão grande era a dificuldade que essas fazendas enfrentavam por estar tão distanciadas do distrito-sede, até mesmo em relação aos sepultamentos. Sendo confuso o texto, não há como saber se o cemitério contaminava as águas, que eram rasas, ou se, por erro de redação, a intenção foi dizer “vinte e cinco metros ou mais”, por exemplo. É provável que a segunda hipótese seja a correta, pois, segundo Marx (1991), era norma da Igreja que não se construíssem as capelas em locais baixos ou inabitados. Ainda conforme o estudo da Secretaria Municipal de Educação, “foi então que o fazendeiro João Augusto Gonçalves, proprietário da fazenda Boa Vista, se dispôs a dar um alqueire e meio de terras para a Igreja onde seria erguida a capela e o povoado de São Geraldo.” (Goianira, 1997 p. 06).

O alqueire goiano corresponde a uma área de 48.400 m<sup>2</sup> ou 4,84 hectares. Portanto, a área doada para o patrimônio da capela – que comportaria a capela, sua praça, e algumas quadras residenciais e institucionais – corresponde a 72.600 m<sup>2</sup> ou 7,26 hectares. Pode parecer pouco, mas o certo é que o sítio urbano daí resultante suportou quarenta e quatro anos sem que se abrisse outro loteamento, apesar de ter havido crescimento populacional contínuo, porém concentrado no meio rural. Em 1960 a cidade contava 5.060 habitantes, dos quais 4.370 estavam no campo e apenas 670 na cidade.

A importância dada à água potável reflete, além da necessidade de abastecimento do próprio povoado, a preocupação com o sucesso daqueles que viessem habitar ao redor da capela ou em suas imediações e que certamente estariam ligados ao cultivo de pequenas hortas e vegetais frutíferos e à criação de animais. O preço de proporcionar o fácil acesso à água foi o de se instalar a capela e as casas que viriam a circundá-la em um lugar baixo (figura 4). A menos de 150 metros de onde efetivamente se instalou a capela estava o córrego Boa Vista e a estrada Goiás-Campinas, lateral à capela cortava esse córrego, havendo, de um lado da rua, quadras residenciais e, de outro, uma chácara. Várias porções das margens desse córrego se tornaram pequenas propriedades, que certamente desempenharam importante relação econômica com o meio urbano. O que mais impressiona é que outro afluente do mesmo córrego também circundava pelo lado oposto o sítio do povoado, ainda margeado pelos córregos Pindaíba e Fortuna, de modo que a cidade cresceu num sítio de formato oval, margeada por mananciais, e abrigou o crescimento urbano inicial até o primeiro quartel da década de 1970, em meio a um cinturão verde de pequenas propriedades, sem que as margens desses córregos fossem urbanizadas, o que é relevante do ponto de vista da conservação ambiental.

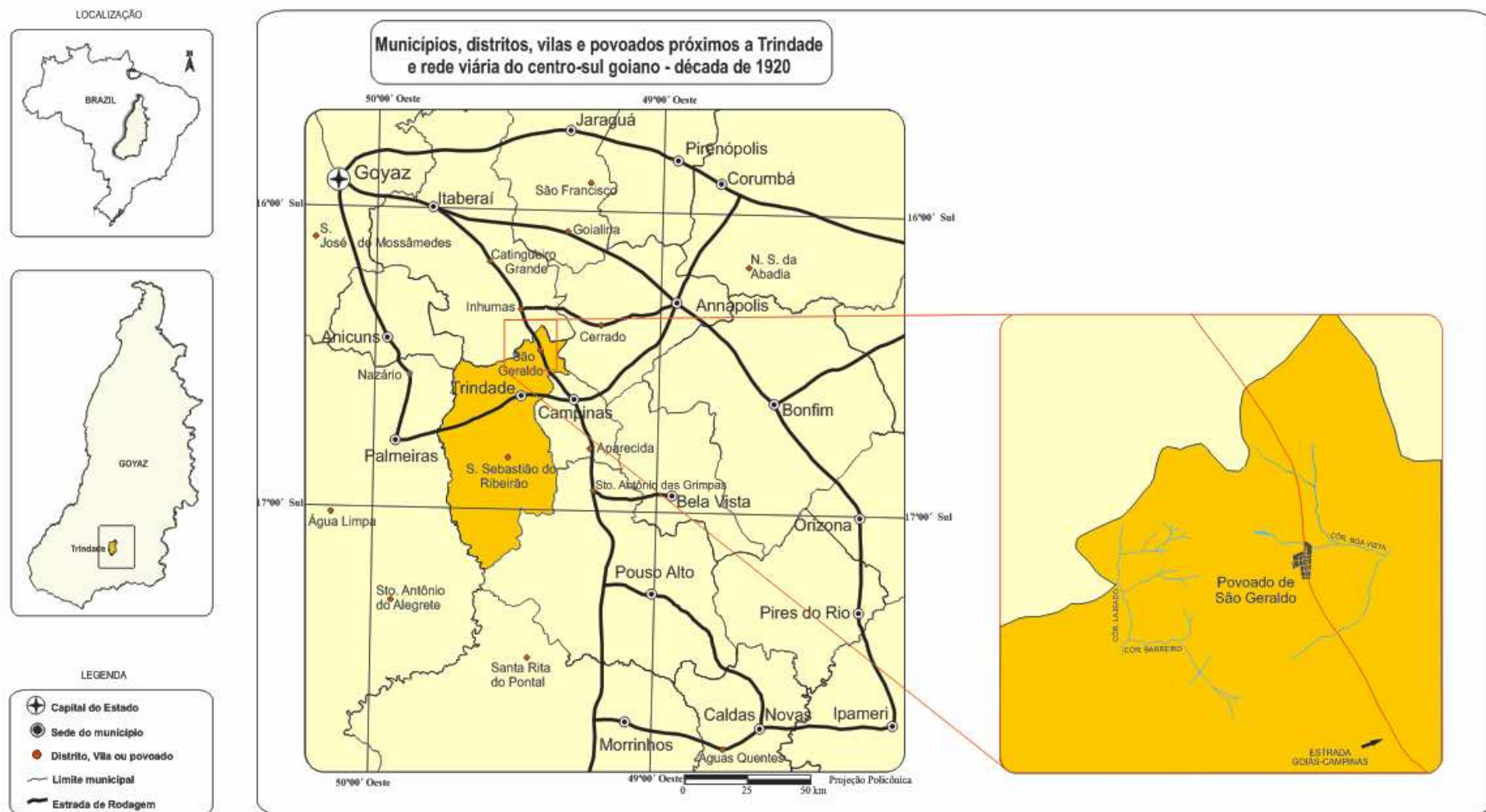


Figura 4 – Localização do núcleo inicial do povoado de São Geraldo, em 1922.

Fontes: Ática (1983); Chaul (1988); Goiás (2003); Ortêncio (1983)

Nota: Cartografia digital do autor e de José Vandério Cirqueira Pinto

A julgar pela economia desenvolvida nas imediações, o mais provável é que o impulso para a criação do povoado era, principalmente, o de ter um centro religioso e comercial mais próximo às fazendas e, quem sabe um dia, conseguir a emancipação política. Ainda que pequeno, esse povoado daria guarida aos pequenos comerciantes, à igreja e a trabalhadores, que seriam empregados fixos ou sazonais das chácaras e fazendas. A representação política dos fazendeiros também seria ampliada. A presença da estrada Goiás-Campinas asseguraria o escoamento da produção até a nascente Ferrovia Goiás e os imóveis rurais certamente seriam valorizados pela proximidade do povoado e pelas possibilidades de trocas, comercializações.

O início do povoado, apesar de contar com a vontade de vários fazendeiros e do padre Pelágio, mostrou-se lento e acanhado. Tendo a idéia – repita-se – surgido em 1920 e a primeira reunião da comissão para a criação do povoado ocorrida em março de 1922 (Goianira, 1997) e sendo a capela de suma importância, é relevante notar que a conclusão e inauguração de sua simples obra – pau-a-pique e sapé – se deu apenas em outubro de 1930, quando havia apenas cinco residências de esteio, adobe e telhas, além de outras também de pau-a-pique e sapé (Goianira, 1997). É só em 1949 que começa a construção da igreja matriz. Essa lentidão nas transformações tem duas explicações: a vida econômica dessa localidade estava no campo e a Igreja passava por dificuldades financeiras<sup>14</sup>, necessitando, inclusive de doações para a construção da capela<sup>15</sup>.

Como não há dados acerca do próprio povoado, optou-se por levantar a situação socioespacial geral de todo o município de Trindade em 1920, dois anos antes do surgimento do povoado. Nesse momento a população do município de Trindade, apurada pelo censo de 1920 (Brasil, 1923) era de 6.110 habitantes, sendo 4.058 no distrito-sede e 2.052 no distrito de Ribeirão, futura cidade de Guapó, na porção sul. Com a instalação do povoado de São Geraldo parte desses habitantes, assim como os novos, iria dinamizar a porção mais promissora de todo o território do município.

O território do município de Trindade ocupava uma área de 1.174.900 hectares, o

---

<sup>14</sup> Em 1922 a dificuldade da diocese era bastante notória, mas em 1949 D. Emanuel já saneara financeiramente a diocese e envolveu-se na restauração religiosa, que, entre outros aspectos, implicou a construção de templos e escolas.

<sup>15</sup> Segundo Goianira (1997, p. 06) “a primeira capela era de pau-a-pique e sapé, quando ficou marcado para o levantamento de cruzeiro e lançamento da pedra fundamental e o batismo do mesmo. No dia vinte e cinco de março de 1922 foi comemorada a Santa Missa, Procissão e distribuição dos ‘Santinhos de São Geraldo Magela’, que tinha os seguintes dizeres: ‘Lembrança do levantamento do cruzeiro no largo de São Geraldo, 25/06/1922’ [...] Ficando marcada para o dia 31/03/1922 nova reunião da comissão do povoado de São Geraldo para pedir dejetório [sic], ou seja, ajuda em dinheiro, serviços ou materiais para a construção da nova Capela, que seria de adobe e telhas francesas e também para comprar o sino, que era de cobre e bronze. Ficou o Sr. João Augusto responsável pelos pedreiros e carpinteiros. O Pe. Pelágio e Joaquim Bento da Costa para comprarem o sino, pois teria que vir de Minas Gerais, pois era lá que eram fabricados. Outros colaboraram com serviços e ajuda em dinheiro [...]”

que representava 1,8% da superfície do estado (Brasil, 1923). Seus 6.110 habitantes ocupavam esta superfície à densidade de 6,82 hab./km<sup>2</sup> (Brasil, 1923).

Os estabelecimentos rurais ocupavam 95.575 hectares, dos quais 66.292 hectares eram ocupados por matas (Brasil, 1923). Eram grandes propriedades e ocupadas ainda rarefeitamente (dos 221 estabelecimentos, apenas 79 tinham área menor que 41 hectares) (ibidem). Nessas propriedades o recenseamento de 1920 encontrou 205 estabelecimentos ocupados pelos proprietários, 16 por administradores e nenhum por arrendatários (Brasil, 1923).

Sendo a atividade agrícola a principal do município de Trindade, havia 11 máquinas de tração animal, 67 de tração hidráulica, além de 21 movidas por força indeterminada e 84 por outros meios (Brasil, 1923). Isso mostra que a força hidráulica era bem explorada no município, já que no estado goiano apenas 6,7% dos estabelecimentos tinham motores hidráulicos. Como Trindade dispunha de 67 desses motores, é provável que cerca de ¼ das 221 propriedades contassem com pelo menos um motor hidráulico.

A rudimentaridade também estava no cultivo da terra, visto que, como dito anteriormente, apenas 26,5% dos municípios goianos utilizavam arados e poucos tinham máquinas de beneficiamento da produção. O censo de 1920 não constatou a presença de nenhum arado, grade, semeadeiras, cultivadores, ceifadores ou tratores em Trindade (Brasil, 1923). Isso, contudo, não impedia que a agricultura florescesse em Trindade, como mostra a tabela 9.

Ao que parece, a economia do município de Trindade estava baseada mais na agricultura que na pecuária, visto que a maioria das propriedades rurais produzia alimentos básicos, como arroz, feijão e milho. É provável que poucos desses estabelecimentos se dedicassem somente à pecuária, que, apesar de abaixo da média do estado, também era expressiva (tabela 10). Portanto, havia uma conjunção entre a agricultura e a criação de animais.

Tabela 9 – Produção agropecuária do município de Trindade – 1920.

Propriedades produtoras		Produção e beneficiamento	
Produto	Quantidade de propriedades	Quantidade (t)	Quantidade de propriedades com máquinas beneficiadoras
Arroz	198	294,1	70
Milho	191	1.181,7	3 (máquinas para moer cereais)
Feijão	197	154,2	
Batata inglesa	3	0,4	
Mandioca	109	291,6	
Algodão	69	14,1	80
Cana	33	1.487,6	23 (máquinas para produzir açúcar)
Fumo	12	1,9	
Mamona	58	19,5	
Café			6
Total de propriedades	221		

Fonte: Brasil (1923).

Tabela 10 – População pecuária por mil habitantes no estado de Goiás e em Trindade – 1920.

Instância espacial	Número de animais das espécies					
	Bovina	Eqüina	Asinina e muar	Ovina	Caprina	Suína
	Por mil habitantes					
Goiás	5.091	507	89	81	71	948
Trindade	3.246	407	57	59	21	1.088

Fonte: Brasil (1923).

O geógrafo Pierre Monbeig (1942 p. 65), quando veio de São Paulo fazer suas viagens exploratórias no sertão onde estava surgindo Goiânia, em 1938, observou que “já os próprios arredores de Goiânia estão povoados e que duas mil famílias rurais começam a produzir arroz, milho e feijão para o mercado local e para exportação”. Dessa afirmação sobressaem dois pontos. Primeiro, a construção da capital foi decisiva no ordenamento regional desde o início e, segundo, essa construção de uma cidade, fato extraordinário para

a época, gerava, mesmo nas pessoas cultas, a ideia de um surgimento do nada. Todavia, não era um começo, mas um reordenamento econômico e social desse espaço.

Enfim, a diferenciação entre a primeira fase de expansão urbana nuclear e a seguinte é baseada na inexistência de Goiânia e no nível de dinamicidade da vida urbana e rural dessa localidade, que ainda era incipiente.

O isolamento das formações urbanas goianas do início do século XX fez com que os meios de transportes arcaicos subsistissem ao lado do avanço tecnológico da ferrovia e dos veículos automotores. O encontro do carro de boi com a ferrovia é descrito no estudo da Secretaria de Educação de Goianira:

Até 1946 na região não existia sal, que vinha da região própria era as Salinas do Nordeste do Brasil, vinha pela estrada de ferro e de lá para cá nos carros de bois, sua 1ª estação ficava em Pires do Rio, e buscavam produtos como: sal, querosene, arame farpado, açúcar cristal e outros. (Goianira, 1997 p. 07).

De fato, quando chega a ferrovia em Goiânia, em 1942, esses produtos se tornaram mais acessíveis à “região”. Nas primeiras décadas do desenvolvimento de Goiânia, quando o distrito de São Geraldo era ainda pouco desenvolvido, era comum esse tipo de transporte de mercadorias. Continua o relato acima dizendo que, não havendo

ainda estradas abertas e largas, [os carreiros de São Geraldo] passavam por dentro das matas, era difícil o trajeto, tinha que muitas vezes cortarem as pontas das árvores, que pendiam por cima das estradas. Levavam duas semanas para chegarem ao seu destino [...]. (Goianira, 1997 p. 08).

Essa situação pode ser percebida na ponte rudimentar que ligava o povoado de São Geraldo à região que viria abrigar o município de Santo Antônio de Goiás (figura 5), surgido numa região dinamizada a partir de São Geraldo.

Foi então com o auxílio dos carros de boi que o povoado se comunicava economicamente com a nascente Goiânia, que aumentava paulatinamente sua força de atração sobre as cidades vizinhas. O primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, fala das dificuldades de abastecimento daqueles tempos:

Outro problema sério era o abastecimento da população, porque nós não tínhamos estradas para Nerópolis, Anápolis, Leopoldo de Bulhões e para o sudoeste. Então, como abastecer uma chapada? Tudo vinha em lombo de burro, nas costas de animais, as bruacas trazendo farinha, rapadura, frangos, mandioca, guariroba (naquele tempo não havia produtos hortigranjeiros como hoje). Os gêneros quando não vinham em tropas de animais eram conduzidos em carros de boi. Foi quando tive a idéia de construir o primeiro mercado. Foram dois ranchos situados onde hoje é o final da Rua 4. Para tanto, foi preciso equacionar o problema do transporte de gêneros alimentícios. Mandei fazer um levantamento para saber quantos carros de boi havia no município. Constatamos a existência de duzentos

desses veículos que foram registrados na Prefeitura. Nessa altura, paralelamente, às construções dos prédios públicos como o Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, abrimos a estrada para Leopoldo de Bulhões. Não tínhamos ligações com Anápolis, que era a ponta de linha da estrada de ferro. [...] (Goiás-industrial, 1999 p. 7,8).



Figura 5 – Antiga ponte do rio Meia Ponte, ligação com a região de Santo Antônio de Goiás – [1940].

Fonte: Goianira (2008).

Foram essas algumas das adversidades enfrentadas pelo distrito de São Geraldo e por todas as demais localidades, inclusive Goiânia. Essas ligações econômicas, porém, não geravam dependência, já que as atividades rurais subsidiavam as atividades urbanas, se é que se pode caracterizá-las como urbanas. Mas a evolução política e territorial dará forma e identidade ao pequeno povoado.

Com o tempo os transportes mais modernos chegam a Goiás e certamente impactam o distrito de São Geraldo, já que este estava situado ao lado de uma rodovia importante para o estado. A figura 6 mostra um ônibus, provavelmente por volta de 1960, no qual se pode ler o itinerário “Inhumas-Itaussu-Itaberaí-Heitorai-Xixa”. A partir de 1949 começa a construção da igreja matriz de São Geraldo, demonstrando que o espaço intraurbano do distrito começava alcançar uma melhor estruturação (figura 7). Ao lado da igreja já se podem ver algumas casas de alvenaria, que vieram substituir os casebres mais simples.

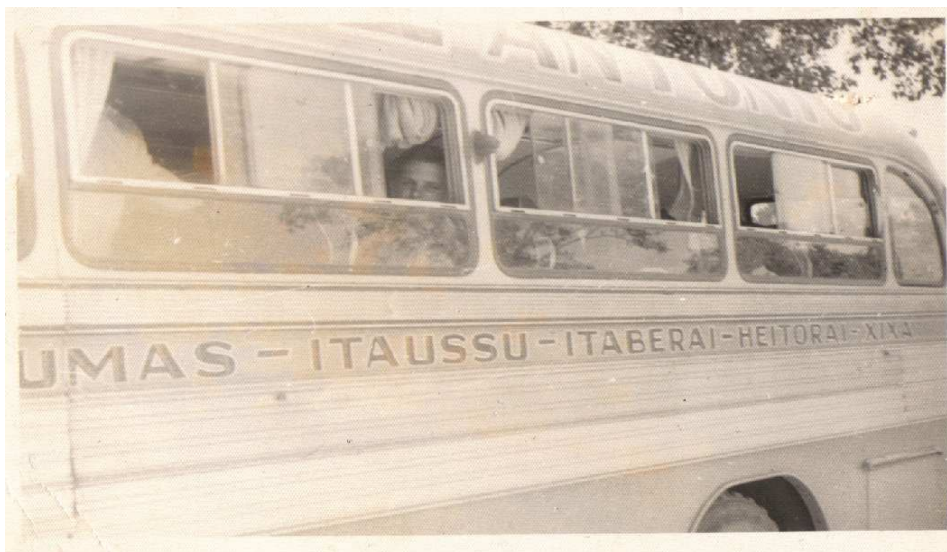


Figura 6 – Ônibus que partia de Goiânia em direção ao noroeste – [1960].

Fonte: Pelá (1960).



Figura 7 – Igreja matriz de São Geraldo – [1960].

Fonte: Goianira (2008).

A única mudança de nome do distrito registrada é a de São Geraldo (até 1942) para Goianira (de 1943 em diante) (IBGE, 2008b). No entanto o estudo da Secretaria de Municipal de Educação diz que

em 1940 o distrito teve o seu nome alterado para “latim” denominação que durou até 1942. Foi novamente alterado por políticos para “Itaitê” foi então que os moradores e todos os outros fundadores que ainda residiam no local, procuraram as autoridades em Goiânia, conseguindo voltar a denominação para “São Geraldo”, este ficou até 1947, quando na eleição para vereador do Sr. José Rodrigues Naves Júnior, pela UDN fizeram tudo para retornar o nome para “São Geraldo”. (Goianira, 1997 p. 07).

Registra-se, do trecho acima, que parece haver um erro de redação, pois “latim” deve ser “Itaim”, que em tupi-guarani significa *pedra grande*. “Itaitê”, por sua vez, significa *pedra feia*, na mesma língua.

Cabe aqui uma referência à evolução político-institucional. Mesmo não tendo autonomia política, o distrito alcançava alguma influência por meio de vereadores que o representavam. Segundo o estudo da Secretaria Municipal de Educação, o vereador José Rodrigues Naves Júnior era quem fazia essa intermediação política e se coligava com deputados para conseguir benefícios para o município, sua emancipação inclusive<sup>16</sup>.

Essa articulação política fez com que Goianira conseguisse a emancipação em 1958 e instalasse seu distrito-sede em 4 de janeiro de 1959 (figura 8). A ligação umbilical da Igreja com o povoado mostra-se ainda forte nessa ocasião, conforme a figura 9, que traz o padre Pelágio (segundo da esquerda para direita) em meio às autoridades civis recém-constituídas.

---

<sup>16</sup> “Em 1951 mais uma vez o curso de sua história foi mudado quando na eleição de 1951 para Deputado Estadual foram eleitos os Srs. Gerson de Castro Costa, Venerando de Freitas Borges, pelo PSD e Albatênio de Godoy, pela UDN. Mais uma vez o vereador por São Geraldo o Sr. José Rodrigues Naves Júnior, pela UDN e Brasil Limonge pelo PSD. Juntos trabalharam para criação do município. [...] Em 1951 na eleição do Sr. JOSÉ RODRIGUES NAVES JÚNIOR, vereador por 04 (quatro) vezes em Goiânia, nas datas de (1947-1951-1955-1959), representando o distrito de São Geraldo, juntamente com o então prefeito LICARDINO DE OLIVEIRA NEI, e o Deputado GERSON DE CASTRO COSTA. Juntos trabalharam pela criação e instalação do distrito de São Geraldo.” [...] Mesmo depois de seus mandatos, o ex-vereador ainda influenciava politicamente: “O ex-vereador por Goiânia, José Rodrigues Naves, mas representante de Goianira, conseguiu junto à Câmara Municipal de Goianira, que cedesse duas salas no prédio que funcionava a mesma [para que o Ginásio Municipal – ensino ginasial – pudesse funcionar].” (Goianira, 1997 p. 09, 79, 81).



Figura 8 – Primeira reunião do prefeito e da Câmara Municipal de Vereadores do município de Goianira – 1959.

Fonte: Goianira (2008).



Figura 9 – Solenidade de instalação do município – 1959.

Fonte: Goianira (2008).

Da transformação em distrito até sua emancipação, no final de 1958, o território de Goianira passa por mudanças de disposição e de área. Primeiramente, quando estava ligado a Trindade, não há como saber qual era a configuração do espaço rural vinculado ao povoado. Depois, em 1935, São Geraldo transforma-se em distrito de Goiânia, havendo também mudanças espaciais. Em 1938 os territórios do município de Trindade passam a ser distrito de Goiânia. Em 1943 o então distrito de Trindade se emancipa e parte do distrito de Goianira é vinculado a Inhumas e em 1958 é criado o município de Goianira.

## 2 OS TRÊS PADRÕES DE EXPANSÃO URBANA DE GOIANIRA

Os padrões de expansão urbana são um fenômeno que acontece no âmbito do espaço intraurbano. Assim, cabe aqui definir a concepção de intraurbano empregada neste trabalho. Adota-se aqui a concepção de Villaça (2001), que distingue o espaço intraurbano do espaço regional:

A distinção mais importante entre espaço intra-urbano e espaço regional deriva dos transportes e das comunicações. Quer no espaço intra-urbano, quer no regional, o deslocamento de matéria e do ser humano tem um poder estruturador bem maior do que o deslocamento da energia ou das informações. A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços.

Acerca da periodização do intra-urbano, afirma Villaça (2001 p. 34) que não se pode adotar “para a história do espaço intraurbano, a mesma periodização e as mesmas etapas que adotam para o período nacional.”. De fato, sobretudo nas primeiras décadas, apenas alguns traços da transformação do território goiano, em certos momentos, determinaram as transformações do espaço intraurbano de Goianira. Como se verá, a ampliação das vias no estado, no início do século, foi importante para o surgimento do povoado que deu origem à cidade. Porém, o surto rodoviário nacional das décadas de 1960 e 1970 não impactou tanto os agentes desse espaço quanto a mera expectativa de maiores chances de escoamento da produção agropecuária, por estrada de chão, no início do século XX. Esse burburinho foi decisivo para o surgimento do povoado e a concretização da rodovia para seu desenvolvimento e mesmo para o surgimento de Goiânia.

Do ponto de vista socioespacial, em Goianira são delimitáveis três padrões de expansão intraurbana, que refletem momentos distintos de organização urbana interna e de relação socioespacial com Goiânia: o padrão de expansão nuclear, o linear e o complexo.

Por padrão de expansão urbana entende-se, aqui, a confluência de fatores econômicos, demográficos e políticos na produção socioespacial de espaços que podem ser diferenciados no tempo. Em cada padrão houve a preponderância de um desses fatores. As fases são nuances de um padrão de produção do espaço intraurbano, em que as mudanças

econômicas, demográficas e políticas não produzem um diferente tipo de espaço intraurbano. A diferenciação entre os padrões está pautada principalmente nos diferentes produtos espaciais intraurbanos, que são o foco do presente estudo. Quando o desenho da malha urbana deixa de coincidir com o existente está-se diante de um novo padrão de expansão urbana. Assim, o primeiro padrão desenha um o espaço urbano nuclear, o segundo um linear, e o terceiro “complexifica” essas duas cidades do ponto de vista dos tipos e da ocupação dos loteamentos.

A importância dessa delimitação espaço-temporal do crescimento urbano através dos padrões está em possibilitar a explicação dessa formação espacial a partir das forças que geram produtos espaciais diferenciados. A partir daí pode-se, por exemplo, interpretar a ação imobiliária com base nas nuances que assume em cada padrão, ou pode-se buscar explicar a ação política local em face de cada realidade. Enfim, se os padrões encontrados forem capazes de refletir a realidade, é possível explicar, além da expansão urbana, outras facetas sociais ou espaciais. Segue a explanação de cada um desses padrões e de suas implicações para o espaço e para a sociedade goianireNSE.

## 2.1 O Padrão de Expansão Urbana Nuclear (1922-1978)

A expansão urbana de Goianira começa com a formação de um o espaço urbano nuclear, cujos marcos são o surgimento do primeiro bairro – o patrimônio leigo – e o surgimento dos bairros que precedem o próximo padrão de expansão urbana – o linear. O padrão nuclear experimenta três fases de desenvolvimento. A primeira fase vai de 1922 a 1934 e condiz com a função acessória que a cidade desempenhava junto ao espaço urbano do município. É um momento de povoamento e dinamização econômica do campo. A segunda fase, de 1935 a 1971, é reflexo da criação do distrito, uma mudança não só política, mas principalmente econômica já que a proximidade a Goiânia gera um mercado consumidor dos produtos da atividade agropecuária, fazendo com que o campo atinja o ápice demográfico em 1970.

O espaço intraurbano era apoio a essa atividade. Na terceira fase, de 1972 a 1978, ocorre uma mudança na lógica urbano-rural na qual, ainda que o campo mantivesse uma considerável atividade agropecuária e uma população ainda expressiva após o primeiro êxodo, é o espaço intraurbano que expande espacial e demograficamente, em resposta a duas demandas de Goiânia: espaço para a atividade imobiliária e mão-de-obra.

### 2.1.1 A primeira fase do padrão de expansão urbana nuclear (1922-1934)

A primeira fase do padrão de expansão nuclear vai desde a instalação do povoado até o momento em que se desvincula do município de Trindade e passa a constituir distrito de Goiânia. Neste ínterim, apesar de não se dispor de muitos dados, visto que não houve censo em 1930, pode-se deduzir que a região nordeste de Trindade, onde o povoado foi instalado, conheceu uma nova articulação produtiva por meio da polarização do patrimônio leigo que, apesar de pequeno, acanhado e quase inabitado, possibilitou uma articulação produtiva local em torno da agropecuária. Portanto a “expansão urbana” da primeira fase acontece com a instalação desse núcleo de assentamento humano. Como se pode ver na figura 2 o levantamento do povoado serviu de suporte para a dinamização da porção nordeste do município de Trindade, que provocou esta ação colonizadora logo depois de conseguir poder para tanto, pois se tornou vila dois anos antes da instalação do povoado de São Geraldo. A escolha do futuro sítio urbano e rural também foi estratégica, como dito anteriormente e demonstrado na figura 2, a que se soma a presença estrada Goiás-Campinas, que iria garantir a rápida comunicação com os centros consumidores da produção.

### 2.1.2 A segunda fase do padrão de expansão urbana nuclear (1935-1971)

A segunda fase do padrão de expansão nuclear tem como marcos a criação do distrito de São Geraldo, em 1935, e o ano de 1971, que precede a ação da lei municipal nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971<sup>17</sup>. É um marco político que reflete na organização econômica, demográfica e culmina numa mudança espacial, porém não fugindo do padrão urbano nuclear. Nesse interstício há, ainda, outra grande transformação socioespacial: a criação do município no final de 1958 e sua instalação em 4 de janeiro de 1959. Apesar de relevante, esse fato não transformou diretamente o espaço intraurbano, ainda que possa ter contribuído tanto para o adensamento urbano quanto para a promoção imobiliária da cidade.

Com a criação de Goiânia ocorreu uma convulsão político-territorial na qual inicialmente se extinguem os municípios de Campinas e de Hidrolândia e se desmembram partes dos territórios de Anápolis, de Bela Vista e de Trindade, e o até então povoado de São Geraldo é institucionalizado distrito de Goiânia, em 1935 (IBGE, 1951). A transformação em distrito está inserida no contexto da mudança regional que a instalação do município de Goiânia causou. Assim o município de Trindade, matriz de São Geraldo e de Ribeirão, é

---

<sup>17</sup> Essa lei obrigava o agente imobiliário a implantar a infra-estrutura básica nos novos loteamentos. O

transformado em distrito de Goiânia, mantendo, agora, o mesmo *status* político-territorial que São Geraldo. O título de distrito concedido a São Geraldo por si mesmo não mudaria a realidade socioespacial. O surgimento de Goiânia como centro econômico e político vai, aos poucos, influenciar a economia de Goianira, o que já começou na construção da cidade, como relatado abaixo.

Em 1940 [São Geraldo] ficou como ponto de apoio para a construção para a nova capital de Goiânia, Fazenda Boca da Mata estalando uma serraria completa fabricando portas, portais, forro paulista e tacos para a construção de palácios das Esmeraldas, Grande Hotel, Cine Teatro Goiânia e demais construções da época. Foi instalada também uma máquina de beneficiar arroz e café, moinho para moer milho, transformando em fubá, também fábrica de banha de porco, e tudo isso era transportado por carros de boi próprios pois o seu produto era destinado para a construção da nova capital Goiana. [...] Nesta época um novo distrito contava com cerca de trinta casas residenciais e dois armazéns de secos e molhados e um açougue, uma loja de tecidos e um logradouro que era o largo de São Geraldo, mais tarde a praça da matriz. (Goianira, 1997 p.7).

Como se vê, a economia do povoado já apresentava traços de afirmação da área urbana, que era fortemente impactada pela realidade regional que começava a se delinear com a instalação de Goiânia. O relato acima mostra a construção da capital como um grandioso fato para o qual, afortunadamente, São Geraldo pode contribuir. Porém, mesmo sem esse afinco de pertencer à história “importante” é fato que a instalação da capital impactou econômica e politicamente toda a região.

A institucionalização do município de Goianira acontece, por assim dizer, às vésperas do período de maior efervescência política municipal no sentido de busca da emancipação no Brasil.

Segundo dados da prefeitura de Goiânia, o distrito de São Geraldo abrigava, em 1936, uma população considerável para uma localidade tão nova (14 anos). Estava com a maior densidade demográfica da época (tabela 11).

Quatro anos mais tarde o censo de 1940 aponta uma população menor no distrito de São Geraldo (tabela 12). Todavia há que se considerar a diferença entre as metodologias de contagem dessa população.

A análise da transformação demográfica de São Geraldo na década de 1930 apresenta certa dificuldade em relação aos dados censitários, já que – frisa-se – não houve censo em 1930, sendo impossível comparar a realidade do povoado com Trindade e, mais tarde com Goiânia, como dados de uma mesma instituição. Os da população de 1936 foram gerados pela nova municipalidade de Goiânia. O próprio espaço mudou. Quando o povoado se torna distrito sua área muda, refletindo na sua população, o que só será mais bem

explicado quando se reconstituir seu desenho, nas diversas fases. Por isso a análise demográfica aqui feita irá, inicialmente, desconsiderar os dados do censo de 1950 (quadro 4). Por ele só podemos afirmar que a área urbana teve um crescimento contínuo, condizente com o intervalo entre 1940 e 1960.

Tabela 11 – População e densidade dos distritos do município de Goiânia – 1936.

Distrito	População	Densidade demográfica
Goiânia	17.278	5,14
Trindade	6.038	3,15
Ribeirão	5.840	1,28
Hidrolândia	4.753	1,14
São Geraldo	1.477	7,12
Total	35.386	3,61

Fonte: Agência Municipal de Estatística (1936) apud Bernardes (2000 p. 171).

Tabela 12 – População do município de Goiânia e de seus distritos – 1940.

Divisão distrital	População de fato		
	Total	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
Goiânia	26.065	14.943	11.122
Hidrolândia	5.299	735	4.564
Ribeirão	5.609	901	4.708
São Geraldo	1.455	357	1.098
Trindade	9.738	1.953	7.785

Fonte: IBGE (1951, p. 19)

De acordo com o quadro 4, o distrito de São Geraldo, de 1.455 habitantes em 1940, vai contar 5.060 habitantes em 1960, dos quais apenas 670 estavam na cidade e 4.370 no campo, o que demonstra uma explosão demográfica no campo, que percebeu um aumento de 298% entre as décadas de 1940 e 1960, enquanto a população urbana percebeu um aumento de apenas 87,7%. Em termos absolutos o campo recebeu 3.272

habitantes, enquanto a cidade recebeu apenas 313 habitantes. Pode-se deduzir que, de alguma forma, o crescimento inicial de Goiânia e dos distritos mais próximos ao povoado de São Geraldo demandou um aumento da produção agropecuária, a exemplo do surgimento do primeiro mercado central de Goiânia. Mesmo que a maioria dos novos habitantes tenha se firmado no campo, a concentração urbana do povoado de São Geraldo também contribuiu para esse aumento da produção, já que dinamizava as relações socioeconômicas.

Quadro 4 – Comparativo entre a dinâmica demográfica e a expansão da malha urbana da segunda fase do padrão de expansão urbana nuclear (1935-1971) do município de Goianira.

População				Loteamentos do período			
Data	Total	Urbana	Rural	Denominação, quantidade de lotes e estágio de ocupação em 2006	Quantidade no ano	Soma	Data
1936	1.477			<u>Setor Central</u> <sup>1</sup> (268 lotes, 259 ocupados)	1	1	1922
1940	1.455	357	1.098				
1950	1.188	462	726				
1960	5.060	670	4.370	<u>Vila Klerea</u> (194 lotes, 162 ocupados)	1	2	1966
				<u>Vila São Judas Tadeu</u> (188 lotes, 188 ocupados), <u>Vila Padre Pelágio</u> (871 lotes, 812 ocupados), <u>Vila Castilho</u> (69 lotes, 69 ocupados)	3	5	1967

Fontes: IBGE (1951; 1971); Arca (2002); Goianira (2007); Goiás (2008). Agência Municipal de Estatística (1936 apud Bernardes, 2000).

(1) Área do patrimônio leigo inicial.

Por sua vez, na década de 1960 o município não assiste a um aumento populacional tão grande, passando de 5.060 para 6.091 habitantes entre 1960 e 1970. O campo quase não aumenta sua população, ganhando apenas 227 habitantes, num aumento de 5,19%, ao passo que a população urbana ganha 824 habitantes, representando um aumento de 123%. Portanto, a vida urbana está se consolidando nessa década de 1960. Mas o campo não chegou à estagnação, está economicamente ativo, e certamente era a base para que a vida urbana florescesse. Também a emancipação, em 1958, foi decisiva para essa atração de população urbana, que começa a habitar o antigo centro e os quatro novos loteamentos surgidos na década de 1960.

Tendo o núcleo inicial suportado a população urbana por 44 anos, apenas em 1966 uma nova área é loteada (figura 10), surgindo o bairro de nome Vila Klerea, o primeiro de uma série de mais três loteamentos no ano subsequente. Ao que parece, esses

loteamentos saturaram o mercado imobiliário de Goianira até meados da década de 1970, quando ocorre um novo período de abertura de novas áreas.

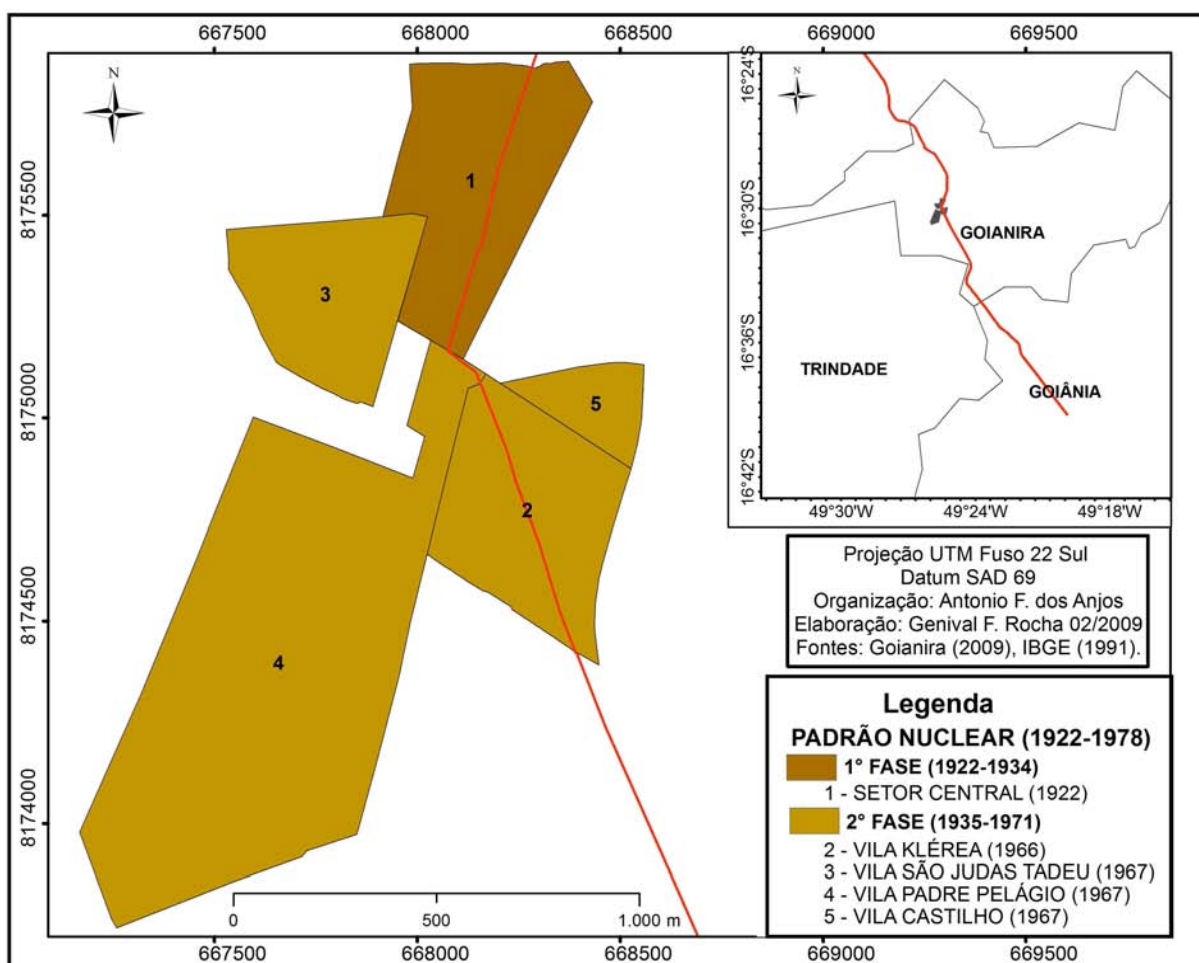


Figura 10 – Bairros da segunda fase do padrão de expansão urbana nuclear (1935-1971) do município de Goianira.

É verdade que a Vila Padre Pelágio, de 1967 – com suas 44 quadras estendidas do centro urbano ao solo até pouco tempo rural e abrigando áreas de alto e baixo adensamento populacional – já iniciava esse processo de parcelamento da periferia longínqua, que caracteriza a terceira fase dessa expansão urbana nuclear.

### 2.1.3 A terceira fase do padrão de expansão urbana nuclear (1972-1978)

A terceira fase do padrão de expansão nuclear tem como marcos a lei municipal de Goiânia nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e o surgimento de 7 novos loteamentos em 1978, no espaço urbano nuclear. A referida lei, ao coibir o surgimento de novos loteamentos em Goiânia, fez com que as dinâmicas demográficas de todo o aglomerado

urbano se comunicassem. Goianira estará integrada, definitivamente, a Goiânia. Sua economia, antes fortemente baseada na agropecuária, estará cada vez mais ligada às atividades urbanas, sobretudo de Goiânia. O campo sofre o primeiro e maior êxodo de força de trabalho e de capitais. Assim, em termos políticos surgirá a impotência – e a incompetência – da municipalidade em estruturar a cidade com equipamentos de consumo coletivo condizentes com sua nova função no aglomerado urbano.

Na década de 1970, assim como a explosão demográfica urbana jamais vista, ocorre também a abertura de loteamentos em número jamais alcançado nas décadas posteriores. Esse aumento de população urbana e de loteamentos está relacionado à dinâmica intraurbana de Goianira, mas não explica tudo, já que a “explosão” é relativa, não sendo expressiva em termos absolutos.

A cidade de Goiânia estava passando por um processo de forte restrição ao parcelamento urbano pelo advento da lei municipal 4.526/71, que impedia a aprovação de loteamentos sem infraestrutura de água, luz, esgoto e pavimentação, e essa demanda recai sobre os municípios periféricos a ela. De alguma forma, a região noroeste da capital estava respondendo a essa demanda social com a abertura de loteamentos clandestinos e irregulares. Mas ao tempo em que Goiânia restringe essa expansão, estava atraindo, como nunca, novos contingentes migratórios, alavancados pelo desenvolvimento da cidade, sobretudo na construção civil. Na década de 1970 ocorreu uma transposição, ou expansão, do centro de Goiânia, que vai para as margens da avenida T-63 nos setores Bueno e Bela Vista, e os arranha-céus começam a formar um “paliteiro” nessa porção da cidade. É aí que entra o papel dessas cidades periféricas: concentração de população vinda do campo, sem qualificação que encontra na construção civil e em atividades informais sua forma de sobrevivência. Para isso o transporte coletivo está chegando cada vez mais longe e permitindo a esses espaços receberem o contingente operário crescente.

Considerando a normalidade do desenvolvimento urbano fora de aglomerações urbanas, seria de se esperar que o aumento da população urbana, como aconteceu em Goianira a partir da década de 1970, levasse a uma estruturação intraurbana voltada para as necessidades de trabalho, consumo e lazer dessa população, que, por sua vez, estaria inserida na dinâmica econômica local e gerando dividendos para a vida pública do município. Mas a intensificação das ligações interurbanas, principalmente nos países com fortes desigualdades sociais e regionais, implica a periferização das cidades menores. A formação da periferia metropolitana nos países centrais, por outro lado, não priva as cidades da periferia metropolitana de equipamentos de uso coletivo mínimos. Goianira assiste a um extraordinário êxodo rural na década de 1970 e mantém um alto crescimento da população urbana, sem que haja uma estruturação intraurbana condizente.

Se até meados da década de 1970 a cidade servia de apoio à produção

agropecuária; a partir daí o primeiro êxodo rural de Goianira muda a estruturação econômica do município. A atividade do campo, agora mais mecanizada e com propriedades maiores, irá expulsar essa população rural e não dará mais sustentação à economia municipal, que estará definitivamente ligada a Goiânia, demandando dela postos de trabalhos, vagas em hospitais, entre outras coisas, mas também movimentando fortemente sua economia. Essa dinâmica é muito importante, visto que não é só Goianira que responde à centralidade de Goiânia dessa forma. Também municípios como Trindade, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo passarão a abrigar os trabalhadores de Goiânia e a estruturar conjuntamente o complexo urbano que virá a se denominar Região Metropolitana de Goiânia.

Nesse quadro, passa a existir uma correlação entre a dinâmica demográfica de Goiânia e a das cidades circunvizinhas. Para a lei municipal de Goiânia 4.526/71 haverá duas respostas em Goianira. Uma é imediata: as imobiliárias começam a trabalhar nos núcleos urbanos periféricos, ainda acanhados. A outra lenta: a população começa a deixar de procurar Goiânia e a habitar esses núcleos urbanos, mas somente a partir da década de 1980.

Em termos de expansão urbana, até 1967 o espaço urbano nuclear vive uma fase de expansão urbana diferente da que se estende entre 1975 e 1978 e muda completamente o quadro urbano de Goianira, apesar de manter o padrão nuclear. Em 1976 um loteamento foi registrado, em 1977, mais dois, e em 1978 o município registra nada menos que sete novos loteamentos.

Aquela dinâmica rural-urbana apresenta-se bastante alterada na década de 1970. O aumento populacional total replica o que aconteceu na década anterior (quadro 5). A disposição dessa população no interior do município, porém, deflagra profundas mudanças na atividade agropecuária, fazendo com que o campo perca 1830 habitantes, 39,8% de sua população, o que pode ser considerado como o primeiro êxodo rural do município, após uma década de estagnação populacional. O meio urbano, por sua vez, apresenta na década de 1970 o maior crescimento populacional relativo da história de Goianira. A população mais que triplica, aumentando 216%. Essa massa de ex-trabalhadores rurais, somada aos migrantes, vem habitar o Setor Central, os quatro loteamentos abertos na década de 1960 e mais outros onze loteamentos do espaço urbano nuclear. O aumento absoluto de habitantes, porém, é bem superior ao número de lotes que a cidade ganha e ainda são poucos os migrantes a se instalarem na cidade.

Quadro 5 – Comparativo entre a dinâmica demográfica e a expansão da malha urbana da terceira fase do padrão de expansão urbana nuclear (1972-1978) do município de Goianira.

População				Loteamentos do período			
Data	Total	Urbana	Rural	Denominação, quantidade de lotes e estágio de ocupação em 2006	Quantidade no ano	Soma	Data
1960	5.060	670	4.370				
1970	6.091	1.494	4.597	<u>Setor Oeste</u> (71 lotes, 63 ocupados), <u>Vila Altino</u> (52 lotes, 51 ocupados)	2	7	1975
				<u>Vila Verdes Mares I</u> (109 lotes, 82 ocupados)	1	8	1976
1980	7.488	4.721	2.767	<u>Jardim Uirapuru</u> (360 lotes, 146 ocupados), <u>Jardim Vila Rica</u> (201 lotes, 160 ocupados)	2	10	1977
				<u>Jardim Regina</u> (519 lotes, 411 ocupados), <u>Parque Mansões Regina</u> (196 lotes, 125 ocupados), <u>Setor Linda Vista</u> (714 lotes, 395 ocupados), <u>Setor Sobradinho</u> (188 lotes, 187 ocupados), <u>Parque Solimões</u> (566 lotes, 272 ocupados), <u>Parque Solimões II</u> (93 lotes, 0 ocupados), <u>Parque das Carmélias</u> (1.031 lotes, 829 ocupados)	7	17	1978

Fontes: IBGE (1951; 1971); Arca (2002); Goianira (2007); Goiás (2008).

Esse crescimento demográfico era muito mais interno – migração campo-cidade – que ligado à dinâmica da aglomeração urbana – transformação de Goianira em cidade-dormitório. Mesmo que não surgisse nenhum loteamento na década de 1970 a população ainda seria acomodada nos cinco loteamentos existentes. Portanto, o padrão de expansão do espaço urbano nuclear traz um subpadrão (figura 11) que acontece entre 1975 e 1978, quando surgem 12 novos loteamentos, que devem ter-se baseado no alto crescimento da população urbana, mas que não deixam de ser reflexo da lei municipal 4526/71, de Goiânia, que levou para as cidades periféricas à capital os agentes imobiliários. Resultado: a primeira reação de Goianira à ligação com a aglomeração urbana é a expansão espacial. A população que habitará esses lotes virá a partir da década de 1980, quando também outros novos loteamentos serão abertos, muitos dos quais até hoje sub-habitados.

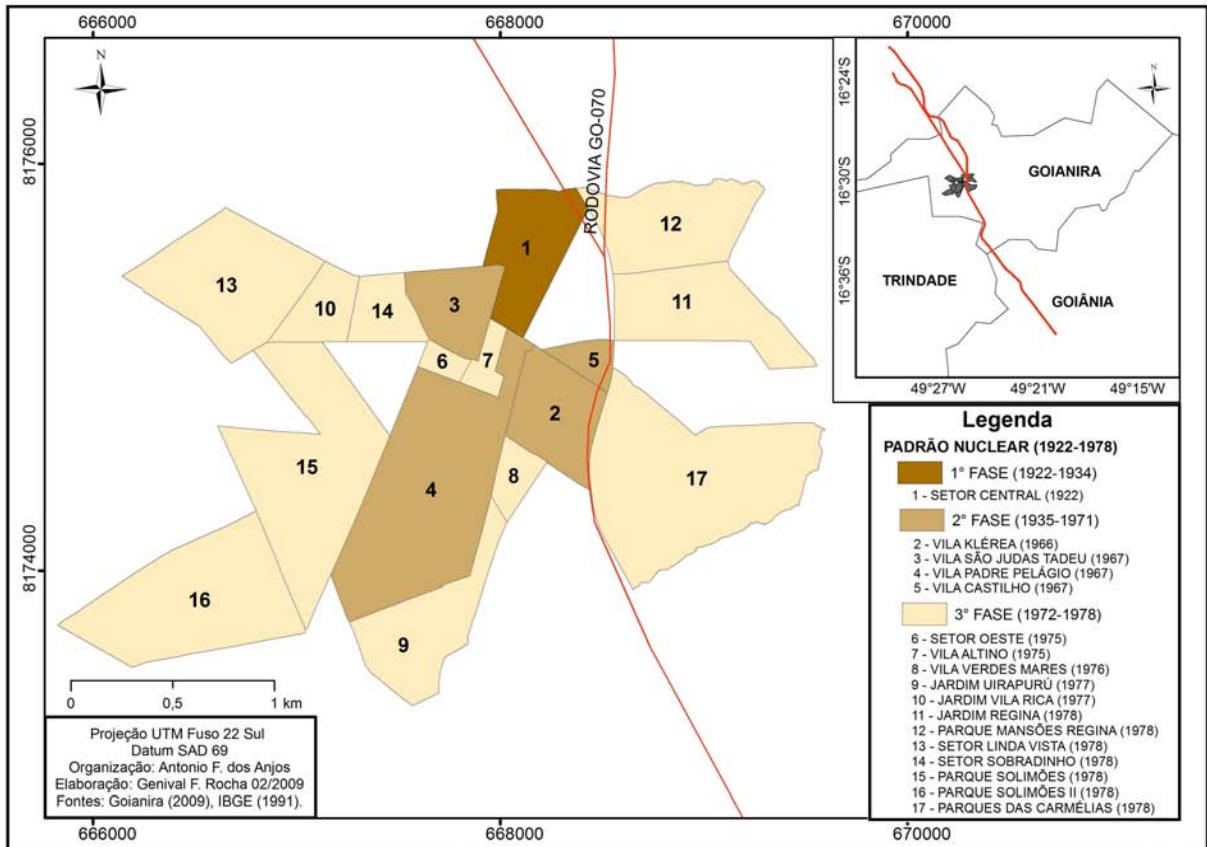


Figura 11 – Bairros das segunda e terceira fases do padrão e expansão nuclear – 1935-1978.

Para se ter ideia da lentidão com que se davam as transformações no espaço urbano, no início da década de 1970 ainda não havia nenhum tipo de pavimentação nas ruas da cidade. Um mutirão foi promovido um dia antes da eleição de Gerson Bento da Costa, como parte de sua campanha política de 1972, o que denota o tom pessoalista da política municipal de época (figura 12). Nesse momento a cidade estava com cinco loteamentos e já em 1978 teria 17 bairros, todos, é claro, sem infraestrutura urbana básica.



Figura 12 – Mutirão para cascalhamento da Avenida Central (atual Avenida Goiás) – 1972.

Fonte: Goianira (2008).

Em Goianira a tendência à dispersão começa a se consolidar em meio à transformação do espaço urbano nuclear em espaço urbano nuclear subpovoado, que também assistirá à periferização dos loteamentos do espaço urbano nuclear, através de parcelamentos mais distanciados do centro da cidade e da GO-070, a exemplo dos bairros Setor Linda Vista (1978) e Parque Boa Vista (1980). Este último bairro, assim como a Vila Isabel surgem no final da década de 1970. É de se perceber que os bairros surgidos nessa década, sobretudo os sete loteamentos surgidos em 1978, já fazem parte da lógica de expansão metropolitana que responde ao crescimento de Goiânia, abrindo uma nova fase na expansão da malha urbana de Goianira, que conformará o padrão de expansão linear.

## 2.2 O Padrão de Expansão Urbana Linear (1979-1989)

O padrão de expansão linear vai de 1979 a 1989 e tem como principal característica a expansão da malha urbana em direção a Goiânia, com boa parte dos loteamentos isolados entre si e dispostos às margens da rodovia GO-070 (figura 13), que é refuncionalizada por conta dessas mudanças.

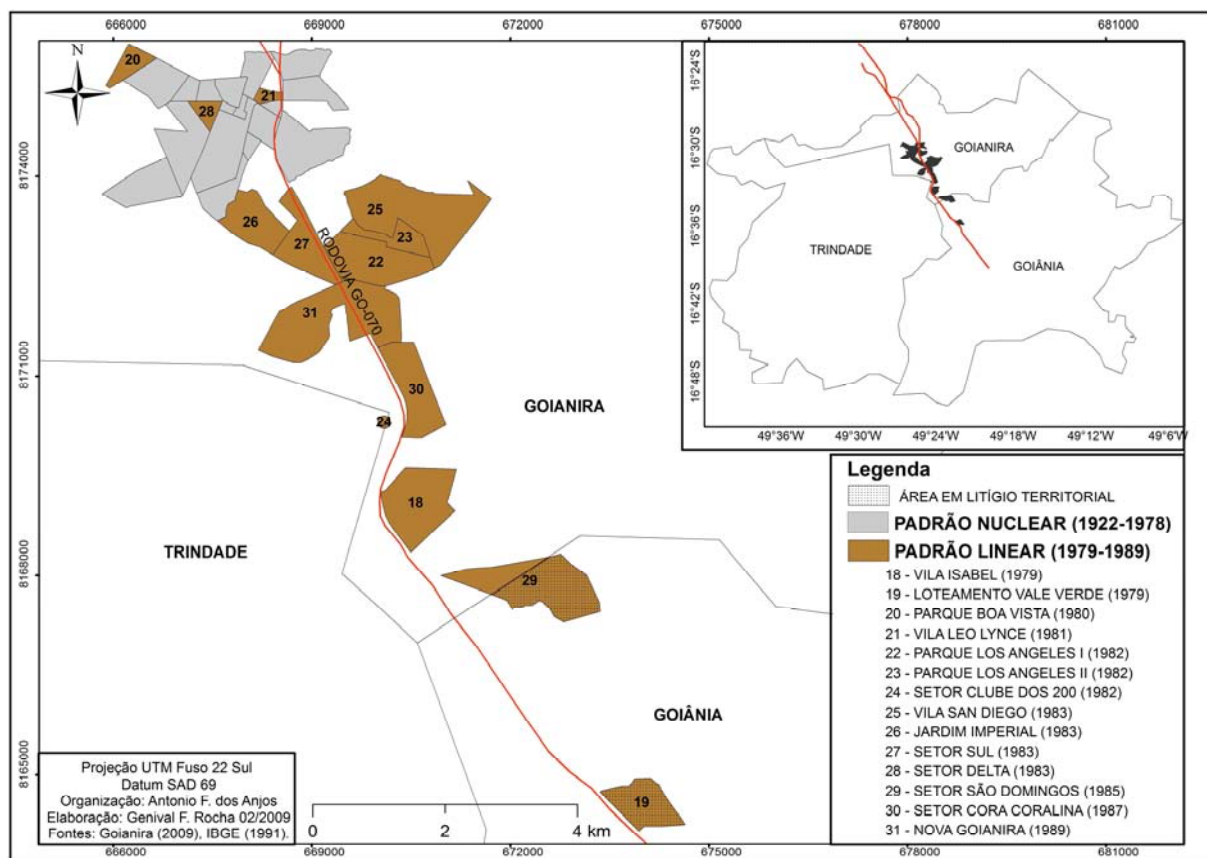


Figura 13 – Bairros do padrão de expansão urbana linear (1979-1989) do município de Goianira.

Para a rodovia GO-070 são delimitáveis quatro funcionalidades socioespaciais que se alternaram no tempo. Uma está ligada ao período mineratório, outra ao período de florescimento da agropecuária, outra ao período de transformação em rodovia estadual e, um quarto período, desde meados da década de 1970, quando a rodovia é intensamente utilizada pelos fluxos – sobretudo de passageiros de Goiânia<sup>18</sup>. Além de sua função como

<sup>18</sup> No período da mineração em Goiás, o caminho tinha a função de comunicar a capital com as terras localizadas ao seu sudeste. Provavelmente seu uso não foi muito intenso, visto que a “rota do ouro” se dava pelo caminho que ligava a capital aos municípios de Jaraguá, Pirenópolis, Corumbá, São Miguel do Passa Quatro e Ouvidor (figura 1), além de existir outra rota entre o caminho e esta rota, que é o caminho que ligava a capital a Itaberaí, Goialina, Anápolis, Bonfim, Orizona, Pires do Rio e Ipameri. Posteriormente, a partir da segunda década do século XX, no período de implantação da ferrovia, o caminho foi transformado em estrada. Segundo Bertrand (1988 p. 81 apud Deus, 2003) “construíram-se [as estradas] da capital a Itaberaí e além para Inhumas, Campinas, Bela Vista, até o [...] terminal ferroviário de Roncador. Também de Itaberaí a Jaraguá e Anápolis até o mesmo terminal. De Bela Vista a Piracanjuba e Morrinhos até Itumbiara.”. Portanto, a partir da década de 1920 os traçados das atuais GO-070 e BR-153, da capital até Itumbiara, já estavam definidos. É possível que já na década de 1940 a influência de Goiânia tenha induzido o poder estadual a zelar dessa via. A terceira refuncionalização dessa via acontece a partir da década de 1950, quando há um grande aumento de rodovias federais e estaduais em Goiás, no contexto do Plano de Metas e da construção de Brasília, no qual “fazendeiros e negociantes, interessados na melhoria das comunicações regionais, lançaram-se na organização de companhias de autoviação e na construção de estradas de rodagem, com incentivo e apoio financeiro do erário público. Assim iniciava a Era Rodoviária em Goiás.” (Borges, 2000 p. 53). A GO-4 (primeiro nome da GO-070)

leito de fluxos, suas margens são por ela beneficiadas em dois momentos: quando se estrutura como rodovia (década de 1920), agregando valor às fazendas marginais, e quando transforma essas margens em local de assentamento urbano e industrial, a partir de meados da década de 1970.

No período em que surge o padrão de expansão urbana nuclear a economia do município está mais que nunca dependente de Goiânia, uma vez que o grande crescimento demográfico está baseado nos empregos da capital. A população urbana mais que dobra durante essa década, ao passo que o campo permanece com a mesma população, ainda considerável. No campo político, o município está aumentando exponencialmente suas ligações com Goiânia e também a demanda por equipamentos de consumo coletivo em bairros isolados.

À mudança de lógica de desenvolvimento urbano de Goianira corresponde uma nova fase de expansão de sua malha urbana. Como a centralidade que responde aos anseios da população é Goiânia, não importa se os novos bairros estarão desligados da malha urbana de sua própria cidade. Obedecerão, agora, à disposição da GO-070 e estarão mais próximos da linha de ônibus e a uma menor distância da capital, indicando economia de tempo no trajeto cotidiano. De alguma forma os moradores desses bairros terão uma melhor acessibilidade a Goiânia, já que a linha de ônibus estará distante até dois quilômetros das residências do núcleo urbano.

Duas ressalvas ao acima dito: os moradores desses bairros afastados ainda dependerão do núcleo urbano de Goianira para acesso às escolas, hospitais, comércio, entre outros, que obrigarão os interessados a um grande esforço de deslocamento. Alguns bairros, apesar de estarem às margens da GO-070, surgem perpendicularmente à rodovia, de modo que a maioria dos moradores andarás até dois quilômetros a pé para acessar a rodovia. No mais, os primeiros moradores estarão sujeitos a morar em loteamentos com baixa densidade demográfica e que demorarão muitos anos, até décadas, para que consigam serviços básicos (água tratada, coleta de lixo etc.).

O caso de Goianira mantém um alto grau de similaridade com a expansão de Trindade pelas margens da GO-060. Para se referir ao conjunto de bairros lineares à rodovia cunhou-se a expressão “Trindade II” ou “Grande Trindade”, o que não aconteceu em Goianira, apesar da semelhança. O Trindade II demonstra a tendência à formação de um sentido de pertencimento ao conjunto desses bairros. De fato, em Trindade há até mesmo uma subprefeitura nessa porção da cidade, além de algumas linhas de ônibus. Em Goianira

---

fazia parte do Segundo Plano Rodoviário Estadual, do segundo governo de Pedro Ludovico Teixeira (1951-1954). A rodovia iria de Goianira a Aruanã. A quarta e última refuncionalização da via advém da instalação de áreas residenciais e industriais às margens da rodovia, as quais funcionam como extensão de Goiânia.

desde 2000 existe uma linha (Setor Cora Coralina-Terminal Padre Pelágio) que serve o bairro Setor Cora Coralina nos horários de pico (manhã e tarde).

Os loteamentos que surgem em 1978 e a maioria dos que surgem na década de 1980 trazem essa marca da expansão desordenada. Mesmo hoje, após duas ou três décadas, muitos estão com população rarefeita, situação impeditiva para a instalação de melhorias por parte da municipalidade<sup>19</sup>, (quadro 6). E isto não significa estagnação demográfica do município. O município mantém a população rural e tem um aumento populacional urbano de 72% entre 1980 e 1991, quando, por outro lado, surgem 14 bairros. Três desses bairros são de chácaras, o que denota outra nova face do município. As áreas rurais tenderão, assim, a se transformar em pequenas propriedades ou em pequenas chácaras. Em 2004 as pequenas propriedades (até 100 ha.) chegam a abarcar 40,15% da área rural do município e a englobar 240 das 286 propriedades rurais (Goiás, 2004).

Além dos três bairros de chácaras, outros merecem ressalva: a Vila Leo Lince (1981) e o Setor Delta (1983) eram vazios urbanos do espaço urbano nuclear, os quais estavam, em 2006, com quase 100% de ocupação. Os dois loteamentos fazem parte da especulação imobiliária do espaço urbano nuclear, que foi intensa na década de 1970 e que, na década de 1980, cedeu lugar à dispersão (figura 15). Sendo esses bairros o preenchimento dos vazios do espaço urbano nuclear, não deixam de ser, também, um presságio do que viria a acontecer entre 1996 e 2000, quando essa especulação imobiliária se intensifica. O Parque Boa Vista também está no espaço urbano nuclear, porém é o mais distanciado do centro da cidade, o que reforça a tendência à expansão periférica da cidade. O Jardim Imperial (1983) é um bairro próximo ao espaço urbano nuclear, onde se construiu um grande conjunto habitacional, de mesmo nome. Conta com 100% de ocupação na área do conjunto em 2006, mas com ocupação rarefeita no restante do bairro. A rápida ocupação do conjunto deve ter refletido no relativo insucesso dos outros bairros da década de 1980.

O bairro Nova Goianira (1989), por sua vez, foi um projeto de loteamento abandonado. Nele começou-se a construção de um prédio de alguns andares, mas chegou-se apenas ao primeiro pavimento, além de se construírem outras casas próximas a esse prédio (inacabadas há mais de uma década). É um dos maiores bairros da década de 1980, que, apesar de suas ruas abertas, é um grande vazio urbano.

---

<sup>19</sup> Não há, no município, legislação que impeça a instalação de infraestrutura básica e/ou complementar por parte da municipalidade, como acontece em algumas cidades brasileiras, que exigem certo número de habitantes no local, por exemplo. O impedimento é de ordem econômica, visto que a municipalidade não deixará de atender a um bairro adensado em favor de outro subhabitado.

Quadro 6 – Comparativo entre a dinâmica demográfica e a expansão da malha urbana no padrão de expansão urbana linear (1979-1989) do município de Goianira.

População				Loteamentos do período			
Data	Total	Urbana	Rural	Denominação, quantidade de lotes e estágio de ocupação em 2006	Quantidade no ano	Soma	Data
1980	7.488	4.721	2.767	Vila Isabel (1.543 lotes, 133 ocupados), Vila Vale Verde <sup>1</sup> (98 lotes, 53 ocupados)	2	19	1979
				Parque Boa Vista (361 lotes, 123 ocupados)	1	20	1980
				Vila Leo Lynce (73 lotes, 70 ocupados)	1	21	1981
				Parque Los Angeles I (1.237 lotes, 525 ocupados), Parque Los Angeles II (356 lotes 134 ocupados), Setor Clube dos 200 (chácaras, não delimitado, 0 ocupadas)	3	24	1982
				Vila San Diego (243 lotes, 147 ocupados), Jardim Imperial (626 lotes, 527 ocupados), Setor Sul (1.134 lotes, 164 ocupados), Setor Delta (178 lotes, 176 ocupados)	4	28	1983
				Setor São Domingos (170 chácaras, 94 ocupadas)	1	29	1985
				Setor Cora Coralina (1.141 lotes, 1.029 ocupados)	1	30	1987
1991	12.896	10.135	2.761	Nova Goianira (1.492 lotes, 0 ocupados)	1	31	1989

Fontes: IBGE (1951); 1971; Arca (2002); Goianira (2007); Goiás (2008).

(1) Loteamento de chácaras em território goianiense. No mapa atual de Goiânia aparece como pertencente a este município e com o nome de São Domingos.

O que parece marcar os loteamentos característicos do padrão linear (1979-1989) é a lentidão ou insucesso no povoamento. Porém, essa é uma característica que se estende aos demais loteamentos que são implantados no espaço urbano linear até o surgimento da conurbação, em 2004, quando, pela primeira vez, um loteamento novo será dotado de certa infraestrutura e rapidamente povoado. Outra característica é a falta de equipamentos de consumo coletivo, já que, enquanto a cidade era compacta os mesmos equipamentos estavam mais ou menos acessíveis aos munícipes. Com o espaço urbano linear, a única solução era descentralizar o que já era quase inexistente, o mínimo exigido da municipalidade: unidades de saúde básica, escolas primárias e transporte para os

estudantes do ensino secundário.

Em Goianira, a resposta à centralidade de Goiânia em termos de expansão do espaço urbano começa no final da década de 1970, com os sete últimos loteamentos do padrão de expansão do espaço urbano nuclear, em 1978. Como pode ser visto na tabela 5, é justamente na década de 1980 que Goiânia terá seu crescimento demográfico diminuído, ao contrário dos municípios periféricos a ela, que manterão um grande crescimento demográfico na década de 1980. E na década de 1990 esses municípios crescem mais que em toda a década de 1980.

Todavia, para o caso de Goianira, o crescimento demográfico na década de 1970 é insuficiente para o povoamento dos loteamentos surgidos nessa década. Portanto a contenção do povoamento de Goiânia é respondida primeiramente em termos espaciais e só a partir da década de 1980 é que Goianira responde demograficamente e não para mais de crescer. Os lotes, por outro lado, sempre sobram. Não é à toa que, mesmo com a explosão demográfica da década de 1980, a maioria dos loteamentos populares chegue a 2007 com baixa densidade populacional.

Entre 1980 e 1991 a população rural de Goianira não sofreu alteração. Talvez aquela mesma crise brasileira da “década perdida” tenha protelado a mecanização da produção agropecuária e retido essa população no campo. O fato é que, logo depois, entre 1991 e 1996, 2.102 pessoas deixaram o campo em Goianira (Goiás, 2008), numa diminuição de 76%, constituindo um segundo êxodo rural, ao passo que a população urbana foi incrementada em 4.400 pessoas, num crescimento de 43,4%. É importante ressaltar que isso acontece em apenas meia década.

Essa corrida imobiliária foi extremamente negativa para Goianira – e, certamente, para toda a RMG. E a dose será repetida, mais à frente. Após mais de meia década sem abertura de novos loteamentos – entre 1990 e 1995 – os loteamentos serão abertos em áreas já valorizadas: nos vazios urbanos e nas franjas de toda a cidade.

### 2.3 O Padrão de Expansão Urbana Complexo (1996-2008)

O terceiro e último padrão de expansão urbana começa em 1996, sendo caracterizado pela heterogeneidade dos vetores de crescimento e pelo preenchimento de espaços vazios. Já que não se pode considerar cada face desse padrão como uma exceção; há que se admitir que o espaço da cidade de Goianira está sendo produzido por diferentes atores, que trazem à luz uma realidade socioespacial complexa. Além da complexidade relativa aos tipos de loteamentos, há o surgimento de uma área industrial – o Distrito Agroindustrial de Goianira (Daig). O principal marco deste padrão é a retomada da

atividade imobiliária após seis anos de recessão – entre 1990 e 1995 – sob uma nova estratégia: o preenchimento de vazios. Este está claramente dividido em duas fases: uma de preenchimento dos vazios do espaço urbano nuclear – entre 1996 e 2000 – e outra de preenchimento dos vazios do espaço urbano linear, além das bordas de ambas, de 2001 a 2008. Contudo, são elas bem diferentes.

### 2.3.1 A primeira fase do padrão de expansão urbana complexo (1996-2000)

Depois de a cidade receber um grande contingente populacional na década de 1980 e oferecer-lhe os loteamentos do espaço urbano linear, vem um período de cinco anos de estagnação imobiliária e o ressurgimento dessa atividade traz um novo modelo, mais cuidadoso: o loteamento de vazios do espaço urbano nuclear, vizinhos de loteamentos já adensados. Economicamente o país está dando início à abertura econômica liberal e saindo da crise da década de 1980 e essa retomada econômica deve ter algum efeito local em Goianira. Além da população migrante estranha ao município há também a vinda da população que deixou o campo no segundo êxodo rural do município. Na área administrativa municipal há a promulgação de uma lei em 1996 proibindo a abertura de loteamentos fora do perímetro urbano, que era mal definido. A receita municipal, por outro lado, é crescente em todo o período de formação do padrão (quadro 7).

Quadro 7 – Comparativo entre a dinâmica demográfica e a expansão da malha urbana da segunda fase do padrão de expansão urbana complexo (1996-2000) do município de Goianira.

População				Receita Municipal (R\$ 1.000)	Loteamentos do período			
Data	Total	Urbana	Rural		Denominação, quantidade de lotes e estágio de ocupação em 2006	Quantidade no ano	Soma	Data
1996	15.194	14.535	659	-	<u>Setor Boa Vista</u> (480 lotes, 409 ocupados)	1	32	1996
1997	-	-	-	2.755	<u>Vila Leo Lynce II</u> (99 lotes, 89 ocupados)	1	33	1997
1998	-	-	-	4.369	<u>Jardim D'Assis</u> (154 lotes, 153 ocupados)	1	34	1998
1999	-	-	-	6.194	<u>Solar das Orquídeas</u> (69 lotes, 11 ocupados), <u>Vila Verdes Mares II</u> (274 lotes, 206 ocupados)	2	36	1999
2000	18.719	18.064	655	6.222	<u>Residencial São Pedro</u> (380 lotes, 178 ocupados)	1	37	2000

Fontes: IBGE (1951; 1971); Arca (2002); Goianira (2007); Goiás (2008).

A figura 14 traz o resultado dessa fase no desenvolvimento da malha urbana do município.

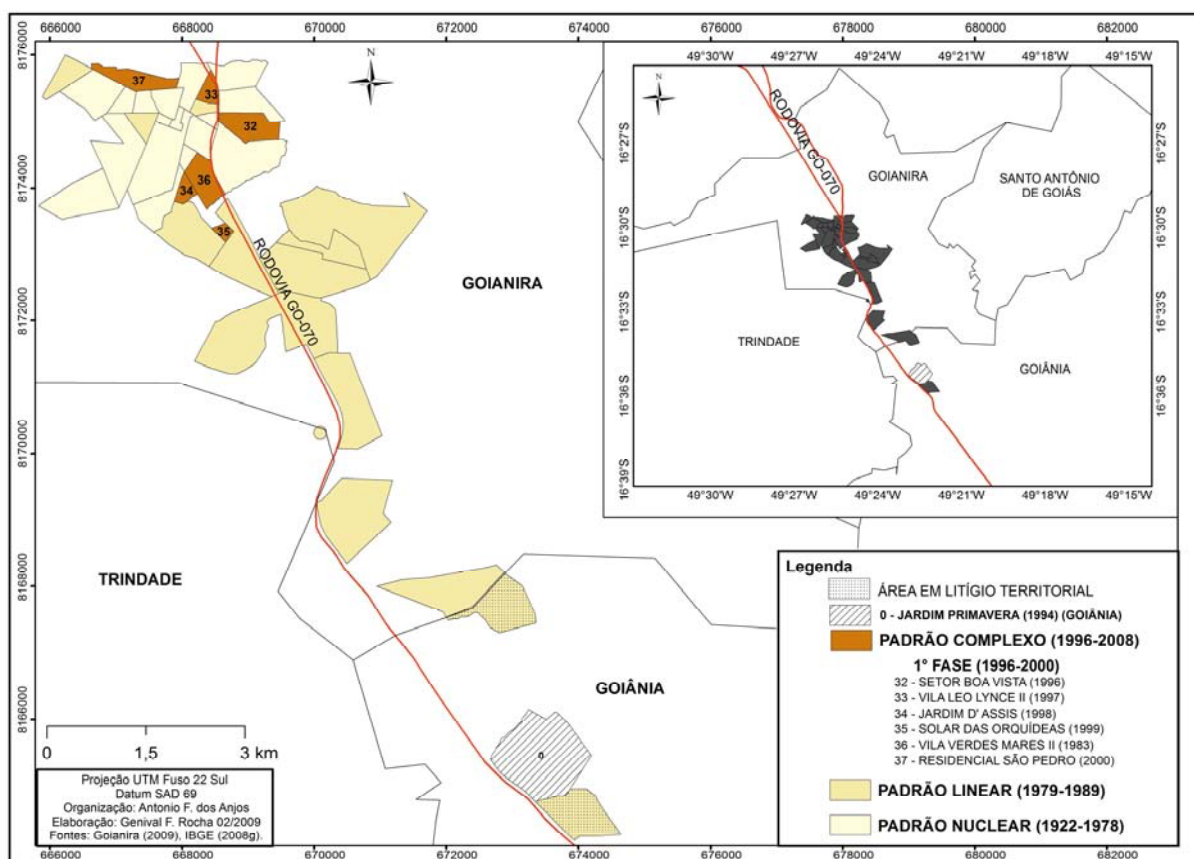


Figura 14 – Bairros da primeira fase do padrão de expansão urbana complexo (1996-2000) do município de Goianira.

Analisando-se a década de 1990, ou melhor, os nove anos compreendidos entre os censos de 1991 e o de 2000, percebe-se que a população urbana quase dobrou, passando de 10.135 pessoas para 18.064, num aumento de 78%, ao passo que a população do campo mostrou-se estagnadamente baixa (quadro 4). Portanto, estamos falando de uma cidade que quase dobrou sua população na década de 1990 e que tem seu campo despovoado, já que as 655 pessoas encontradas no campo no censo de 2000 estão distribuídas nas 286 propriedades rurais de 2004 (Goiás, 2004), que se tornaram 317 em 2007 (Goianira, 2007) ou 258, segundo o censo agropecuário de 2006.

A população da cidade sofreu perda em 1993, quando o povoado de Santo Antônio de Goiás foi emancipado, formando o município de mesmo nome. No histórico da formação administrativa de Goianira, feita pelo IBGE (2008b), não aparece esse pertencimento territorial, apesar de no histórico de Santo Antônio de Goiás apresentá-lo (IBGE, 2008e). Em 1996 o novo município contava com 2.437 habitantes, dos quais 669

estavam na zona rural e, em 2007, abrigava 3.893 pessoas, 385 delas no campo (Goiás, 2008). Isso representou uma redução demográfica para Goianira, inclusive diminuindo ainda mais a população rural do município. Portanto, se não houvesse o desmembramento, Goianira teria uma população rural de 2.761 em 1991; 1.328 em 1996 e; 947 em 2007. Mesmo assim, o êxodo rural da década de 1990 é considerável, ao passo que a cidade vem apresentando um crescimento demográfico elevado.

Esse aumento populacional urbano certamente auxiliou no povoamento daqueles loteamentos do espaço urbano linear surgidos entre 1979 e 1989 e também dos novos loteamentos, que não repetiram a experiência do espaço urbano linear. Esses loteamentos também fugiram do padrão dos sete loteamentos populares abertos no espaço urbano nuclear, apenas no ano de 1978. Ainda que sejam populares, não foram implantados em meio ao não-urbano. Foram os vazios do espaço urbano nuclear, já valorizados, os parcelados entre 1996 e 2000. A ocupação desses loteamentos tem sido acelerada para uma cidade desse porte. Apenas o Solar das Orquídeas (1999) tem população rarefeita em 2007.

A lei municipal nº 143, de 1996, paralisou por dez anos a abertura de novos loteamentos, com a ressalva de se poder lotear dentro do perímetro urbano<sup>20</sup>. Todavia, o padrão que se desenvolveu nesse período não foi decorrência desse instrumento legal, já que a lei municipal nº 314, de 10 de março de 1978, instituiu um perímetro urbano bem maior do que seria possível urbanizar e deixou, por outro lado, boa parte da malha urbana excluída desse perímetro. E certamente não havia interesse em se lotear áreas que não fossem os vazios urbanos, visto que essa lei não coibiu a nova onda de parcelamentos do espaço urbano linear, a partir de 2001, quando o instrumento legal ainda estava em vigor.

Assim, após um recesso na expansão urbana entre 1989 e 1996, Goianira fecha o século XX com um modelo de expansão urbana mais cuidadoso e um saldo fantasmagórico de lotes vazios dos loteamentos surgidos desde 1967, muitos dos quais completamente inabitados ou mesmo sem ruas abertas. Mantendo a continuidade no tempo, mas não na forma, a expansão urbana no início do novo século traz a complexidade metropolitana para o corpo urbano de Goianira.

---

<sup>20</sup> O perímetro urbano é a delimitação legal da área urbana de um município. Inclui a área já loteada e as áreas destinadas a novos parcelamentos. O capítulo III traz a discussão sobre a primeira delimitação do perímetro urbano de Goianira.

### 2.3.2 A segunda fase do padrão de expansão urbana complexo (2001-2008)

O principal marco que separa a primeira da segunda fase é o deslocamento da ação imobiliária do espaço urbano nuclear para o espaço urbano linear e para as bordas de ambas. A isto se soma a diversidade dos tipos de loteamentos. O crescimento demográfico mantém a aceleração da década de 1990. A administração pública municipal se depara com uma realidade complexa, mas não se estrutura para isso. A cidade passa a responder também à demanda industrial e o campo cresce em produtividade e emprega menor quantidade de mão-de-obra.

Nesta segunda fase do período complexo tem-se o surgimento de loteamentos sem infraestrutura e de ocupação lenta, a saber, a Vila Adilair (2001), o Setor Serra Dourada (2001) e o Mansões Serra Dourada (2002), que se identifica com o padrão linear inicial (figura 15); têm-se, pela primeira vez, loteamentos populares com infraestrutura básica e de rápida ocupação, quais sejam: o Residencial Solar das Paineiras, o Residencial Triunfo, sua segunda etapa e o Residencial Triunfo II; um loteamento residencial que segue o estilo de condomínio fechado, até então inexistente na cidade, o Villagio Baiocchi; dois condomínios de chácaras margeando o espaço urbano nuclear e levemente distanciados desta; o Residencial Recanto das Águas e o Residencial Lago Azul; e, ainda, um loteamento industrial, o Distrito Agro-industrial de Goianira (Daig), também de rápida ocupação.

Isso mostra que a cidade está entrando num âmbito mais complexo de relação com a metrópole, já que, apesar de seu espaço urbano estar respondendo a demandas externas a ela, como antes, essa nova fase de interação metropolitana gera demandas diversas. Até mesmo a antiga demanda habitacional-operária se revela de forma diferente. Os loteamentos populares agora são os “residenciais”<sup>21</sup>, uma renovação do negócio imobiliário. E ainda que populares, instigam, de alguma forma, um padrão construtivo das residências muito mais qualificado que o comum na cidade. O condomínio fechado denominado Villagio Baiocchi atenderia (já que parece ainda não ter alcançado sucesso) à demanda da classe média alta da metrópole, sobretudo, assim como os condomínios de chácaras. E o Daig (figura 16) atende também a uma demanda de Goiânia e que quase foi atendida por Senador Canedo, a instalação do Polo Calçadista.

---

<sup>21</sup> Boa parte dos loteamentos tem o nome começando com a palavra “residencial” e, geralmente, são nomes mais caprichosos que o de costume (quadro 5). A presença de infraestrutura básica, como asfalto, e complementar é característica de alguns desses loteamentos.

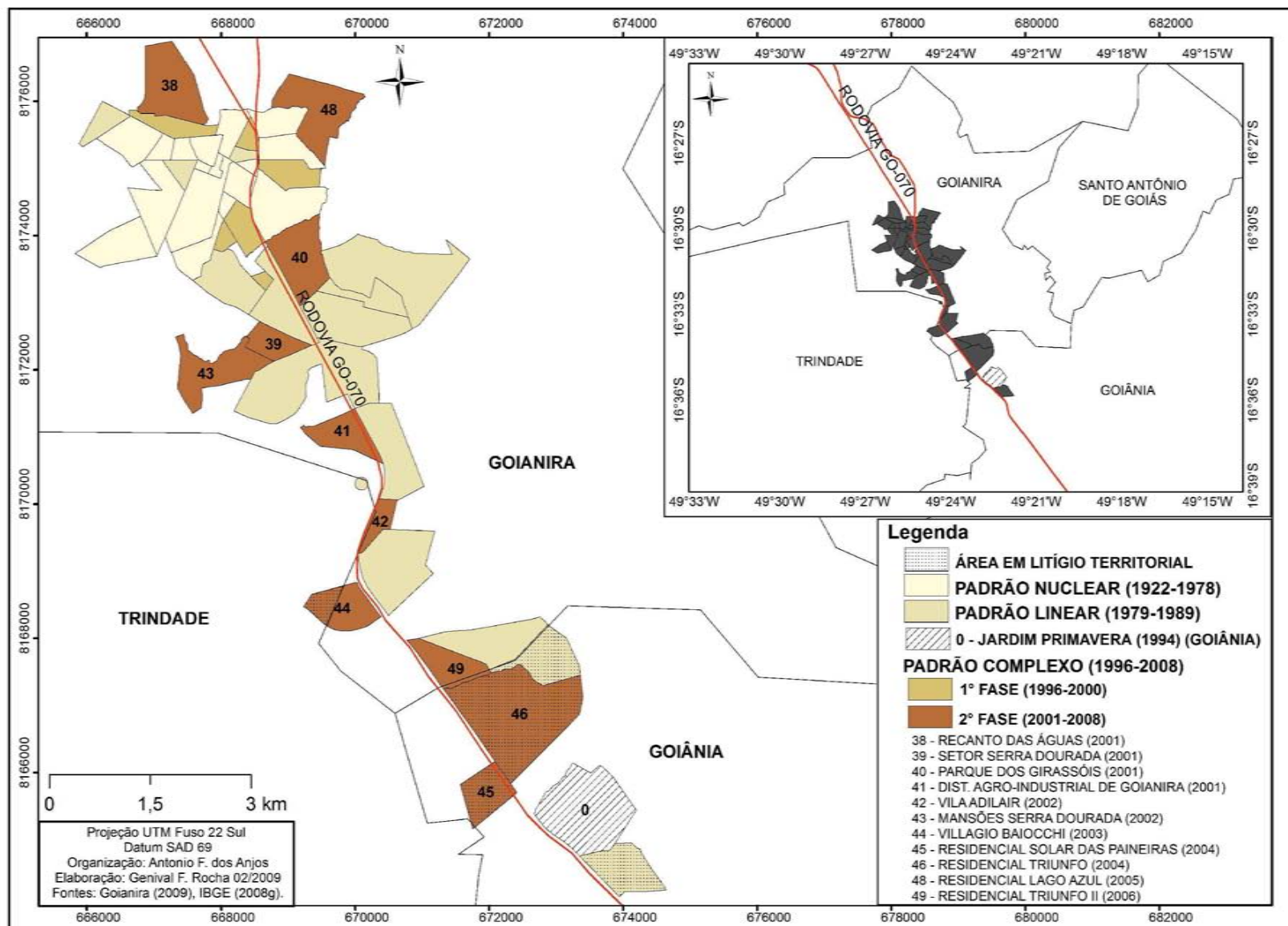


Figura 15 – Bairros do padrão de expansão urbana complexo (desde 2001) do município de Goianira.



Figura 16 – Foto aérea angular do Distrito Agro-industrial de Goianira (Daig) (km 17 da GO-070) – 2003.

Fonte: Goianira (2008).

Isso leva a crer que a Arca (2002) estava certa ao apontar a estrutura administrativa da cidade como incapaz de se dar conta dessa demanda socioespacial, lembrando que o Município contava com apenas um fiscal de obras, outros trabalhadores terceirizados e legislações incoerentes com a realidade ou caducas. Por outro lado, a arrecadação municipal tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, ultrapassando o crescimento demográfico. Isso pressupõe que, para a administração municipal que se findou em 2008, havia um quadro complexo, que ainda persiste, porém com possibilidades de mudança no ordenamento socioespacial da cidade.

O crescimento populacional da cidade está acelerado e agora, mais do que nunca, um pequeno percentual significa um aumento absoluto considerável. Entre o censo de 2000 e a contagem da população de 2007 a cidade cresceu 28,8% e teve um incremento de 5.391 habitantes (quadro 8). Ou seja, em sete anos a cidade ganhou mais habitantes do que sua população total em 1960, de apenas 5.060 habitantes, dos quais 670 estavam na cidade. Caso esse ritmo continue, a cidade crescerá 41% na década de 2000, o que representa a vinda de 7.667 pessoas para Goianira, mais que a população total em 1980, de

7.488. O registro de decréscimo populacional entre 2006 e 2007 deve-se à imprecisão da previsão do crescimento demográfico – que norteou o dado de 2006 – e a contagem da população – em 2007. Não há sinais de diminuição do crescimento, atualmente o segundo maior da RMG. Uma cidade com esse crescimento populacional vive também a mudança nos demais aspectos, como por exemplo, no transporte coletivo, que em março de 2008 passou a contar com duas linhas alimentadoras e com uma estação rodoviária de passageiros, localizada no Setor Central.

Quadro 8 – Comparativo entre a dinâmica demográfica, a arrecadação municipal e a expansão da malha urbana da segunda fase do padrão de expansão urbana complexo (desde 2001).

População				Receita Municipal (R\$ 1.000)	Loteamentos do período			
Data	Total	Urbana	Rural		Denominação, quantidade de lotes e estágio de ocupação em 2006	Quantidade no ano	Soma	Data
2000	18.719	18.064	655	6.222	<u>Residencial Recanto das Águas</u> (177 chácaras, 49 chácaras ocupadas), <u>Setor Serra Dourada</u> (523 lotes, 251 ocupados), <u>Residencial Sol Poente ou Parque dos Girassóis</u> (934 lotes, 0 ocupados), <u>Distrito Agro-industrial de Goianira</u> (27 lotes industriais, 24 ocupados)	4	41	2000
2001	19.660	-	-	7.746				
2002	20.362	-	-	10.315	<u>Vila Adilair</u> (233 lotes, 118 ocupados), <u>Mansões Serra Dourada</u> (82 chácaras, 16 ocupadas)	2	43	2002
2003	21.125	-	-	10.390	<u>Villagio Baiocchi</u> (307 lotes, 5 ocupados)	1	44	2003
2004	22.727	-	-	12.147	<u>Residencial Solar das Paineiras</u> (799 lotes, 166 ocupados), <u>Residencial Triunfo</u> (4.200 lotes -1a e 2a etapas-, 775 ocupados)	2	46	2004
2005	23.613	-	-	16.435	<u>Residencial Triunfo 2a etapa</u> (4.200 lotes -1a e 2a etapas-, 775 ocupados), <u>Residencial Lago Azul</u> (987 lotes, 71 ocupados)	2	48	2005
2006	24.492	-	-	16.974	<u>Residencial Triunfo II</u> (910 lotes, 0 ocupados)	1	49	2006
2007	24.110	23.548	562					

Fontes: IBGE (1951; 1971); Goiás (2008); Arca (2002); Goianira (2007).

Em resumo, quanto ao padrão de expansão urbana complexo, pode-se dizer que enquanto no espaço urbano nuclear os loteamentos do padrão, em sua maioria, são pequenos e estrategicamente localizados, no espaço urbano linear há loteamentos burgueses, numa nova lógica, como também a insistência nos loteamentos fadados ao fracasso – já que, geralmente, não possuem infraestrutura, são mal localizados, têm preço elevado e competem com os milhares de lotes já abertos –, e os populares com

infraestrutura mínima e de rápido povoamento. Também o campo sofre uma redução populacional e econômica drástica, no contexto do segundo êxodo rural.

Economicamente a cidade está, hoje, quase totalmente inserida no sistema produtivo metropolitano, já que as atividades industrial e agropecuária geram relativamente cada vez menos empregos, ao passo que cresce o número de habitantes que trabalham em Goiânia. Também é característica desse padrão a estruturação do transporte coletivo, que hoje conta com três linhas alimentadoras, bem distribuídas pela malha urbana. Assim a cidade funciona organicamente ligada a Goiânia, onde trabalham os migrantes que renovam a população goianirense continuamente.

Apesar de toda essa transformação, ainda não é perceptível a formação de centralidades em Goianira, a não ser aquela proveniente do adensamento urbano, ou seja, os maiores fluxos gerados pela cidade estão relacionados à sua função de anexo residencial de Goiânia.

Registra-se, no ano de 2008, uma corrida pela aprovação de novos loteamentos, causada pela expectativa de restrição no novo perímetro urbano (Apêndices A e B). Esses loteamentos em licenciamento, porém, não são aqui incluídos no padrão complexo, visto que podem ou não se tornar realidade. O capítulo III tratará disso mais profundamente.

Quanto à situação do campo, a população rural mostra-se ainda menor em 2007, mas pode-se afirmar que cada vez mais o trabalhador do campo está morando na cidade, já que o censo agropecuário apontou a presença de 803 trabalhadores no campo, número superior ao de habitantes em 2007, que era de 562 (Goiás, 2008). A demanda interna por horti-fruti-granjeiros, aliada à facilidade de escoamento dessa produção para Goiânia, está fazendo com que a produção agropecuária cresça na última década, como será aqui discutido.

A situação geral dos empregos na cidade não tem mudado muito ao longo das décadas. A indústria e o comércio locais são incipientes, já que mesmo o Daig, tão comentado, não emprega mais que algumas centenas de pessoas. Como a cidade se renova populacionalmente num período muito curto, sem que haja ocupação local para os migrantes, não está longe da verdade a afirmação de que o município de Goianira responde a uma demanda socioespacial metropolitana e que funciona cada vez mais como uma extensão residencial da capital – guardando semelhanças com a região noroeste de Goiânia – que, por sua vez, gera uma *retro demanda* por empregos, serviços e lazer da metrópole, mas também *retro dividendos*, que são retidos por essa centralidade.

Até aqui se preocupou com a expansão da malha urbana. No próximo capítulo, buscar-se-á ampliar a análise socioespacial a partir de três facetas, quais sejam o campo, a cidade e o *continuum* urbano-metropolitano, que merecem ser explicadas separadamente, ainda que haja interdependências entre elas.

### **CAPÍTULO III**

#### **A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DE GOIANIRA NO CONTEXTO METROPOLITANO**

Este capítulo busca compreender a estruturação intraurbana de Goianira e a influência da metrópole nessa construção. A análise será feita a partir de três facetas espaciais do município: seu espaço rural, o campo; seu espaço intraurbano, a cidade; e seu espaço intraurbano contínuo ao da metrópole, estruturado pelo transporte coletivo e conurbado com a região noroeste de Goiânia, o *continuum* urbano.

#### **1 A TRAJETÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO RURAL EM GOIANIRA**

Percebe-se que a dinâmica rural de Goianira trilhou um caminho que perpassou duas lógicas de arranjo socioespacial. Até 1960 o município prosperou no modelo de desenvolvimento da agropecuária baseada nas grandes fazendas. Sua população de 4.370 pessoas, habitando sua área total de 325 Km<sup>2</sup>, representa uma das mais altas densidades demográficas de 1960 em Goiás. Esse modelo consegue reter a população no campo no decorrer da década de 1960 e ainda aumenta essa retenção na década de 1970.

A partir daí uma nova lógica socioespacial se instala com a modernização da produção agropecuária. Também ocorre a urbanização e o deslocamento da força de trabalho para a cidade, que passa a servir Goiânia com essa mão-de-obra, agora urbana. Foram, assim, dois momentos: o da instalação da fazenda goiana, com grande sucesso e; o da destruição desse quadro para a construção da modernidade, que desloca capitais e recursos humanos para as atividades tipicamente urbanas.

Para que se entenda o intraurbano do município é importante ressaltar as ligações que a cidade vem mantendo com o campo ao longo do tempo. Numa visão linear a análise é simples: o município começa com um campo pujante, recebendo enorme massa de trabalhadores; sofre um declínio em sua atividade a partir de 1970 e; cede, paulatinamente, lugar à cidade, que não para de crescer. Na figura 17 parábola do crescimento urbano opõe-se à hipérbole de crescimento e decréscimo do campo.

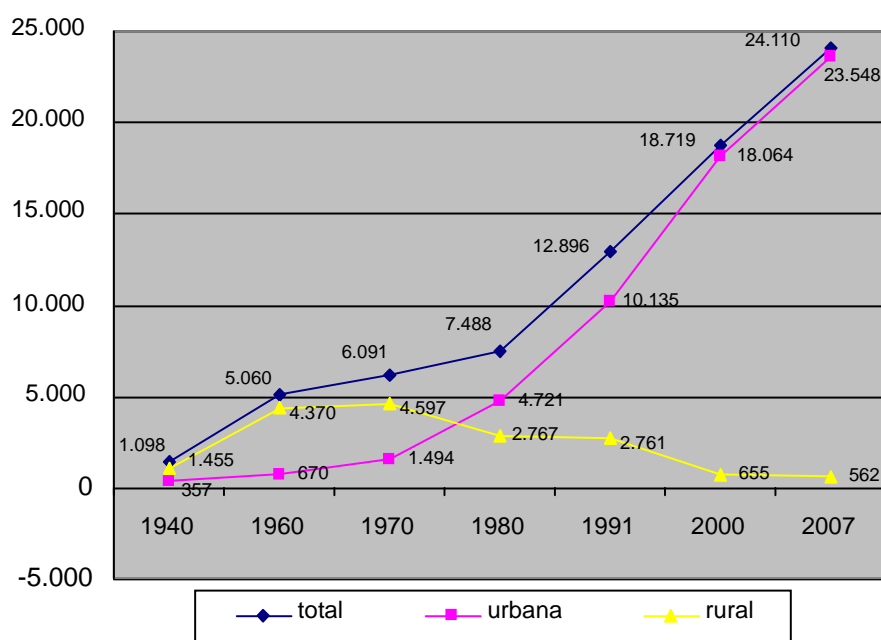


Figura 17 – Gráfico da evolução espaço-temporal da população do município de Goianira –1940-2007.

Fonte: IBGE (1951; 1971); Seplan (2008).

Porém, enquanto o crescimento urbano apresenta uma aceleração constante, a dinâmica demográfica rural acontece por degraus. De 1940 a 1960 há crescimento e de 1960 a 1970 há o povoamento do campo atinge seu ápice. De 1970 a 1980 ocorre o primeiro êxodo rural com uma perda de 1.830 habitantes, o que representa 40% de toda a população do campo.

É bem verdade que a modernização da produção agrícola impactou sobremaneira a região Centro-Oeste na década de 1970, e Goianira participou efetivamente dessa dinâmica. No entanto, o crescimento econômico da cidade de Goiânia de alguma forma acelerou esse processo, fazendo com que em Goianira, uma cidade sem atividade econômica urbana palpável, houvesse um incremento tão acentuado de população urbana. É provável que além da dinâmica demográfica também tenha havido uma migração de capitais do campo de Goianira e de outras cidades para a dinamização das atividades que despontavam em Goiânia, como o comércio, os serviços e a construção civil.

Mas o município ainda mantém uma atividade rural considerável entre 1980 e 1991, preservando o mesmo número de pessoas no campo. Como a década de 1980 não foi favorável ao crescimento econômico do país, que enfrentava um aumento astronômico dos juros, possivelmente isso causou a estagnação do campo no município. E o processo de abandono do campo quebra sua latência entre os cinco anos que separam 1991 de 1996, quando, no segundo êxodo rural, o município perde 2.102 habitantes, o que

representou um decréscimo de 76%, restando apenas 659 moradores na área rural em 1996, e apenas 655 em 2000.

Nos últimos anos o campo do município de Goianira tem produzido alimentos insuficientes até mesmo para a própria cidade, como demonstrou a Agência Rural (Goiás, 2004) (tabela 13). Do que ainda subsiste no campo a atividade mais expressiva é a pecuária de corte e de leite. Em 2004 mais da metade da produção de carne bovina era exportada, assim como quase dois terços da produção leiteira, além das hortaliças e frutas. Há, por outro lado, grande deficiência na produção de alimentos básicos, como arroz e feijão. Infelizmente não é possível comparar esses dados com outros mais atuais, pois a Agência Rural seguiu metodologia diferente da do IBGE.

Tabela 13 – Situação da produção e demanda de alimentos no município de Goianira – 2004.

Produto	Produção (a)	Consumo / pessoa / ano (Kg) (b)	População (c)	Demanda d = (bXc)	Falta ou sobra (e = a-d)
Arroz	1.100.000	100,00	21.125	2.112.500	- 1.012.500
Feijão	205.000	17,00	21.125	359.125	- 154.125
Carne	1.040.000	22,05	21.125	465.806	574.194
Hortaliças	1.309.699	38,21	21.125	807.186	502.513
Leite e laticínios	3.285.000	55,45	21.125	1.171.381	2.113.619
Aves	420.000	15,66	21.125	330.817	29.183
Frutas	1.787.000	43,20	21.125	912.600	874.400
Ovos	1.234.800	90,00 ud	21.125	1.901.250	- 666.450
Mandioca	1.201.000	40,10	21.125	847.112	352.888
Pescados	20.000	1,07	21.125	22.604	- 2.604

Fonte: Goiás (2004)

O município tem hoje uma pequena população no campo e gera poucos postos de trabalho na indústria de transformação dos produtos daí advindos. A Agência Rural (Goiás, 2004) apresenta a situação em 2004 (tabela 14).

Havia também no município dois frigoríficos com capacidade instalada para o abate de 800 cabeças por dia. Porém, recentemente um deles, o frigorífico Margem, que empregava tanto habitantes de Goianira quanto de Goiânia, fechou. Quanto aos postos de trabalho no campo, o censo agropecuário de 2006 (Seplan, 2008) mostrou que havia 803 pessoas trabalhando no campo, das quais 658 (82%) tinham laços de parentesco com o produtor. A contagem da população de 2007 afirma a existência de apenas 562 pessoas residindo no campo. Assim, deduz-se que boa parte dos trabalhadores rurais, talvez a

maioria, reside atualmente na cidade.

Tabela 14 – Processamento de produtos agropecuários e empregos gerados no município de Goianira – 2004.

Discriminação	Quant.	Capacidade processadora (Kg)	Empregos gerados
Laticínios (leite, manteiga, iogurte etc.)	3	7.000	20
Farinha de carne e osso	1	2.000	10
Processamento de couro bovino	1	500	5
Biscoitos	1	50	3
Farinha de milho	1	500	5

Fonte: Goiás (2004, p. 13)

O mesmo censo agropecuário mostra os números da produção do campo no município (tabela 15). A produção na década compreendida entre 1998 e 2007 mostra que, mesmo com uma população menor, a maioria dos produtos tem produção constante e crescente, ainda que não muito expressiva.

A produção de carne bovina e de leite tem se firmado num ambiente de produção agropecuária afetado pela falta de aparato tecnológico e de pessoal. Em 2006 apenas 56 estabelecimentos tinham tratores, os quais totalizavam 71 (Seplan, 2008). Portanto, a maioria absoluta das propriedades não cultiva extensivamente a terra, ainda que o empréstimo de máquinas entre os produtores possa existir.

As transformações na economia do campo em Goianira levaram ao abandono da maioria das atividades e à repulsão da população em dois fortes períodos de êxodo, como visto no capítulo anterior. Ligado a essas transformações, também o parcelamento das propriedades tornou-se uma prática comum, inclusive na área urbana, onde há grandes bairros constituídos de chácaras. A tabela 16 mostra a estrutura fundiária<sup>22</sup> nos anos de 2004 e 2007.

Apesar de os dados desses anos serem provenientes da Agência Rural local, apresentam incoerência quanto à extensão total da zona rural. Se, porém, o número de propriedades e a distribuição por faixas de extensão estiverem corretos, é possível afirmar que o número de pequenas propriedades (até 100 ha) e de médias, de 101 a 200 ha, tem apresentado considerável incremento em termos absolutos. Portanto, a estrutura agrária municipal tende a consolidar as pequenas e médias propriedades e diminuir a participação

<sup>22</sup> A equipe de elaboração do plano diretor tem uma lista, gerada pela Agência Rural do município, com dados das 318 propriedades, indicando o nome do proprietário, a área e a produção

das grandes propriedades. A maioria desses pequenos produtores cuida de suas propriedades com o auxílio da família ou com poucos empregados.

Tabela 15 – Produção agropecuária do município de Goianira – 1998-2007.

Produto	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Bovinos (cab.)	19.580	20.880	20.922	21.550	24.330	24.397	24.692	25.500	24.000	-
Suínos (cab.)	2.750	3.004	3.154	3.250	3.460	3.473	3.570	3.630	3.550	-
Vacas ordenhadas (cab)	2.359	2.547	2.597	2.620	2.800	2.811	2.840	2.900	2.800	-
Leite (1.000 l)	2.208	2.390	2.441	2.463	2.660	2.671	2.726	2.800	2.703	-
Arroz (t)	1.100	1.100	1.100	1.100	2.000	1.800	1.661	-	-	-
Banana (t) (vide nota)	-	-	4	100	100	100	100	120	360	360
Café (t)	-	-	70	70	40	40	66	80	121	129
Cana de açúcar (t)	-	-	11.000	14.000	27.620	27.620	27.620	30.000	34.110	-
Coco-da-Bahia (água)	-	-	230	450	450	450	900	850	850	850
Feijão (t)	155	205	205	205	253	309	259	-	-	-
Fruta-do-conde (t)	-	-	-	-	-	-	4	4	4	-
Laranja (t) (vide nota)	-	-	850	180	250	250	250	250	250	250
Limão (t) (vide nota)	-	-	714	160	160	160	160	160	360	360
Mamão (t) (vide nota)	-	-	900	300	107	107	107	-	-	-
Mandioca (t)	-	-	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	1.400	1.400	1.400
Maracujá (t) (vide nota)	-	-	180	20	20	20	-	-	-	-
Milho (t)	-	-	2.400	2.400	2.400	2.400	4.400	3.399	4.910	4.560
Soja (t)	-	-	45	45	45	45	400	230	201	228
Sorgo (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	118	118
Tangerina (t) (vide nota)	-	-	5.000	410	410	410	410	500	500	500
Tomate de mesa (t)	-	-	800	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

Fonte: Goiás (2008).

Notas: 1 A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos banana, laranja, limão, mamão, maracujá e tangerina passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos, com exceção da banana, para a qual era utilizado mil cachos.

2 Até 2001 café (em coco), a partir de 2002 café (beneficiado ou em grãos).

3 Coco-da-Baía (água) está em mil frutos.

Tabela 16 – Evolução da estrutura fundiária do município de Goianira – 2004/2007.

Tamanho da propriedade	Quantidade de propriedades				Área			
	2004		2007		2004		2007	
	Quant.	%	Quant.	%	ha	%	ha	%
0 a 15 ha	71	24,83	79	25	617,00	3,39	770	3,52
16 a 50 ha	124	43,36	133	42,09	3.733,80	20,16	4.056	18,52
51 a 100 ha	45	15,73	56	17,72	3.241,08	17,50	4.251	19,42
101 a 200 ha	23	8,04	27	8,54	3.120,59	16,85	4.259	19,45
201 a 500 ha	18	6,29	18	5,7	3.915,77	21,14	4.253	22,16
501 a 1000 ha	4	1,40	1	0,32	1.940,76	10,48	503	2,30
> 1000 ha	1	0,35	2	0,63	1.953,60	10,54	3.203	14,63
Total	286	100,00	316	100,00	18.522,60	100,00	21.895	100,00

Fonte: Goiás (2004); Goianira (2007).

Segundo a Agência Rural (Goiás, 2004) apenas 4,58% dos produtores eram arrendatários e apenas 2,46% parceiros. Dados do censo agropecuário do IBGE (1996) mostram que, nesse ano, havia 284 proprietários ocupando suas propriedades (73%), 37 produtores ocupando propriedades como arrendatários (9,52%), 48 como parceiros (12,34%) e 20 produtores na situação de ocupante (5,14%). Apesar de as fontes serem diferentes, os dados mostram uma rápida e constante mudança no regime de trabalho rural do município, apontando para o aumento do número de propriedades ocupadas e cuidadas pela própria família.

O censo agropecuário de 2006 também diverge desses dados, tanto no que se refere à área rural quanto ao número de propriedades (tabela 17).

Tabela 17 – Quantidade de estabelecimentos agropecuários segundo o tipo de uso do solo e área total por categoria de uso do solo no município de Goianira – 2006.

Aspecto	Total	Lavouras	Pastagem natural	Matas e florestas
Estabelecimentos (un)	258	195	204	151
Área (ha)	31.006	2.087	22.700	4.347

Fonte: Seplan (2008).

O certo é que o município deixou de basear sua economia e cotidiano no mundo rural para então inserir-se na dinâmica urbana, que está intimamente ligada à lógica metropolitana.

## 2 A CIDADE DE GOIANIRA COMO EXTENSÃO RESIDENCIAL DA METRÓPOLE

Para compreender o arranjo interno que a cidade de Goianira tomou é necessário entender o que aconteceu com a própria metrópole, sobretudo na Região Noroeste desta, visto que este município foi completamente transformado pelo crescimento econômico e demográfico do polo metropolitano.

### 2.1 A Dinâmica Urbana da Região Noroeste de Goiânia e da Rodovia GO-070

A Região Noroeste de Goiânia (figura 18), até o final da década de 1970, só havia sido parcelada em lotes rurais e ostentava uma exuberante vegetação, além do Rio Meia Ponte e alguns de seus afluentes, os quais abasteciam e abastecem parte do consumo de água da população goianiense. Por este motivo, o Plano Diretor Integrado de Goiânia (PDIG-2000, Lei Complementar nº 15, de 1992) determinou que esta porção da cidade deveria tornar-se um cinturão verde, com vistas à preservação ambiental.

Com respeito às condicionantes do processo de rápida ocupação desse espaço podemos apontar, além de fatores políticos e econômicos, a qualidade natural desse espaço geográfico, com grandes espaços interfluviais, onde se dão as expansões de loteamentos. Sem essas condições topográficas a região noroeste de Goiânia teria o aspecto das clássicas favelas brasileiras, já que o perfil social e a qualidade e aspecto das habitações são semelhantes.

A formação dessa região foi objeto de estudo de Oliveira (1999) e de Moysés (1996; 2004). Ambos os autores defendem a divisão em duas fases de ocupação popular. Basicamente, a primeira fase se dá pela ação de movimentos populares organizados entre o final da década de 1970 e o decorrer da década de 1980; a segunda fase, na década de 1990, ocorre pela ação direta do estado na promoção de habitação popular, ainda que houvesse movimentos populares e parcelamentos particulares.

Segundo Moysés (2004),

as ocupações do Jardim Nova Esperança [em 1979], do Jardim Boa Sorte e do Jardim Boa Vista foram o início do processo de ocupação da região, [...] cuja motivação decorreu, fundamentalmente e um conjunto de carências sociais a que estava submetida a maioria das famílias envolvidas. (Moysés, 2004 p. 293)

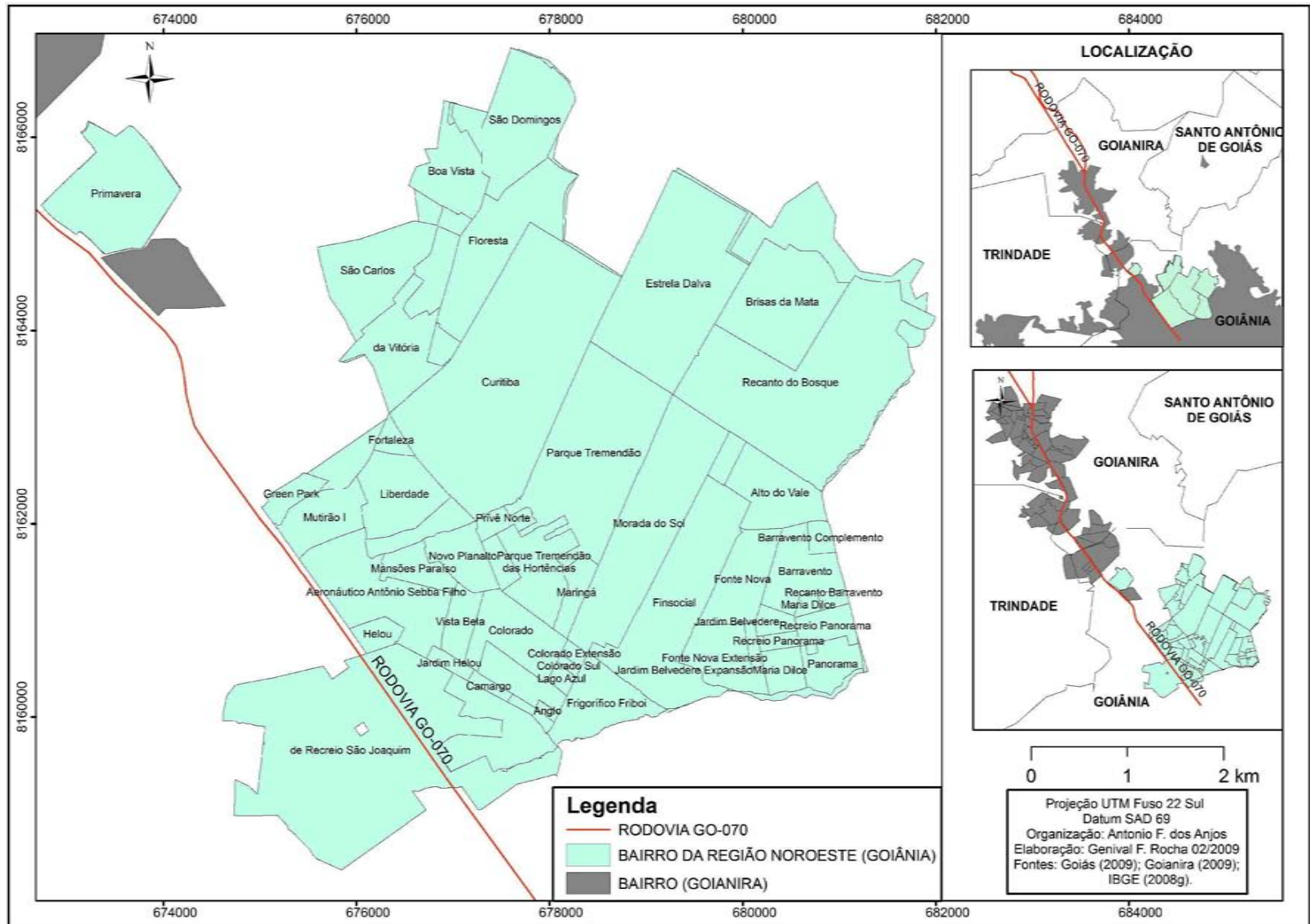


Figura 18 – Região Noroeste de Goiânia – 2008.

Na década de 1990 muda o ator principal e também a área em que se dá o processo de ocupação popular. Moysés (2004) resume assim essa transição:

A nova configuração espacial da Região Noroeste começou a ser definida a partir dos anos 90 e possui dois vetores impulsionadores: um, de natureza local, ou seja, restrito à própria região; outro restrito à própria cidade. O primeiro, de natureza local, refere-se à implantação do que se convencionou chamar na época de “Fazenda São Domingos”. Esse novo loteamento mais uma vez de iniciativa do governo estadual, também clandestino, desdobrou-se em vários bairros: Bairro da Vitória, Bairro São Carlos, Bairro Floresta, Bairro Boa Vista e Bairro São Domingos. [...] Fora do contexto em que se produziu a “Fazenda São Domingos”, outro parcelamento foi implantado também pelo governo do Estado, em 1994, denominado Conjunto Jardim Primavera. (Moysés, 2004 p 335).

As informações de Moysés (2004) permitem a identificação de uma terceira fase, que se inicia quando diminui a atividade desses dois atores e se intensifica a ação de loteadores particulares, a partir da década de 2000. Como se vê, nessa região a iniciativa privada tende a promover loteamentos de chácaras, além de pequenos loteamentos urbanos, a maioria clandestina e/ou irregular.

No presente estudo parte-se da premissa de que a ocupação dessa região e das margens da GO-070 se deu num processo conjunto. Há três períodos comparativos. Num primeiro momento, compreendido entre o final da década de 1970 e o final da de 1980, enquanto a região noroeste de Goiânia era ocupada por movimentos populares pela moradia, com ou sem o apoio governamental, nas margens da rodovia GO-070 se multiplicavam os loteamentos populares, impossíveis em território goianiense, que visavam atender à mesma população ou, pelo menos, às famílias que não estivessem dispostas a enfrentar os conflitos da ocupação da região noroeste.

No segundo momento, na década de 1990, à medida que a ocupação desta região se dava tanto por meio de movimentos populares como pela ação espontânea do Estado, os loteamentos da GO-070 continuaram apenas recebendo mais moradores sem que se abrissem novos empreendimentos. Para lembrar, após cinco anos sem nenhum parcelamento em Goianira, os que vieram, na segunda fase do padrão de expansão urbana complexo, ocorreram nos espaços vazios da porção nuclear da cidade. Num terceiro momento, a partir da década de 2000, enquanto a ocupação da região noroeste se dava, sobretudo, pelos loteamentos particulares, as margens da GO-070 voltam a ser parceladas, chegando, por fim, a deflagrar a conurbação Goiânia-Goianira-Trindade, selando a aliança entre esses dois espaços, inclusive com confusão de limites, ainda hoje mal resolvida.

Mas a maior identificação entre esses dois espaços dá-se pelos seus conteúdos sociais. Se a ocupação dos espaços ocorreu por diferentes meios, por outro lado a trajetória

socioespacial desses migrantes os unifica e faz com que o cotidiano de ambos os grupos mantenham forte semelhança.

Outro ponto importante a se destacar é a transformação do trabalho e da espacialização das indústrias na região noroeste de Goiânia e nas margens da GO-070.

Em Goianira é incipiente a criação de postos de trabalho na indústria local. O polo calçadista, localizado no Distrito Agro-Industrial de Goianira (Daig) (figura 19), inaugurado em 2002, é a experiência mais significativa, havendo, além dele, outras pequenas fábricas dentro e fora do Daig. A estrutura empregatícia das empresas do Distrito foi objeto de pesquisa anterior (Anjos e Chaveiro, 2006), em que os presentes autores constataram a baixa remuneração dos operários dessas fábricas (entre R\$ 350,00 – um salário mínimo – e R\$ 450,00, em março de 2006), tendo como consequência a reprodução das condições objetivas de vida da população empregada.



Figura 19 – Polo Calçadista do Distrito Agro-Industrial de Goianira – 2009.

O surgimento do Daig no Km 17 da rodovia GO-070 parece estar obedecendo a uma lógica de espacialização industrial nas regiões goianienses do vale do Meia Ponte e noroeste, dando-se por meio de vias de fluxo rápido, quais sejam a Perimetral Norte<sup>23</sup> e a GO-070. A primeira é uma antiga rodovia ocupada pelas indústrias a partir da década de 1980 e pelos setores de comércio e de serviços a partir da década de 1990. Por sua vez a

---

<sup>23</sup> Segundo Moysés (2004 p. 321), “Essa via já existia até o loteamento Cândida de Moraes, como servidão aprovada nos anos 50 com base no Código de 1947, tendo sua caixa viária ampliada desde então. Essa via foi institucionalizada como Perimetral Norte a partir do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, elaborado por Jorge Wilhelm em 1971, e implantada, a partir do mesmo ano, como via indutora cujo zoneamento regulamentava a instalação de grandes equipamentos comerciais e industriais. A implantação dessa via atendia basicamente a duas grandes exigências do ponto de vista funcional-urbanístico: a) tinha como função interligar a GO-070 (saída a noroeste em direção a Goianira e Inhumas) com a GO-080 (saída norte em direção a Nerópolis) e com a BR-153 (saída nordeste em direção a Brasília-DF e Belém-PA, e sudeste em direção a Minas Gerais, São Paulo e Paraná); b) com vista ao futuro, deveria possibilitar o deslocamento do tráfego de carga pesada para fora do centro urbanizado.”

GO-070 foi ocupada mais incisivamente pela indústria, comércio e serviços a partir da década de 1990.

As margens dessa rodovia se caracterizaram nessa década por uma explosão urbana, industrial, comercial, ainda com a permanência de áreas rurais cultivadas. Todos esses usos do solo estão diretamente ligados ao relevo dessa área, visto que a rodovia foi implantada no trecho mais plano possível. É comum a produção agrícola nas proximidades da rodovia (figura 20), principalmente em pequenas propriedades. Se, por um lado, esses espaços não estão ociosos, por outro, são reservas de valor, à espera de oportunidade mais conveniente, seja de instalação industrial, seja residencial.



Figura 20 – Agricultura às margens da rodovia GO-070 – 2009.

A duplicação da GO-070 no trecho Goiânia-Goianira (iniciada em 1997 e concluída em 2007) atraiu empresas ávidas por escoamento rápido da produção, boa localização e mão-de-obra barata (figura 21). Aliás, a falta dessa duplicação custou ao município de Goianira a perda da instalação da fábrica da Coca-Cola, vindo esta a se instalar à margem da GO-060, no município de Trindade, em 1996. Há hoje, claramente, o surgimento de uma área industrial não-central ao longo da GO-070, que se concentra no território goianiense (Nestlé, Nutroeste, Master Beef, DEC Brasil Inox, Metalyght etc.) e adentram o território de Goianira, destacando-se as empresas Integral Nutrição Animal, instalada em 2005, o frigorífico Margem, instalado na década de 1980, a Brasil Máquinas para o Setor Alimentício etc.

Se na GO-070 essa industrialização é entrecortada por loteamentos, na Perimetral Norte, já adensada residencialmente, ocorre uma constante renovação das indústrias ali instaladas (figura 22), algumas cedendo lugar ao comércio (hipermercados Super Store e Bretas e Portal Shopping) e serviços (Faculdades Alves Faria – Alfa e bancos). É certo que a presença dessas empresas influencia na abertura de loteamentos nas conurbações Goiânia-Trindade e Goiânia-Goianira. Em muitos dos encartes dos novos empreendimentos há fotos do *shopping* e de outras empresas e equipamentos de uso coletivo.



Figura 21 – GO-070 duplicada (Residencial Triunfo à direita) – 2007.



Figura 22 – Portal Shopping – 2007.

Apesar da importância dessas indústrias e do setor de comércio e serviços local, talvez o mais sensato seja dizer que o transporte coletivo de massa com tarifa única traçou previamente o futuro de Goianira e de todos os outros municípios da RMG, colocando-os como extensões residenciais da metrópole e como dependentes do mercado de trabalho, produtos e serviços, mas também dos serviços públicos sediados em Goiânia<sup>24</sup>. E isso acontece sem que haja consenso político quanto à condução desses problemas, o que deixa toda a RMG em situação de desamparo quanto aos problemas que estão além do transporte coletivo.

## 2.2 A formação de vazios urbanos

Um traço característico de todos os três padrões de expansão urbana de Goianira foi a produção de uma enorme quantidade de lotes vazios (apêndice A). Mesmo na

<sup>24</sup> É necessário destacar que a maioria ou todos os serviços prestados pelo Estado de Goiás e pela União estão sediados em Goiânia. Destinam-se, portanto, a todo o estado, e não apenas a esta cidade.

porção nuclear inicial há esses espaços, sobretudo na Vila Padre Pelágio, com 871 lotes, que até hoje conta com quadras pouco habitadas. Dos loteamentos da segunda fase do padrão de expansão nuclear muitos não alcançaram um padrão de ocupação desejável e alguns permaneceram quase totalmente inabitados, como o Parque Solimões (I e II) e o Parque Boa Vista.

Na porção linear da cidade estão localizadas as áreas ocupadas mais rarefeitamente (Vila Isabel, Parque Los Angeles I e II, Setor Sul) ou totalmente inabitadas (Nova Goianira, Setor Clube dos 200). Até mesmo entre os bairros que preencheram os vazios urbanos da cidade nuclear existiram casos de quase total inabitação, mas também casos de especulação imobiliária evidente (Vila Leo Lynce II). Por fim, dos bairros surgidos no padrão de expansão complexo apenas os três bairros do foco da conurbação (Residencial Triunfo, Residencial Triunfo II e Solar das Paineiras) e mais um outro próximo a eles (Vila Adilair), além do DAIG, estão sendo ocupados rapidamente. Os outros correm grande risco de se tornarem vazios que, hoje, somam uma área maior que a da cidade habitada.

Dessa forma, Goianira tem seu espaço marcado por um descompasso entre a abertura de novos loteamentos e a insuficiência de habitantes, apesar de o município estar no segundo lugar em taxa de crescimento demográfico na RMG. Esse processo de urbanização mostra, então, duas trajetórias de transformação do espaço: a da ocupação imobiliária e a ocupação demográfica do espaço. Desde 1967 vem crescendo o fosso entre a ação imobiliária e a ocupação de fato da cidade. Se o processo não apresentar mudança, essa ocupação imobiliária fará a cidade crescer astronomicamente, já que o crescimento populacional tem-se mantido constante e apresenta um significativo incremento absoluto anual. Por outro lado, se a ocupação imobiliária entrar em declínio, pela saturação do mercado ou por força de lei, a tendência é que os antigos loteamentos vazios sofram resistência à sua ocupação, já que é comum a preferência de compra em loteamentos novos aos já antigos e pouco habitados. Na verdade, a propaganda imobiliária faz com que o novo loteamento chegue de uma forma fantástica aos olhos do candidato a residente, o que o loteamento já vendido não consegue, ainda que haja muitos lotes à venda por toda a cidade, por preços até mais baixos, todavia não parcelados.

Olhando-se assim para o produto desse processo socioespacial percebem-se duas cidades sobrepostas em toda a malha urbana. Uma é a cidade que as imobiliárias criam e outra é a que a ocupação consolida. Aos espaços produzidos por essa dinâmica socioespacial a administração pública responde de formas diferentes e condizentes ao adensamento e centralidade. Aquelas áreas que, depois de vendidas, não conseguiram um

---

povoamento mínimo são esquecidas pela municipalidade.

Alegoricamente, esses espaços vazios podem ser comparados a fantasmas. Esta é a impressão quando se olha uma imagem aérea da cidade. Os mais fantasmagóricos sequer estão riscados no chão, como o Residencial Sol Poente ou Parque dos Girassóis e o Solar das Orquídeas, que tem dois nomes e nenhuma rua aberta, além daqueles apenas licenciados. Há os que foram abertos e não receberam uma casa sequer, como o maior loteamento da cidade – um grande projeto abandonado – o Nova Goianira. Dele só se pode ver o início das primeiras construções.

Há, ainda, os que são povoados esparsamente, com habitações que nem parecem obedecer ao arruamento, já que muitas estão sozinhas numa quadra imensa. As ruas às vezes somem com o tempo. Os exemplos são o Parque Solimões I e II, com 30 anos de abertura, próximo ao centro e com lotes baratos, que até hoje tem quadras totalmente inabitadas, o Setor Linda Vista e o Parque Boa Vista, na mesma situação.

Quanto ao número desses lotes vazios, a Arca (2002) arriscou o número de três lotes por habitantes e a equipe do plano diretor da cidade (Goianira, 2007) afirmou a existência de 28.441 lotes na área urbana, dos quais 22.135 estariam vazios. Fizeram, então, um prognóstico que considerava o saldo de lotes vagos e o crescimento demográfico de 3,72% ao ano. Baseados na informação de que hoje o município está com 2.240 famílias, e que há 1.049 pessoas sem domicílio próprio, ao final de dez anos (2007-2017) os então 36.602 habitantes ocupariam mais 3.289 lotes e ainda restariam 18.846 lotes ociosos sem que se abrisse um único loteamento. Se estes dados estiverem corretos Goianira pode ser considerada a cidade com maior número relativo de lotes vagos da RMG. A cidade fantasma seria muito maior que a cidade habitada.

Diante disso a proposta inicial da equipe do plano diretor foi a proibição de abertura de novos loteamentos, com a delimitação do perímetro urbano incluindo apenas as áreas já loteadas. Mas já não era possível, visto que ao longo do ano de 2007 haviam sido abertos os processos de mais dezessete loteamentos por toda a cidade. O perímetro urbano foi, então, ampliado à revelia da realidade da cidade e ainda não contemplou todos esses bairros em licenciamento, além de extrapolar sua área sobre os territórios dos municípios de Trindade e Goiânia (apêndices A e B). De acordo com o mapeamento contratado pelo Município de Goianira, que deu base aos apêndices A e B, a cidade contava, em 2006, 24.994 lotes, dos quais 9.872 estavam ocupados, o que representa 39,5 % do total. Mesmo antes de se ter esses números a equipe do plano diretor de Goianira não estava longe da verdade.

Os loteamentos inabitados estão em situação pior que a dos subpovoados, já que não conseguem a infraestrutura dos bairros adensados e se tornam caros para a municipalidade, perigosos para os que neles habitam e um prejuízo socializado entre os que

compram os lotes. De fato, muitos loteamentos não existem como parte da cidade, os inabitados. Tornam-se, porém, um empecilho ao adensamento progressivo de áreas vizinhas e impedem a chegada da infraestrutura nos bairros limítrofes a eles.

Por outro lado, os loteamentos surgidos no foco conurbatório Goiânia-Goianira-Trindade são de rápida ocupação, destoando da maioria dos loteamentos do município de Goianira e mais afeitos aos bairros da região noroeste de Goiânia.

### 2.3 A Conurbação Goiânia-Goianira-Trindade

Com o processo de metropolização, a morfologia espacial metropolitana tende a ser polinucleada e a formar imensas periferias, causando problemas relacionados às fronteiras, um “embaçamento das fronteiras”, por assim dizer (apêndices B e C).

Os estudos acerca da região noroeste de Goiânia ainda não buscaram compreender a conurbação Goiânia-Goianira-Trindade. Para essa compreensão é necessário não só entender o processo de ocupação da região noroeste da capital como o do próprio município de Goianira.

No caso de Goianira, como visto no capítulo anterior, a partir do final da década de 1970 novos loteamentos populares surgem às margens da GO-070. Houve um considerável aumento de população do município, ao passo que se intensificaram as ligações com Goiânia. Porém, os loteamentos que surgiram na década de 1990 não continuaram o processo, mas contribuíram para o adensamento da porção nuclear da cidade e para a proliferação de lotes vazios por toda a cidade. O surgimento dos bairros do foco conurbatório, por outro lado, apesar de estarem localizados às margens da GO-070, trazem características de motivação e ocupação bem diferentes dos bairros de Goianira, sendo mais afeitos aos bairros da Região Noroeste de Goiânia.

Em fevereiro de 2003 a fazenda Paineiras (ou São Domingos, segundo outros depoimentos), em frente à fazenda Taperão, foi ocupada por um quantitativo de famílias que varia – segundo as fontes informacionais – de setecentas a mil e duzentas, distribuídas pelos cinco alqueires (figura 23). Depois de algumas semanas uma força policial envolvendo seiscentos homens retirou da área os ocupantes, não havendo por parte do poder público nenhuma proposta de alocação residencial para as famílias. Decorrido pouco mais de um mês, a mesma área foi nomeada Residencial Sollar das Paineiras e loteada pela proprietária em três etapas. Ainda não houve averbação da área, mas já estão vendidos todos os lotes. De acordo com o comandante do 2º pelotão da Polícia Militar/23ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), Tenente Tarcísio R. de Carvalho, há proposta de averbação da área com a distribuição das três etapas entre os três municípios.



Figura 23 – Ocupação da Fazenda Paineiras por movimento popular organizado em 26/02/2003.

Fonte: Centro de Mídia Independente, 2003.

Sem a ação de ocupação da fazenda Paineiras, talvez o início da ocupação de toda a área da conurbação demorasse mais. É possível que a ocupação popular tenha chamado a atenção da proprietária para a demanda de um novo loteamento. Além do mais, a região noroeste estava em processo de estagnação<sup>25</sup>, ao passo que a região do Morro do Mendanha, na saída para Trindade, estava em franca expansão de loteamentos populares e até de classe média (Condomínio do Lago).

A fazenda Taperão, no município de Goiânia (Km 10 da GO-070), foi adquirida por uma sociedade de dois deputados estadual e federal (José Nelto e Luiz Bittencourt), além de outros sócios, em 2003. Registrada em cartório de Goianira como Residencial Triunfo, a área foi loteada e vendida em condições atraentes pela firma MAC Empreendimentos Imobiliários. Já está completamente vendido e com mais de 35% dos lotes ocupados. Houve proposta de embargo pelo poder público, mas logo no início do mandato de Íris Rezende Machado como prefeito de Goiânia, o caso foi arquivado. Em março de 2006 já estavam à venda os lotes do Residencial Triunfo II, instalado numa área localizada ao lado daquele que lhe rendeu o mesmo nome, porém em área não-litigiosa, no município de Goianira.

O município de Goianira conta ainda com a presença recente de dois outros loteamentos que contribuem para sua ligação física à capital pelo corredor da rodovia GO-070. Trata-se de um prolongamento, por mais um quilômetro, do último setor da cidade (Cora Coralina) chamado Vila Adilair, como visto no capítulo anterior. Isso ocorre mesmo tendo a cidade grandes propriedades não loteadas tanto ao longo da rodovia quanto no interior de sua malha urbana e ainda grande quantidade de lotes vagos. Após esse

---

<sup>25</sup> Esta estagnação refere-se ao oferecimento de novos loteamentos. Normalmente, os loteamentos antigos, ainda que disponibilizem lotes para a venda, não conseguem atrair compradores como os novos empreendimentos.

prolongamento encontra-se um parcelamento destinado à classe média alta, seguindo a ideologia dos condomínios fechados, chamado Villagio Baiocchi, que conta com vista panorâmica e lotes maiores que o convencional.

Segundo a coordenadora do Plano Diretor de Goianira, Cristina Bianco, há ainda um pequeno bairro com cerca de 40 casas populares em pequenas chácaras, chamado Vila Verde<sup>26</sup>, que está registrado no cartório da cidade de Goianira, mas se localiza entre o Jardim Primavera e a Vila Mutirão, em Goiânia.

O quadro 9 mostra o perfil dos loteamentos que estão contribuindo para a conurbação Goiânia-Goianira-Trindade.

Na RMG, quando se trata de conurbações que envolvem áreas não lucrativas para as municipalidades, geralmente não há muitos conflitos políticos. Por outro lado, há conflitos de identidade para os moradores dessas áreas. No caso de Goianira, o prefeito atual faz questão de incorporar as áreas em litígio (pertencentes a Goiânia), conforme afirmou jornal impresso local:

No momento, o que tem dado preocupação ao prefeito é a questão do bairro Triunfo, que no plano diretor de Goiânia, coloca a região como sendo de Goiânia, e que na verdade pertence a Goianira. “Não abriremos mão do bairro, uma vez que todo o orçamento de despesas da localidade, sai dos cofres de Goianira” adverte Carlão. Para se ter uma idéia, todos os dias, 4 ônibus buscam as crianças de lá para trazer as escolas de Goianira, custo que é feito pela prefeitura da cidade. “Não é nem justo, o Bairro Triunfo não pertencer mais a Goianira”. (Regional, 2007).

De fato, na próxima delimitação do perímetro municipal de Goianira este bairro será incluído em seu território. Diferentemente da conurbação Goiânia-Aparecida de Goiânia, nesse caso há a convergência dos interesses.

---

<sup>26</sup> Na nova proposta de perímetro municipal de Goianira este bairro passa a pertencer a Goiânia e o Residencial Triunfo a Goianira.

Quadro 9 – Perfil dos novos loteamentos situados às margens da GO-070 – 2006.

Denominação	Resid. Triunfo	Resid. Triunfo II <sup>1</sup>	Resid. Solar das Paineiras	Vila Adilair	Villagio Baiocchi
Empresa Imobiliária	MAC Empreend. Imobiliários	Versátil Imóveis	D. M. Barros (proprietária) / Solar Imóveis	Tropical Imóveis	Marcelo Baiocchi Imóveis
Início das vendas	MAR/2005	ABR/2007	NOV./2005	MAI/2002	AGO/2003
Quantidade de lotes	4.200	908	1.200	200 (estimativa do autor)	320
Área total	56 alq.	8,4 alq.	5 alq.	--	11 alq.
Área dos lotes resid. (m2)	200 a 215	230	250	--	730 a 2.600
Área dos lotes com. (m2)	360 a 417	230	350	--	Não há
Preço do lote resid. (R\$)	9.751,00 a 15.000,00	18.000,00 a 28.000,00	12.500,00 a 18.000,00	12.900,00	20.440,00 a 72.800,00 (28,00/m <sup>2</sup> )
Preço do lote com. (R\$)	33.050,00	28.000,00	27.500,00	--	
Prazo para pagamento	99 meses	100 meses	100 meses	100 meses	100 meses
Infraestrutura	- Asfalto c/ meio-fio - Água tratada - Energia e iluminação pública	- Asfalto c/ meio-fio - Água tratada - Energia e iluminação pública	- Asfalto c/ meio-fio - Energia e iluminação pública (Sem água tratada)	- Energia e iluminação pública (Sem água tratada nem asfalto)	- Asfalto - Poço artes. - Quadras poliesp. - Cabeam. telef. - Portaria c/ segurança - 114.000 m <sup>2</sup> de área verde
Lotes vendidos	90%	85%	95%	100%	70%
Lotes ocupados	35%	20%	65%	75%	01%
Linhas de ônibus	Goianira (GO-070) Brazabrantes (GO-070)	Goianira (GO-070) Brazabrantes (GO-070)	Goianira (GO-070) Brazabrantes (GO-070) St. Palmares (atravessa o loteam.)	Goianira (GO-070) Brazabrantes (GO-070)	Goianira (GO-070) Brazabrantes (GO-070)
Situação na conurbação	Litígio sobre averbação da área entre prefeituras de Goiânia e Goianira	Expansão da malha urbana de Goianira	Litígio sobre averbação da área entre prefeituras de Goiânia e Goianira	Expansão da malha urbana de Goianira	Expansão da malha urbana de Goianira

Nota: Sinal convencional utilizado:

-- Dado não disponível.

(1) Dados referentes a 2008.

Cabe agora tratar do processo de definição do perímetro urbano de Goianira, que também se apresenta conflituoso.

#### 2.4 Os Problemas Recentes dos Perímetros Urbano e Municipal de Goianira

A história do perímetro urbano de Goianira está imbricada nas ligações do município com a RMG e com a evolução de sua malha urbana, que traz alguns problemas que merecem atenção.

Ao contrário da região noroeste de Goiânia, que mantém traços de identidade com o município de Goianira, o município de Santo Antônio de Goiás é caracterizado pela desvinculação progressiva em relação ao município de Goianira, que lhe deu origem.

A forma como se deu a emancipação política do distrito de Santo Antônio e a dinâmica atual deste município é alusiva à força de atração que Goiânia exerce sobre os demais municípios da RMG. A verdade é que, assim que o distrito de Santo Antônio passou a apresentar vida urbana, já houve a imediata absorção – ou integração – pela metrópole. Isto significa que o município de Goianira não foi capaz de gerar a centralidade necessária para atrair o distrito.

A história dessa emancipação acaba por contar a história da definição do perímetro urbano de Goianira. Até 1989 o município ainda não havia definido seu perímetro urbano, que, ao que parece, ocorreu como um preparativo para a emancipação do distrito de Santo Antônio. Há indícios disso tanto na lei de definição do perímetro quanto na de emancipação do distrito e também no formato que tomou o referido perímetro urbano. Assim reza o artigo 1º da Lei nº 613, de 21 de junho de 1990:

Art. 1º - O perímetro urbano da cidade de Goianira, Estado de Goiás, fica compreendido dentro dos seguintes limites e confrontações: Partindo da confluência do Córrego Capoeira de Dentro com a GO-070, seguindo por esta até o Córrego Pindaíba, subindo por este até a barra do Córrego do Bugre, daí desce pelo Córrego do Bugre até fraudar a Serra do Lageado, segue por esta até a nascente do Córrego Capoeira de Dentro, desce por este até a confluência deste com a GO-070, ponto de partida. *Esta alteração dos limites do perímetro urbano da cidade de Goianira se faz de maneira que a menor distância em linha reta do perímetro urbano de Goianira, com os limites do distrito de Santo Antônio de Goiás seja maior que seis quilômetros.*

É curioso que o artigo supra transcrito faça menção ao distrito de Santo Antônio de Goiás (parte grifada). Alguns meses após a aprovação desta lei foi emancipado o distrito, por meio da Lei Estadual nº 11.360, de 5 de dezembro de 1990. A figura 24 mostra o produto desta legislação.

Assim, até o ano de 2008 o município não contava com um perímetro urbano condizente com sua realidade. Nesse ano a equipe de elaboração do plano diretor do município elaborou a proposta que se tornou lei (figura 25). Há, porém, alguns problemas relacionados a esta nova delimitação. O primeiro é que, com a expectativa de restrição à abertura de novos loteamentos houve um grande número de abertura de processos de licenciamento para novos parcelamentos, os quais foram quase totalmente incluídos no novo perímetro. Um segundo problema é que o novo perímetro incluiu áreas do território de Goiânia e de Trindade. Inclusive muitos dos loteamentos licenciados recentemente estão localizados nesses municípios. Um terceiro problema é que o novo perímetro urbano incluiu

uma área demasiadamente grande para uma cidade que tem quantidade tão grande de lotes vazios, como visto anteriormente. Mesmo com o grande crescimento populacional do município, o perímetro deixou, pelo seu tamanho, de servir como regulador do crescimento da malha urbana.

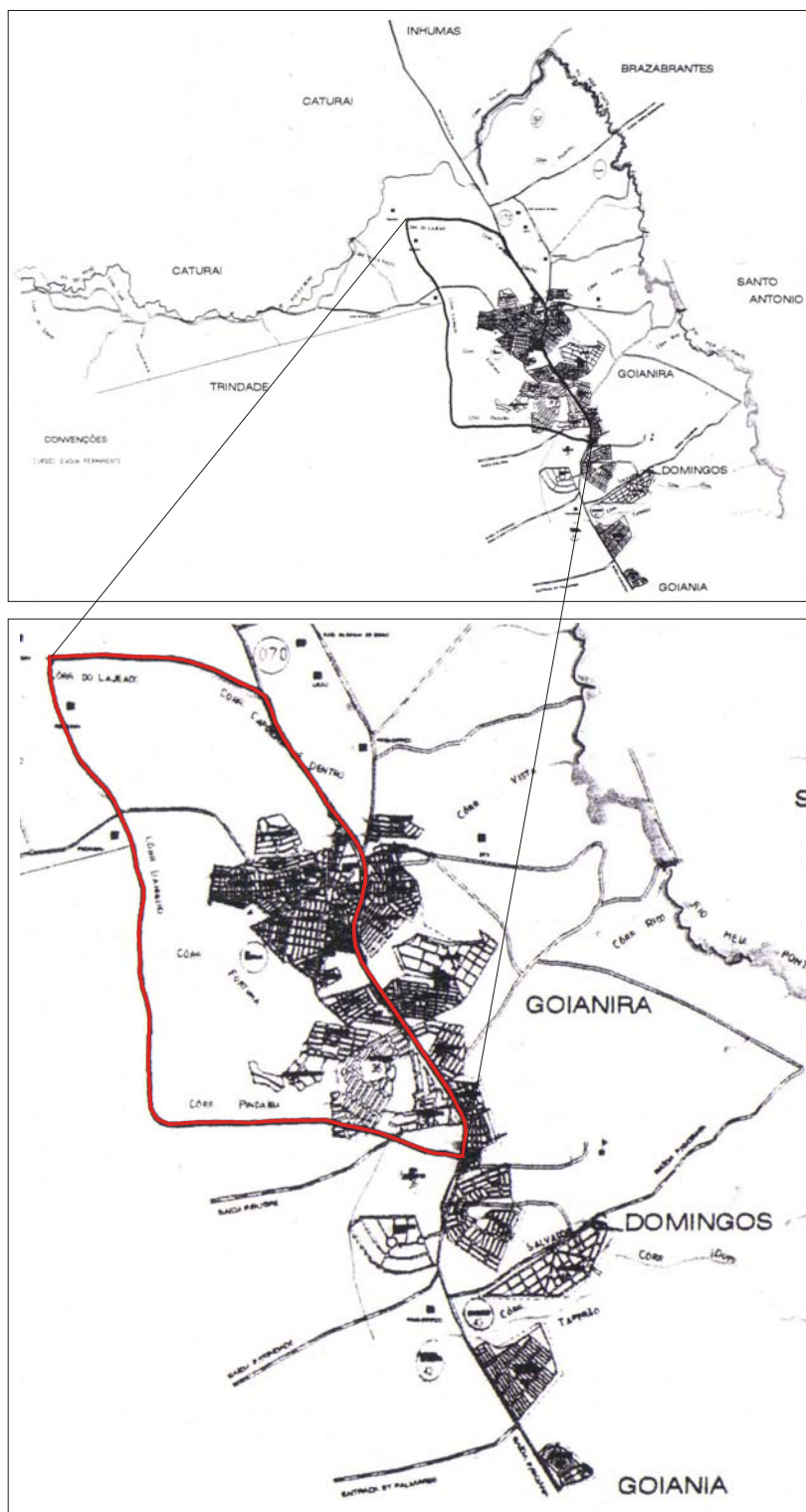


Figura 24 – Primeira delimitação de perímetro urbano do município de Goianira – 1990.

Fonte: Goianira (2007)

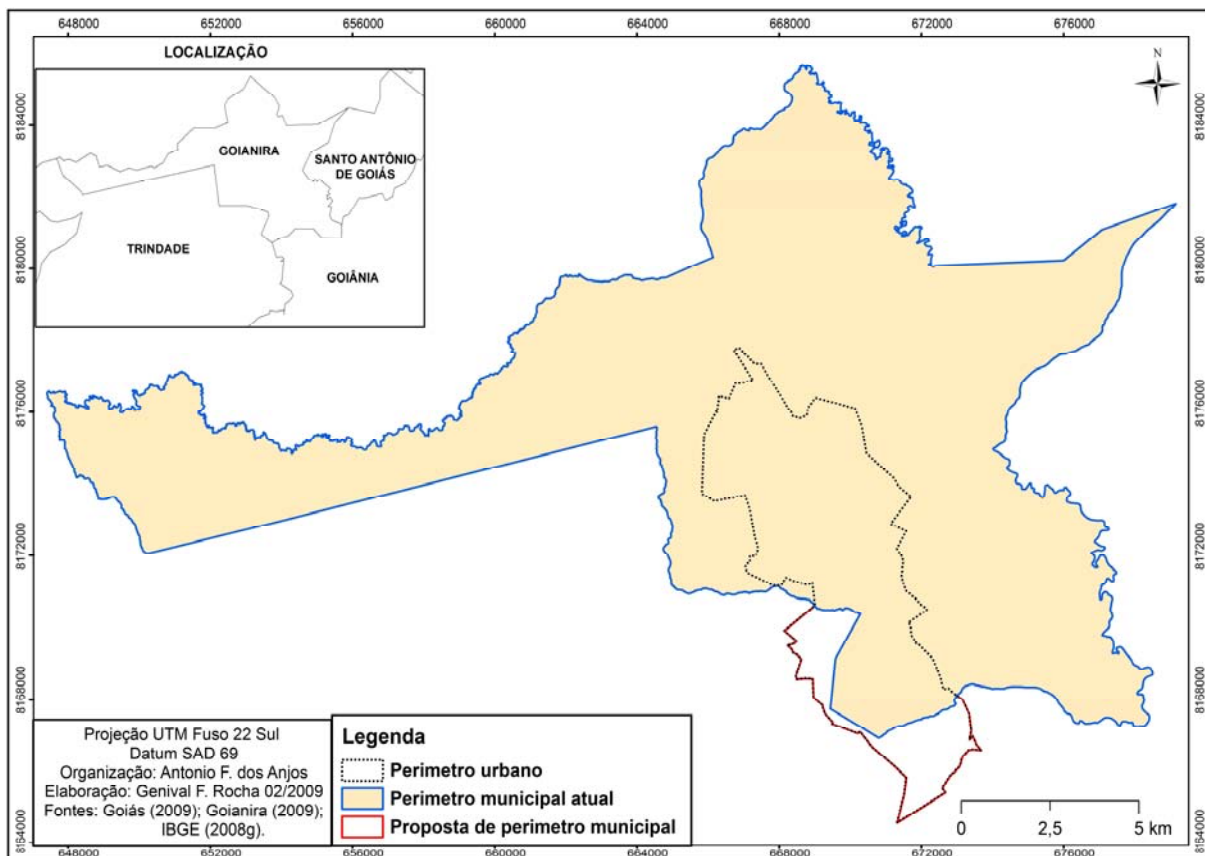


Figura 25 – Perímetro urbano e proposta de perímetro municipal do município de Goianira – 2009.

Vale destacar que há a intenção de ampliar também o perímetro municipal para que o perímetro urbano pertença ao território de Goianira. Como pode ser visto no apêndice C, isso envolve mudanças no perímetro municipal de Goianira, Trindade e Goiânia. Mesmo assim, o perímetro urbano não irá contemplar totalmente os novos bairros licenciados. Trata-se de um conflito territorial, em que os acontecimentos se atropelam, aumentando muitas vezes o problema original. Ora, o perímetro urbano de Goianira invade os territórios municipais de Goiânia e de Trindade e está aprovado pela câmara de vereadores e pelo prefeito, mas é uma decisão que aconteceu antes que se discutisse o problema com Goiânia e Trindade.

## 2.5 A GO-070 e o Transporte Coletivo como Vetores de Urbanização e de Integração Metropolitana

A centralidade induz os deslocamentos intra e interurbanos. Existem, porém, forças contrárias aos fluxos, que são rompidas diferencialmente pelos habitantes, seja pela localização mais ou menos favorável seja pelas diferentes tecnologias que conseguem

utilizar para romper as distâncias. Segundo Lévy (2002 p. 1), “pode-se definir a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares.”. O conceito de acessibilidade é definido pelo autor (Lévy, 2002) como a oferta de mobilidade, o que, portanto, pode ser mensurado e comparado, como têm buscado alguns estudos no Brasil e no exterior<sup>27</sup>.

Um ponto importante a ser destacado é a diferença de acessibilidade de que dispõem os usuários dos transportes coletivos e os que utilizam automóveis individuais ou motocicletas, no espaço intraurbano, e ainda a grande diferença entre os ônibus, trens, metrô e aviões, no espaço interurbano. Segundo Lévy (2002),

[...] as cidades de hoje são espaços com velocidades múltiplas, o que é inédito. [...] Várias redes se imbricam, como também redes (topológicas, que criam a descontinuidade) com territórios (topográficos, que engendram a continuidade). Num certo nível, a densificação das redes produz territórios, territórios muito diferentes na medida em que se trata da articulação (caminhada + ônibus + bonde + metrô + trem, por exemplo) das escalas ou de sua fusão pelo automóvel. (Lévy, 2002 p. 2).

No que se refere ao uso do automóvel, é necessário ponderar a recorrência a este tipo de transporte nas RMs brasileiras, sobretudo quando se considera os municípios periféricos. Como analisou Caldeira (2003), a expansão do transporte coletivo em São Paulo coincidiu com o espraiamento da cidade e com o transbordamento demográfico para as cidades periféricas. Este mesmo processo pode ser generalizado para todas as outras formações metropolitanas brasileiras, como no caso da RMG.

No caso de Goianira (figura 26), o transporte coletivo e a principal via de acesso à cidade – a GO-070 – são os vetores de urbanização mais determinantes. Isso, claro, ligado ao processo metropolitano de transbordamento demográfico de Goiânia sobre as demais cidades da RMG, também tratado nos capítulos anteriores.

---

<sup>27</sup> Entre esses estudos está o Mapa da Exclusão/Inclusão de São Paulo, coordenado pelo Instituto Polis. Um dos parâmetros para se mensurar a exclusão é a mobilidade/acessibilidade dos cidadãos (“cidadãos”). Na Europa, Lévy (2002 p. 3) ressalta a mudança metodológica dos estudos sobre a mobilidade: “Na pesquisa da VilleEurope havia sido decidido considerar o número médio de serviços [de transporte] por vinte e quatro horas, durante trezentos e sessenta e cinco dias. A qualidade do serviço fora das horas de trabalho, à noite, por exemplo, encontra-se, por conseguinte, valorizado.”.



Figura 26 – Embarque de passageiros em ônibus da linha Goiânia-Goianira – 2008.

O transporte coletivo é o único serviço sistematizado que abrange toda a RMG. Os demais serviços e produtos são ainda muito centralizados no polo metropolitano – até mesmo em decorrência da acessibilidade gerada por esse tipo de transporte. Apesar do elevado preço do transporte coletivo, sua precariedade<sup>28</sup> é perpetuada pela *cartelização*<sup>29</sup> desse serviço. A tabela 18 mostra que grande parte da população dos municípios periféricos se desloca em direção ao polo metropolitano. Em 2000 um terço da população de Goianira que trabalhava ou estudava o fazia se deslocando ao polo metropolitano, situando a cidade entre as de mais expressiva migração pendular. É a terceira cidade em dependência do polo metropolitano, depois de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia, que, em termos absolutos, contribuem com uma fabulosa massa de trabalhadores se deslocando diariamente à Goiânia. Todas as outras mostram índices elevados, à exceção de Goianópolis, cuja ligação com a metrópole se dá mais pela produção agrícola que pela migração pendular.

<sup>28</sup> A precariedade se dá pela deficiência do serviço no que concerne à acessibilidade, segurança, conforto, tarifa confiabilidade, rapidez e à frequência, parâmetros sobre os quais não se aprofundará aqui.

<sup>29</sup> Houve, nos anos de 1999 a 2001, uma tentativa de sistematização do transporte coletivo com micro-ônibus. Todavia, essa iniciativa foi cerceada, restando hoje apenas uma empresa de ônibus – Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás (Cootego) – que tem como acionistas os “ex-

Tabela 18 – Municípios da RMG segundo população residente com 15 anos e mais de idade que trabalha ou estuda e pessoas que realizaram movimento pendular em 2000.

Municípios	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				D/B (em %)	D/C (em %)
	Total (A)	Que trabalham ou estudam				
		Total (B)	fora do município de residência <sup>1</sup> (C)	dirigindo-se ao polo metropolitano (D)		
Abadia de Goiás	3.400	2.319	705	620	30,4	87,9
Aparecida de Goiânia	228.427	161.675	69.958	66.164	43,3	94,6
Aragoiânia	4.550	3.037	398	332	13,1	83,4
Goianápolis	7.318	4.603	222	36	4,8	16,3
Goiânia	812.707	589.498	15.352	0	2,6	0,0
Goianira	12.934	8.417	3.021	2.748	35,9	91,0
Hidrolândia	9.291	6.104	704	593	11,5	84,3
Nerópolis	13.049	9.203	1.176	926	12,8	78,7
Stº. Antonio de Goiás	2.167	1.452	305	265	21,0	87,1
Senador Canedo	35.065	23.410	11.199	10.475	47,8	93,5
Trindade	56.975	36.524	9.453	8.289	25,9	87,7
Total	1.185.883	846.241	112.492	90.449	13,3	80,4

Fonte: IBGE (2001).

Nota: o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

(1) O movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

Na atualidade, algumas mudanças estruturais no transporte coletivo da RMTC têm demonstrado grande relevância para o cotidiano dos moradores de todos os municípios. Uma delas é o melhoramento do “Eixo Anhanguera” (Eixo Leste-Oeste), que deixou este importante trajeto mais rápido, e a implantação de novos pequenos terminais, associado ao aumento das linhas. O caso de Goianira, que passou a contar com um pequeno terminal e com mais linhas, será tratado no capítulo III.

Em Goianira, paulatinamente, o transporte coletivo é ampliado. Até 1995 havia necessidade de se pagar um complemento à passagem da linha Goiânia-Goianira, passando, a partir dessa data, a se pagar apenas a tarifa básica, como na maioria dos municípios da RMG. Essas melhorias são, também, fruto de lutas populares. Depois de reivindicações junto aos setores competentes, a população do setor Cora Coralina

conseguiu que fosse implantada, em 2002, a linha Cora Coralina-Padre Pelágio, que liga este bairro ao terminal nos horários de pico (manhã e tarde). Em fevereiro de 2008 houve a instalação de duas linhas circulares alimentadoras, que são integradas à linha Goiânia-Goianira por um terminal, como pode ser visto na figura 27. A instalação desse terminal faz parte da política do Conselho Metropolitano de Transporte Coletivo (CMTC) voltada para a ampliação dos pequenos terminais de transporte coletivo, implantados em vários municípios da RMTC.

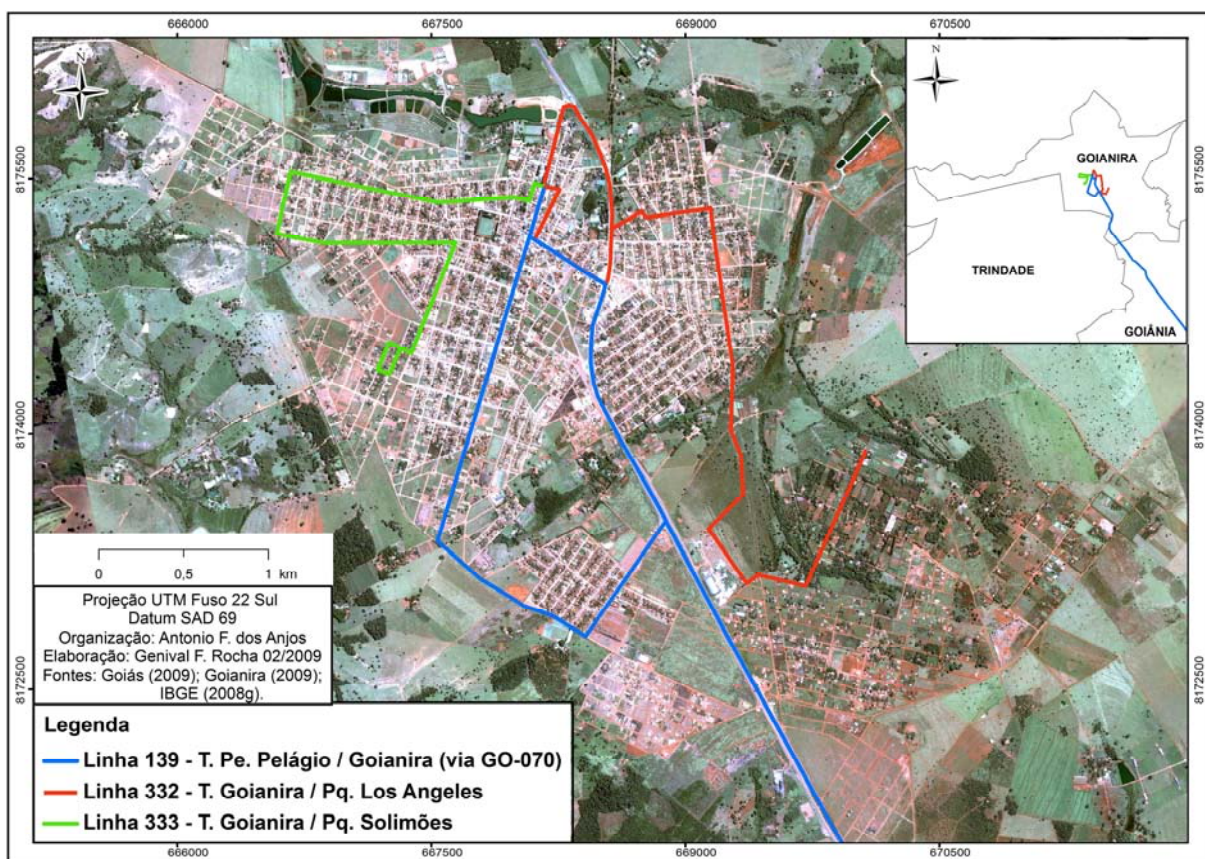


Figura 27– Rotas das linhas do transporte coletivo da cidade de Goianira – 2008.

Outro vetor de estruturação intraurbana são as comunicações (Villaça, 2006), ainda que menos determinantes que o transporte coletivo. Até 2000 as ligações telefônicas entre Goiânia e Goianira eram consideradas de “longa distância” – pagava-se DDD, portanto. A telefonia celular já está instalada também há bastante tempo e as emissoras de TV transmitem para toda a RMG por meio de torres instaladas no morro do Mendanha, a 24 quilômetros do centro de Goianira. Portanto, essa integração metropolitana está cada vez mais consolidada pelo aumento dos fluxos de pessoas e de informações, fazendo com que a estruturação do espaço metropolitano seja unificada.

## 2.6 A Estruturação Intraurbana como Reflexo da Dependência Metropolitana

Quando se analisa a estrutura urbana existente em Goianira percebe-se que a mesma não tem a dimensão necessária para o atendimento da população que abriga.

A figura 28 mostra os ônibus que buscam os alunos que moram em bairros distantes.



Figura 28 – Ônibus utilizados no transporte escolar do município de Goianira – 2009.

Os dados da situação da educação no município refletem a realidade (tabela 19). Pode-se notar que poucas crianças estão em creches, o que impossibilita muitas mães de trabalhar. O número de alunos do ensino médio, em comparação com os do fundamental, mostra que boa parte dos alunos que completam o ensino fundamental não prossegue no ensino médio, o que contribuirá para a manutenção do quadro social mal qualificado e fadado ao desemprego e à informalidade.

A estrutura de saneamento urbano básico mostra uma aceleração bem menor que o crescimento demográfico (tabela 20). As ligações à rede de água apresentam maior crescimento que o aumento de sua extensão, indicando a presença de adensamento dos bairros já contemplados pelo serviço. A informação da Saneamento de Goiás S/A (Saneago) indica a presença de rede de esgoto, o que não é registrado pela equipe do plano diretor da cidade (Goianira, 2007).

Tabela 19 – Situação da educação no município de Goianira – 2000-2006.

Aspecto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alfabetização (aluno)	351	418	441	465	--	--	--
Creche (ud)	--	31	37	40	37	50	46
Ensino de Jovens e Adultos (aluno)	--	--	--	475	818	818	775
Pré-escolar (aluno)	345	316	361	396	689	675	644
Ensino especial (aluno)	15	--	--	12	--	--	--
Ensino fundamental (aluno)	4.345	4.696	4.659	4.730	4.761	4.588	4.731
Ensino médio/normal (aluno)	732	642	838	964	1.068	894	983
Docentes	217	216	248	262	262	256	277
Escolas em atividade (ud)	15	15	15	15	15	15	14
Salas de aula (ud)	99	110	115	115	120	124	124
Total de alunos	5.788	6.103	6.336	7.082	7.373	7.025	7.179

Fonte: Seplan (2008)

Nota: Sinal convencional utilizado:  
-- Dado não disponível.

Tabela 20 – Situação do saneamento básico no município de Goianira – 2000-2007.

Aspecto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Água-extensão de redes (m)	85.815	86.049	86.666	90.193	92.248	93.177	93.591	93.591
Água-ligações (ud)	3.425	3.475	3.877	4.067	4.139	4.301	4.449	4.809
Esgoto-extensão de redes (m)	x	x	x	x	x	x	1	14.421
Esgoto-ligações (ud)	x	x	x	x	x	x	921	1.255

Fonte: Seplan (2008)

Nota: Sinal convencional utilizado:  
x Não se aplica dado numérico.

Como dito anteriormente, em 2006 a polícia militar estava com apenas duas viaturas, mostrando a grande deficiência da segurança pública municipal. Segundo o tenente Tarcísio R. de Carvalho, que comanda o policiamento no município (2º Pelotão da Polícia Militar/23º CIPM), é grande a cobrança da população por maior eficácia no trabalho da polícia. Sempre se fala em instalação de postos policiais nos bairros distantes, mas, segundo o comandante, o custo de um posto policial é extremamente elevado, já que necessita do trabalho de nove policiais e uma viatura, uma estação de rádio etc. Diante da extensão linear da cidade e de sua expansão contínua, a demanda de ampliação do quadro

técnico e de pessoal da polícia também não para de crescer. Em 2006, diante do surgimento dos dois bairros da conurbação com Goiânia (Residencial Triunfo e Residencial Solar das Paineiras), esta situação ficou mais evidente. Dizia o comandante, numa entrevista cedida ao autor em outubro de 2006: “no Triunfo e no Paineiras, pra não dizer que nunca veem a polícia, quando as viaturas vão abastecer (sempre em Goiânia) é que adentram nesses setores e seguem seu caminho.”

A tabela 21 traz a situação da remuneração dos domicílios em 2000. Como atestam os números, Goianira tem uma quantidade alarmante de domicílios sem rendimento e uma boa parte com remuneração de até dois salários mínimos.

Tabela 21 – Relação entre domicílios permanentes e salários mínimos no município de Goianira – 2000.

Faixa de remuneração	Domicílios	%
Sem rendimento	672	13,09
Até 1 s. m.	1.252	24,39
Mais de 1 a 2 s. m.	1.558	30,35
Mais de 2 a 3 s. m.	698	13,60
Mais de 3 a 5 s. m.	624	12,16
Mais de 5 a 10 s. m.	232	4,52
Mais de 10 a 15 s. m.	53	1,03
Mais de 15 a 20 s. m.	35	0,68
Mais de 20 a 30 s. m.	9	0,18
Total	5.113	100

Fonte: Seplan (2008).

Quanto aos postos de trabalho gerados pelo próprio município, apesar do considerável crescimento relativo, emprega-se cada vez menos a população, que não para de crescer (tabela 22). A instalação do Daig contribuiu para o aumento de empregos formais a partir de 2004. Porém, o rendimento médio desses postos de trabalho e dos demais é extremamente baixo, sendo um dos motivos da alta rotatividade desses empregos e da fuga dos trabalhadores para os postos de trabalho da capital.

Boa parte desses postos de trabalho está no campo, onde o IBGE constatou a presença de 803 trabalhadores em 2006. Outra parte é de trabalhadores da administração municipal, que, segundo levantamento da equipe do plano diretor do município (Goianira, 2007), somava 616 postos de trabalho.

Tabela 22 – Situação do emprego no município de Goianira – 1998-2007.

Aspecto	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Admitidos (Caged).....	1.092	1.042	1.104	739	892	1.143	2.235	2.257	1.709	1.465
Desligados (Caged).....	826	1.112	1.057	757	1.134	1.633	895	2.320	1.339	1.277
Emprego (saldo).....	266	-70	209	-318	135	9	602	-63	370	--
Empregos formais (Rais)...	1.495	1.938	2.567	2.131	2.531	2.431	2.143	2.597	3.263	--
Rendimento médio (R\$).....	--	408,52	443,16	381,93	466,70	532,77	536,57	564,38	633,17	--

Fonte: Seplan (2008).

Nota: Sinal convencional utilizado:

-- Dado não disponível.

Ainda em relação aos postos de trabalho, um importante ponto a se destacar é a proliferação de viveiros de mudas de plantas frutíferas e ornamentais (figura 29). Segundo a Arca (2002) havia em 2002 mais de 50 viveiros, muitos deles empregando membros de uma mesma família. Ao longo dos anos a cidade tornou-se referência na produção e exportação de mudas. A Flora Nogueira Ltda, por exemplo, é o maior desses viveiros e emprega mais de 50 trabalhadores e exporta para todo o país as plantas ornamentais e gramas que produz. Muitos pequenos viveiros são instalados por ex-funcionários de grandes viveiros. Esses viveiros se instalam, sobretudo, às margens da rodovia GO-070 e de outras vias de grande fluxo, de onde são facilmente avistados pelos compradores. Esta é uma atividade desregulamentada, sem incentivo municipal e que, na maioria dos casos, não gera arrecadação para o município nem assegura o futuro dos que nela trabalham.



Figura 29 – Pequeno viveiro de plantas ornamentais do município de Goianira – 2009.

O consumo de energia elétrica pelos diversos setores pode contribuir para

revelar algumas nuances do município (tabela 23). O aumento do consumo tem sido acentuado em todos os setores na última década. Note-se que os anos de 2001 a 2003 apresentam queda ou contingenciamento do consumo, que se deveu ao “apagão elétrico” ocorrido nesse período. Apesar da instalação do Daig e da presença de outras indústrias no município, o consumo de energia pela indústria mostra um crescimento acanhado, em contraste com o consumo comercial, denotando um fortalecimento do comércio local. O crescimento do consumo rural também é acanhado, condizente com o crescimento da produção. Percebe-se que o número de consumidores residenciais cresce relativamente mais que a população do município.

Tabela 23 – Relação entre Pib, número de habitantes e consumo de energia elétrica por setores no município de Goianira – 1998-2007.

Aspecto	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pib	--	79.382	103.391	80.357	98.722	136.893	129.862	132.683	--	--
Pib per capita (R\$)	--	--	5.379	4.000	4.710	6.267	5.714	5.619	--	--
Nº habitantes	--	--	18.719	19.660	20.362	21.125	22.727	23.613	24.492	24.110
Nº consumidores	5.292	5.596	5.851	6.270	6.659	7.096	7.446	7.969	8.669	9.754
Comercial (Mwh)	817	856	971	1.002	1.395	1.768	1.747	1.800	2.239	2.579
Industrial (Mwh)	6.432	5.979	6.500	4.606	5.954	7.126	7.877	8.059	7.316	7.955
Residencial (Mwh)	6.659	7.095	7.553	6.852	7.162	7.888	8.652	9.539	10.264	11.455
Rural (Mwh)	2.849	3.309	3.002	2.667	2.648	2.845	3.195	3.270	3.273	3.271
Outros (Mwh)	2.225	3.537	5.262	3.146	2.751	3.386	3.164	3.289	2.639	3.153
Total (Mwh)	18.982	20.776	23.288	18.273	19.909	23.013	24.635	25.957	25.731	28.413

Fonte: Arca (2002); Seplan (2008).

Nota: Sinal convencional utilizado:  
-- Dado não disponível.

Sendo assim, a razão entre o número de habitantes de 2000 e o número de consumidores do mesmo ano é de 2,47, caindo para 2,10 em 2007, o que significa que o núcleo familiar está menor. Portanto, a demanda por moradia cresce mais que a taxa de crescimento demográfico, já que muitas pessoas moram sozinhas e muitos casais têm poucos ou nenhum filho. Contudo, a multiplicação dos lares é barrada pela baixa remuneração dos trabalhadores jovens, muitos dos quais sem formação profissional adequada e sem possibilidades de se emanciparem do núcleo familiar.

Mesmo assim, os 9.872 lotes ocupados em 2006 por uma população de 24.110 habitantes em 2007 mostram que o tamanho do núcleo familiar tende a ser menor na periferia metropolitana que no município pólo. Em 2001 o IBGE aferiu que o tamanho da família no Brasil e na Região Centro-Oeste era de 3,3 pessoas. Em Goianira há 2,4

habitantes por lote ocupado.

A política de habitação desenvolvida pelo município limita-se à contrapartida em convênios com o governo estadual<sup>30</sup>, por meio da Agência Goiana de Habitação (Agehab), e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA) (figura 30).



Figura 30 – Conjunto habitacional construído em parceria com a CAIXA – 2009.

Tudo isso aponta para a tendência à formação de uma pequena centralidade no município, impulsionada pelo comércio local, em franco crescimento, e pela industrialização, que, apesar de acanhada, está se fortalecendo. Convém, então, discorrer sobre esta centralidade.

### **3 A CENTRALIDADE DO SETOR CENTRAL DE GOIANIRA**

Sendo a cidade um ajuntamento de coisas e pessoas e dada a impossibilidade de haver *localizações ótimas* para todas as atividades e indivíduos é natural que haja uma concorrência pelas melhores localizações, na qual as coações econômicas e sociais interferem explicitamente. A interveniência de tecnologias de transporte e de comunicação no cotidiano das cidades “complexifica” o tema, já que muda a natureza e o significado dos tempos e espaços do urbano a partir da diferenciação social e do acesso desigual a essas tecnologias.

Os centros das cidades sempre guardam relação com o restante da cidade, sobre o qual exercem sua centralidade. Para Villaça (2001 p. 243), “o centro e o não-centro são dialeticamente produzidos pelo mesmo processo sob a égide [de] disputas, pelo controle das condições de deslocamento [...]”. A centralidade, para este autor, é a natureza espacial do centro, pois já o define destacando o papel dos fluxos e o contrapõe ao espaço urbano periférico. Outros autores, como Sposito (2001), diferenciam a ideia de centro da de centralidade. Para a autora, “se o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que movimenta no território, relacionando a com apreensão da

---

<sup>30</sup> Entre 2000 e 2008 houve a construção de 32 casas e 7 praças em parceria com a Agehab.

centralidade, no plano conceitual, prevalentemente à dimensão temporal da realidade.” (Sposito, 2001 p. 238). Todavia, as ideias dos autores não são contraditórias, sendo apenas formas diferentes de definir a realidade urbana.

No caso da cidade de Goianira há a formação de certa centralidade na porção nuclear da cidade. Apesar de muitas das funções típicas de um centro estarem deslocadas, ou seja, presentes apenas na metrópole, há certo vigor na atração que o centro da cidade exerce sobre sua periferia. Uma dessas funções é a presença da Prefeitura (figura 31), do Fórum, entre outros, dos quais dependem os munícipes.



Figura 31 – Prédio onde funciona parte da prefeitura de Goianira – 2009.

Outra função que este centro exerce, também parcialmente, é a comercial. O comércio conta com algumas lojas de pequeno porte que se concentram nas avenidas Goiás e José Antônio Gabriel (figura 32).



Figura 32 – Lojas do comércio local do município de Goianira – 2009.

Também a feira municipal traz grande afluxo de pessoas para o centro (figura 33). Além dela há no município outras feiras menores que ocorrem em outros bairros, uma em cada dia da semana. Assim, os feirantes podem vender seus produtos também durante a semana.



Figura 33 – Feira de domingo do centro do município de Goianira – 2009.

O serviço bancário, como visto acima, não é de boa qualidade, mas está localizado no centro e contribui para essa centralidade. As maiores escolas do município estão também localizadas no centro, além do centro de convenções (figura 34), que funciona como clube aquático, e do ginásio municipal.



Figura 34 – Centro Escolar de Educação Física do município de Goianira – 2009.

O serviço médico também está concentrado no centro (figura 35). O hospital

particular e os públicos estão ali localizados, restando à periferia os postos do Programa de Saúde Famílias (PSFs).



Figura 35 – Hospital público do município de Goianira – 2009.

Dessa forma, o centro da cidade consegue certo grau de centralidade ainda que sofra de deficiências decorrentes da proximidade da cidade com a metrópole.

Os demais serviços públicos existentes em Goianira restringem-se àqueles dos quais a municipalidade não pode se eximir (escolas de nível fundamental, transporte escolar, coleta de lixo etc.), somando-se a estes os serviços e equipamentos mínimos da parte do governo estadual (Celg, Saneago, Vapt-vupt, escolas de nível médio, poder judiciário e polícias militar e civil) e das concessionárias do governo federal (agência lotérica e agência dos correios). Os demais equipamentos públicos e serviços dos quais a população necessita estão localizados em Goiânia e necessitam ter a dimensão suficiente para atender às “demandas reprimidas” de uma cidade-região metropolitana, e mesmo de todo o estado, nas demandas não atendidas localmente.

Em termos gerais, mesmo os serviços particulares oferecidos em Goianira não atingem um nível satisfatório de desempenho. Em agosto de 2004 o único banco da cidade foi autuado pela Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon) de Goiás pelo mal atendimento, como relatado pelo mesmo:

Em ofício enviado ao PROCON-GO, o vereador da cidade de Goianira, Wilmar Domingos de Souza, relatou denúncia quanto ao total desrespeito que vem sendo praticado pelo Banco Itaú S.A., através de sua agência, aos cidadãos goianirenses. Ele relata que a precariedade no atendimento é provocada pela escassez de funcionários, dessa forma os clientes encontram péssimo serviço nesse único estabelecimento bancário do município. “Essa agência abre suas portas sem o mínimo de funcionários necessários a um atendimento pelo menos regular. A situação é caótica, na maioria das vezes existe apenas um funcionário atendendo no caixa e outro na retaguarda, com filas se prolongando por intermináveis horas”, registra o

documento. Segundo fiscalização realizada ontem, no horário de almoço os fiscais não constataram filas de clientes nos caixas da agência. Entretanto, no período vespertino somente uma funcionária e um gerente realizavam atendimento. Face a precariedade dos serviços, o PROCON-GO autuou o Banco Itaú, sendo que este tem o prazo de 10 dias para apresentar sua defesa. (Procon, 2008).

Em 2004 o município ainda não tinha capacidade de arcar com todo o ensino fundamental, responsabilidade municipal desde o advento da constituição de 1988. Dos 5.727 alunos do ensino fundamental o estado era responsável por 2.257, o que representava 40% do total.

Enfim, a hipótese explicativa para o rápido crescimento demográfico e espacial da cidade é que ela desempenha uma determinada função na divisão metropolitana do trabalho. Mas não só do trabalho. Também da produção e do consumo de serviços, de mercadorias e do espaço urbano. Assim, a função que o município ocupa na região metropolitana é a de abrigar parte da massa trabalhadora de Goiânia.

A estruturação do espaço intraurbano de Goianira ocorreu paralelamente à estruturação do intraurbano de Goiânia, de modo que esses espaços estão marcados por dependências mútuas. Mas essa dependência, apesar da mutualidade do ponto de vista da completude espacial do município, faz com que o município de Goiânia se faça mais completo e complexo, à medida que a periferia metropolitana é formada por municípios que constroem seu espaço e identidade pautados pela *falta* de elementos sociais que fazem parte de seu cotidiano, mas que estão localizados na metrópole. São municípios que não estão completos em seu próprio espaço. Nem a metrópole nem o município periférico. Daí advém inclusive o “esquecimento” da história municipal pela população dos municípios. Mais grave que isso, advém também dessa dinâmica a constante incapacidade de os municípios proporcionarem uma mínima qualidade de vida aos seus habitantes.

Assim, o termo *cidade dormitório*, por mais que se tente propor mudanças, é, apesar de taxativo e grosseiro, o que melhor reflete a realidade de uma boa parte da população de Goianira e dos outros municípios da RMG. Num quadro simplificado poderia ser dito que Goiânia deslocou o local de residência de seus trabalhadores para os municípios periféricos. Sim, há mais elementos na dinâmica. Os filhos desses trabalhadores estudam, na maioria das vezes, no município e o caminhão que recolhe o lixo de suas casas tem o emblema da prefeitura de Goianira. Mas o caminhão que traz os bens duráveis, e até produtos alimentícios, vem, na maioria das vezes, de Goiânia. Assim, os fluxos de pessoas, de riquezas e de informação conformam essa realidade complexa com a qual se depara hoje.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como principais contribuições o estudo do passado histórico do município de Goianira, a delimitação de padrões de expansão urbana, a identificação de características comuns entre a cidade e a região noroeste de Goiânia e a caracterização do papel desempenhado pelo município no conjunto da RMG.

A construção de uma narrativa do passado histórico se mostrou como importante revelador do papel inicial desenvolvido pelo município nas escalas local e regional. Assim, identificar o município com filho da Igreja e da estrada deu-lhe sua especificidade, jamais antes pronunciada. Demonstrar a grandeza da atividade agropecuária até a década de 1970 também revelou as raízes não só do município, mas da própria RMG, visto que essa foi uma trajetória comum aos municípios que a compõem.

A delimitação dos padrões de expansão urbana se mostrou como uma importante ferramenta na caracterização espaço-temporal e revelou tanto o período de inércia em relação à capital do Estado quanto o movimento de absorção do município por esta centralidade, o que aconteceu também com outros municípios. Em termos de estudos metropolitanos, essa técnica pode auxiliar no levantamento de importantes características dos municípios periféricos. Ainda com relação aos estudos metropolitanos, ficou claro o papel que uma importante via de tráfego desenvolve na conformação do espaço urbano metropolitano, visto que, nesse caso, transformou uma cidade nuclear em linear ao longo de poucas décadas.

Os loteamentos em licenciamento, no futuro, configurarão um espaço urbano que necessitará de nova análise. Haverá algum padrão na forma de ocupação, na localização ou alguma outra característica que possa dar-lhes identidade? Serão incluídos no padrão complexo? Pelo menos uma característica já pode ser notada de antemão. A maioria deles se localiza próximo ao foco conurbatório (apêndices A e B), o que demonstra que essa é a área que provavelmente expandirá mais. Essa corrida imobiliária está ligada ao sucesso que os bairros do foco conurbatório obtiveram. Nenhum outro bairro de Goianira foi vendido e ocupado tão rapidamente que os loteamentos Residencial Triunfo, Residencial Triunfo II e o Residencial Solar das Paineiras.

A comparação dos períodos de expansão urbana da cidade com a expansão da região noroeste de Goiânia foi importante na identificação da natureza social desses dois espaços e na compreensão da conurbação como junção de espaços semelhantes. O povoamento da região noroeste de Goiânia fez com que a distância entre Goianira e a metrópole fosse comprimida, aumentando, assim, o fluxo migratório para as margens da GO-070 em direção a Goiânia.

Por fim, o principal produto da pesquisa foi a definição do papel desenvolvido

pelo município de Goianira no conjunto metropolitano. Assim, ficou claro que a cidade se tornou um espaço urbano formado de vazios à espera dos trabalhadores de Goiânia, indicando sua principal função no conjunto metropolitano: a função habitacional. Mas a pesquisa também mostrou que este não é um papel maior ou menor no corpo da RMG. É um papel extremamente importante, desenvolvido por um município que é parte de um único corpo urbano-metropolitano.

Quanto aos estudos dos vazios urbanos de Goianira, foi importante o mapeamento que se fez dos lotes vazios e edificados (apêndice B), visto que através dele distinguiu-se o crescimento urbano provocado pelas imobiliárias e aquele provocado pela ocupação humana de fato. A partir da constatação dessas realidades divergentes é possível tanto compreender o processo de formação socioespacial como apontar decisões políticas voltadas à gestão espacial da cidade.

A pesquisa demonstrou ser possível – e necessária – a individualização de um município metropolitano para que se estude mais aprofundadamente sua dinâmica socioespacial. Assim, foi possível demonstrar que no espaço intra-urbano de Goianira estão superpostos tanto processos locais como de escala metropolitana. A presença da metrópole no intra-urbano de Goianira se caracteriza pela ausência nesse espaço daquilo que a metrópole acumula, ou seja, comércio, trabalho, serviços entre outras coisas. Por sua vez, a presença de Goianira na metrópole se dá pelo deslocamento e permanência cotidiana dos moradores desse município periférico.

De certa forma, todos os municípios periféricos a Goiânia se colocam na posição de dependência e integração observada em relação a Goianira. Todavia, municípios como Senador Canedo, Trindade e, principalmente, Aparecida de Goiânia formam certas centralidades em seus territórios, fazendo existir processos cotidianos mais endógenos, ou seja, certa parcela da população tem no município quase todas as suas atividades ali localizadas. No caso de Aparecida de Goiânia há até mesmo a atração de população de Goiânia para suas centralidades, o que diferencia esta cidade das demais no seio da RMG.

Todos esses pontos importantes são exemplos de como se pode empreender o estudo da dinâmica metropolitana. A partir desta pesquisa muitas outras podem ser desenvolvidas, com o fim de conhecer um pouco mais desta cidade em constante mutação e que surpreende a todos com esse grande crescimento urbano exógeno.

Ressalta-se que há a intenção de difundir o estudo aqui empreendido por meio da publicação, em conjunto com outros pesquisadores, de um livro sobre a dinâmica socioespacial da RMG – já em fase inicial – e de outra publicação, possivelmente paradidática, para que haja maior divulgação e compartilhamento da obra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Pensando a Cidade no Brasil do Passado**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Brasil: Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ANDRADE, Manoel Correia de. **As raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Unesp; Bauru: Edusc, 1999.

ANJOS, Antonio Fernandes dos; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Impacto sócio-econômico do pólo calçadístico na cidade de goianira**. In: Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG - CONPEEX, 3., 2006, Goiânia. Anais eletrônicos do XIV Seminário de Iniciação Científica [CD-ROM], Goiânia: UFG, 2006. n.p.

ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE (ARCA). **Plano estratégico municipal para assentamentos subnormais (PEMAS)**. v. 1. (fac simile). Goiânia, 2002.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Acionando Territórios: considerações sobre a mobilidade na Região Metropolitana de Goiânia**. (no prelo) Goiânia, 2006.

ÁTICA. Atlas geográfico. Rio de Janeiro: Ática, 1983.

ATRIBUTOS URBANOS. **Metapolis**. Disponível em: <<http://www.tributosurbanos.es/terminos/metapolis/>>. Acesso em 05 out. 2008.

AUCLAIR, Christine. **The millennium declaration and de Habitat Agenda**. In: Habitat Debate. september. vol. 11. n. 3. Jakarta: UN-HABITAT, 2005. Disponível em: <<http://www.unhabitat-rolac.org/anexo/1508200515161178.%2011%20No.%203.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro. **A região da estrada do boi: usos e abusos da natureza**. Goiânia: UFG, 1997.

BERNANDES, Genilda D'arc. Considerações sobre o plano de Goiânia. In: SILVA, Sérgio Duarte da. **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: UFG, 2000.

BORGES, Barsanufu Gomides. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: UFG, 1990.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Recenseamento. **Recenseamento geral do Brasil**. Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/vissualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Censode1920/RecenGeraldoBrasil1920\\_v1\\_Introducao.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/vissualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Censode1920/RecenGeraldoBrasil1920_v1_Introducao.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada do D. O. U. DE 05/10/1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Contitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Contitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 28 mai. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Publicada do D. O. U. de 20/10/1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2008.

BRASIL. **Projeto RADAMBRASIL**. Levantamento de recursos naturais (folha SE.22 Goiânia). Vol. 31. Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=projeto%20RADAMBRASIL%20V.31&link=radam\\_v31#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=projeto%20RADAMBRASIL%20V.31&link=radam_v31#)>. Acesso em: 28 set. 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUL, Nars Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: UFG, 1988.

CHAUL, Nasr Fayad Nagib. **Marchas para o Oeste**. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org.). **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: UFG, 2000.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. **Mais fotos da ocupação em Goianira**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/02/248858.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAVIDOVICH, Fany. **Regiões Metropolitanas no Brasil: referências para o debate**. In: Encontro Nacional da Anpur, 10, 2003. (CD Rom). Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

DEUS, João Batista de. **O Sudeste goiano e a desconcentração industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Goiânia: UFG, 2003.

DINIZ, Clélio Campolina. **Impactos territoriais da reestruturação produtiva**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ESTEVAM, Luis. **O tempo da transformação – estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: ed. do autor, 1998.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse estatística do município de Goiânia**. Rio de Janeiro, 1951.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **recenseamento geral do Brasil – 1940**. (Goiás). Parte XXI. Rio de Janeiro, 1952.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico – 1950**. (Goiás). Vol. XXX. Tomo I. Rio de Janeiro, 1956.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VII recenseamento geral do Brasil – 1960**. (Goiás). Vol. 1. Tomo XXIII. Rio de Janeiro, 1961.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico. VIII recenseamento geral – 1970**. Rio de Janeiro,

1971.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VIII recenseamento geral – 1970.** (Goiás) Vol. 1. Tomo XXIII. Rio de Janeiro, 1973.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário, Goiás:** censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro, 1979.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IX Recenseamento Geral do Brasil.** Vol. 1. Tomo 3. N. 23. Rio de Janeiro, 1982.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1991.** (Resultados Preliminares). Rio de Janeiro, 1991.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Limites municipais 1991.** Rio de Janeiro, 1991.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário.** Rio de Janeiro, 1996.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000.** (METRODATA). Rio de Janeiro, 2001.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/trindade.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/goianira.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/goiania.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/santoantoniodegoias.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2008

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/aparecidadegoiania.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nota técnica.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/notatecnica\\_pme191103.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/notatecnica_pme191103.shtm)>. Acesso em: 01 mar. 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Limites municipais 2007.** Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000\\_populacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf)> Acesso em: 15 abr. 2008.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Campinas: Papyrus, 1994.

GOIÂNIA (Município). Instituto de Planejamento Municipal. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG – 2000**. Goiânia, 1992. (Relatório Final v. 1).

GOIÂNIA (Município). Secretaria de comunicação. **Goianira ganha rede interna de transporte coletivo**. Disponível em: <[http://www.goiania.go.gov.br/sistemas/snger/asp/snger01010r1.asp?varDt\\_Noticia=26/02/2008&varHr\\_Noticia=11:00](http://www.goiania.go.gov.br/sistemas/snger/asp/snger01010r1.asp?varDt_Noticia=26/02/2008&varHr_Noticia=11:00)>. Acesso em: 04 jun. 2008.

GOIANIRA (Município). Secretaria de educação. **Seja bem vindo a Goianira a cidade das flores**. (fac simile). Goianira, [1997].

GOIANIRA (Município). Equipe de elaboração do Plano Diretor Democrático. **Leitura da realidade municipal**. (fac simile). Goianira, 2007.

GOIANIRA (Município). **Arquivo fotográfico municipal**. Fotografias antigas. (inéditas). Goianira, 2008.

GOIANIRA (Município). **Mapeamento municipal e urbano de Goianira**. (2 DVDs). 2008.

GOIÁS (Estado). Perfil dos municípios goianos. 2003.

GOIÁS (Estado). Agência Rural. **Plano municipal de ações integradas da Agência Rural (Goianira)**. (fac simile). Goiânia, 2004.

GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. **Estatísticas municipais (séries históricas)**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/>>. Acesso em: 06 jun. 2008.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 8.956, de 27 de novembro de 1980**. Cria o Aglomerado Urbano de Goiânia, constituído dos municípios que especifica. Diário Oficial do Estado de Goiás de 03 de dezembro de 1980. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 9.369, de 21 de outubro de 1983**. Altera a Lei nº 8.956, de 27 de novembro de 1980 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás de 07 de novembro de 1983. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 10.845, de 21 de junho de 1989**. Altera dispositivo da Lei nº 9.369, de 21 de outubro de 1983. Diário Oficial do Estado de Goiás de 03 de julho de 1989. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 09, de 27 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre o Aglomerado Urbano de Goiânia. Diário Oficial do Estado de Goiás de 10 de janeiro de 1992. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12

abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 10, de 10 de julho de 1992.** Altera dispositivo da Lei Complementar nº 09, de 27 de dezembro de 1991. Diário Oficial do Estado de Goiás de 18 de dezembro de 1992. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 16, de 18 de julho de 1995.** Altera dispositivo da Lei Complementar nº 09, de 27 de dezembro de 1991. Diário Oficial do Estado de Goiás de 11 de agosto de 1995. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 23, de 09 de janeiro de 1998.** Altera dispositivo da Lei Complementar nº 9, de 27 de dezembro de 1991, com modificações posteriores. Diário Oficial do Estado de Goiás de 15 de janeiro de 1998. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999.** Cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências correlatas. Diário Oficial do Estado de Goiás de 20 de janeiro de 2000. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 34, de 03 de outubro de 2001.** Modifica a Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 30, de 9 de junho de 2000, nas partes que especifica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás de 10 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 37, de 12 de dezembro de 2002.** Introduce alteração à Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, modificada pelas Leis Complementares nº 30, de 9 de junho de 2000, e 34, de 3 de outubro de 2001. Diário Oficial do Estado de Goiás de 18 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 43, de 07 de novembro de 2003.** Modifica a Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999. Diário Oficial do Estado de Goiás de 12 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 48, de 09 de dezembro de 2004.** Altera o caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, modificada pelas Leis Complementares nº 30, de 09 de junho de 2000, 34, de 03 de outubro de 2001, e 37, de 12 de dezembro de 2002. Diário Oficial do Estado de Goiás de 16 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 49, de 09 de dezembro de 2004.** Altera o § 3º do artigo 1º da Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, modificada pelas Leis Complementares nos 30, de 9 de junho de 2000, 34, de 3 de outubro de 2001, e 37, de 12 de dezembro de 2002. Diário Oficial do Estado de Goiás de 16 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS (Estado). **Lei complementar nº 54, de 23 de maio de 2005.** Altera o caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás de 04 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 12 abr. 2007.

GOIÁS-INDUSTRIAL. **O dia-a-dia do primeiro prefeito de Goiânia...** (semestral). Goiânia: MD Publicidade, setembro-outubro 1999.

GOMES, Horieste; BARBOSA, Altair Sales; TEIXEIRA NETO, Antônio. **Geografia Goiás-Tocantins.** Goiânia: UFG, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 5ª ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL (INDUR). **Os males da urbanização acelerada.** In: Diário da Manhã. 13 de junho de 1982. p. 20.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE (IBAMA). **GEO BRASIL 2002: Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil.** Brasília, 2002.

KOHAN, Gustavo A. Estrutura social e desigualdades socioespaciais: a metrópole de Buenos Aires. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.

LÉVY, Jacques. **Os novos espaços da mobilidade.** Disponível em: <[http://www.uff.br/geographia/rev\\_06/levy6.pdf](http://www.uff.br/geographia/rev_06/levy6.pdf)> Acesso em: 12 mar. 2007. [2002].

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?.** São Paulo: Nobel: Edusp, 1991.

MONBEIG, Pierre. **Goiânia.** Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada.** Goiânia: UCG, 2004.

MOYSÉS, Aristides; BERNARDES, Genilda D'arc. Segregação urbana e desigualdade social em Goiânia: Estado, Mercado Imobiliário e Dinâmica Socioespacial. In: MOISÉS, Aristides (org.). **Cidade, segregação urbana e planejamento.** Goiânia: UCG, 2005.

NUNES, Heliane Prudente. **A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)**. (tese de mestrado). (mimeo). Goiânia: UFG, 1984.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. In: MOISÉS, Aristides (org.). **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

OLIVEIRA, Aristeu Geovani de. **A reprodução da exclusão social em áreas de expansão urbana**: um estudo de caso em assentamentos urbanos na Região Noroeste de Goiânia (1980/1998). Dissertação (mestrado). Goiânia: UFG, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada**. In: revista Estudos Avançados. v. 7. n. 18. p. 43-63. São Paulo, 1993.

ORTÊNCIO, W. B. **Dicionário do Brasil Central**: subsídios à filologia. São Paulo: Ática. 1983.

PALACIN, Luiz. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1979.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. **Ônibus**. Fotografia 5cm x 10cm. (inédita). [1960].

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 4ª de. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRETECEILLE, Edmond. Divisão social e desigualdades: transformações recentes da metrópole parisiense. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

REGIONAL. (Jornal local). Ano 1 no 1. p. 4. **Trabalho, sinônimo de conquista**. Goianira, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Apresentação. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RIBEIRO, Valéria Maria. **Transporte coletivo urbano e qualidade de vida**. Dissertação (mestrado). UFG, 2000.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STORPER, Michael. **Cidades-regiões globais**. In: Revista Espaço & Debates. no. 41 – ano XVII– Aliança e Competição entre Cidades. São Paulo: NERU, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (SEPLAN). **Estatísticas municipais**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR. **Procon-Go**

autua banco Itaú de Goianira. Disponível em:  
<<http://www.procon.goias.gov.br/noticias/2005/19082004.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

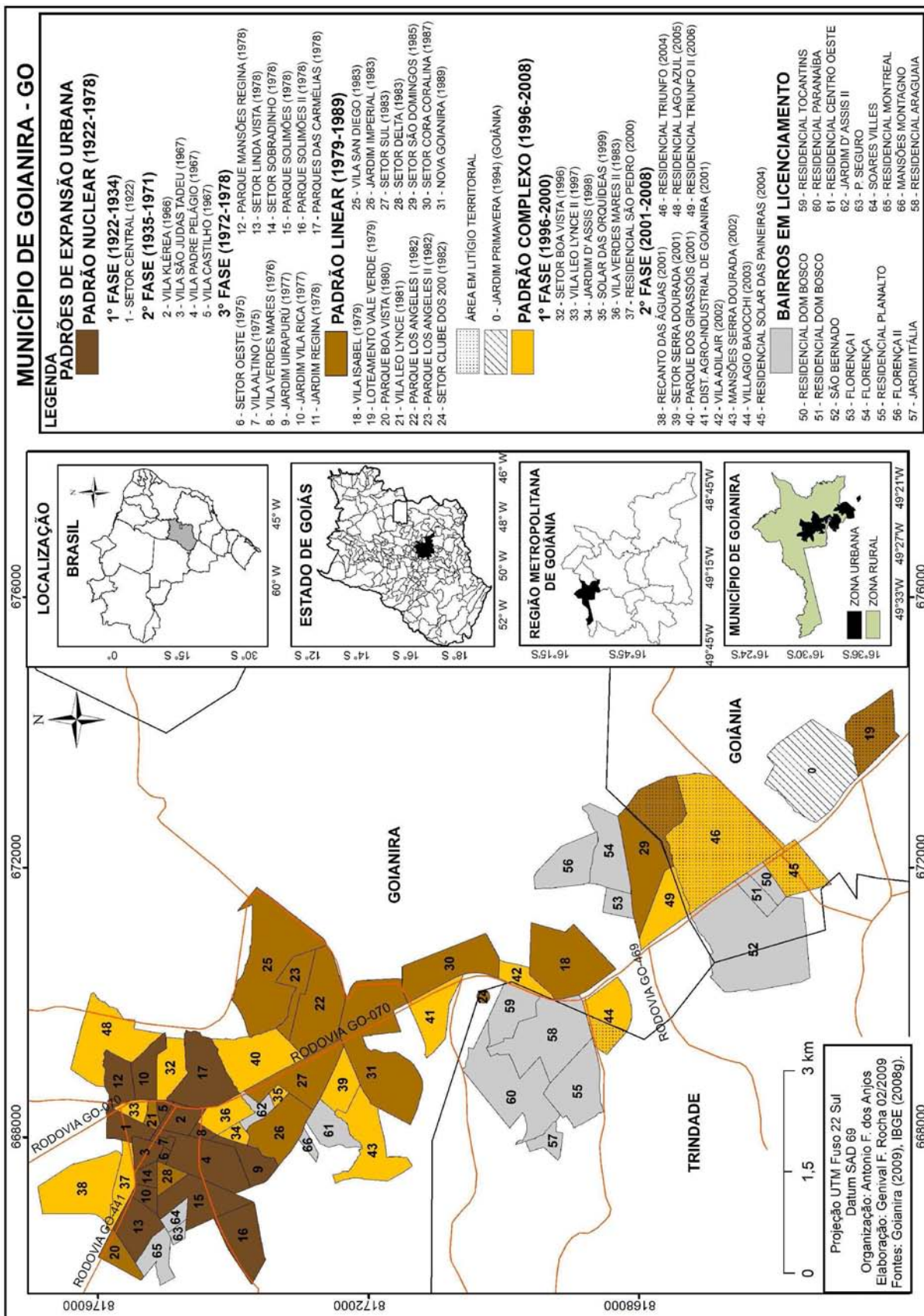
TEIXEIRA NETO, Antônio. **Pequena história da agropecuária goiana (o ouro acabou? Viva o boi!o ouro se foi? Chegou o boi!)**. Datado de 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br>>. Acesso em: 06 jul. 2008.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **Goiás-Tocantins: questões agrárias**. Datado de 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br>>. Acesso em: 08 set. 2008.

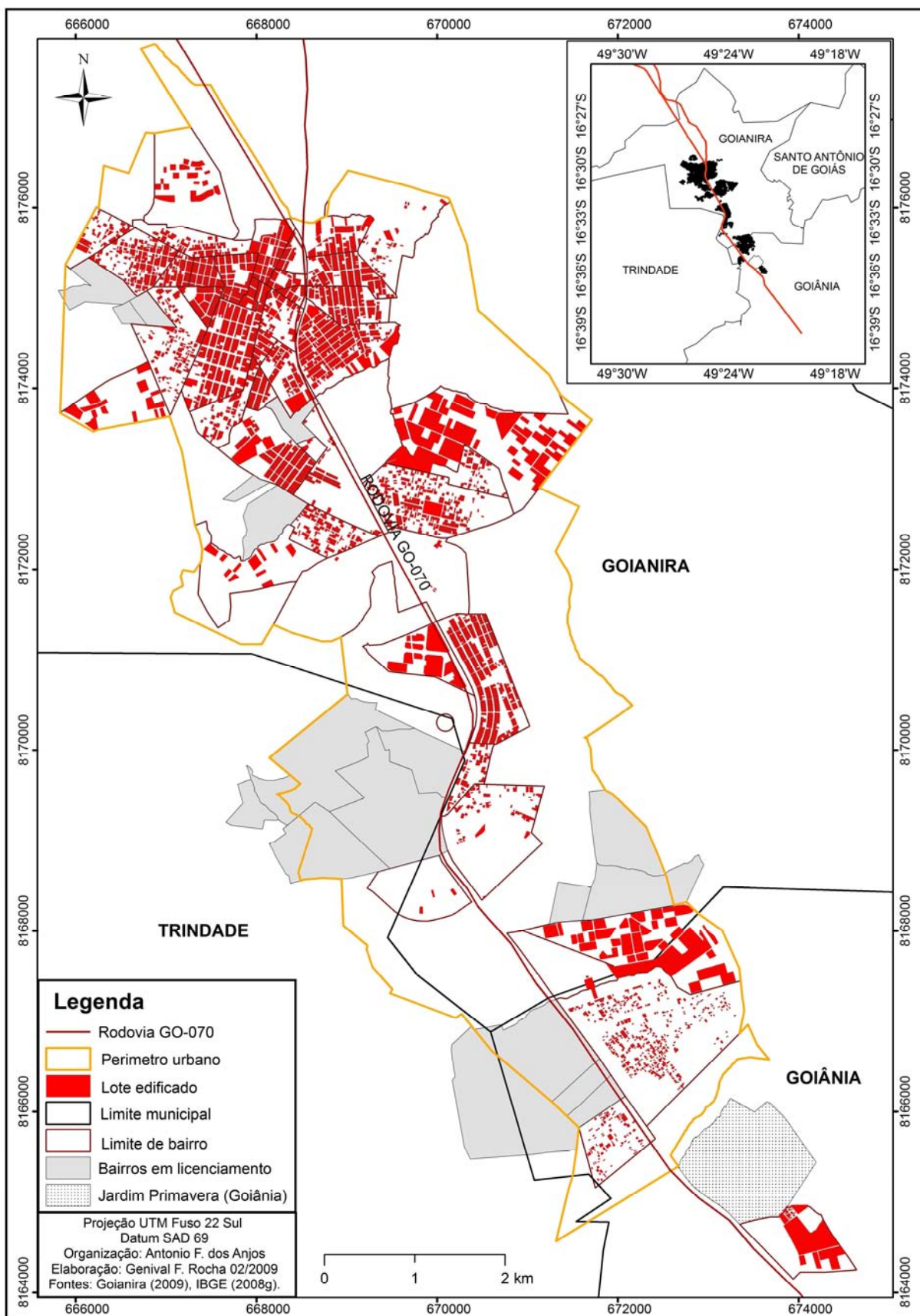
VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, Empresa e Mercadoria... In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2001.

APÊNDICE A – A localização do município de Goianira e os padrões de expansão urbana



APÊNDICE B – Mapa da ocupação urbana da cidade de Goianira



APÊNDICE C – Carta-imagem da área urbana de Goianira e da conurbação Goiânia-Goianira-Trindade

